



CONTRATOS PÚBLICOS ONLINE

Nº Procedimento 2442548
Nº Contrato 2812793
Nº Relatório 4074059
Data Submissão 27-12-2016 14:46:41
Autor Vitor Manuel Passos Pereira

Relatório de Contratação

Informação Inicial do Contrato

Entidade(s) Adjudicante(s) - NIF, Nome, País	506896625, Município de Vila Nova de Cerveira, Portugal
Procedimento de contratação centralizado – destina-se à satisfação de necessidades de várias Entidades?	Não
Tipo Procedimento	Ajuste directo
Tipo(s) de contrato	Empreitadas de obras públicas
Identificação do contrato	Contrato 76/2016 - Empreitada de "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"
Objeto do contrato	Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho
Procedimento destinado à satisfação de necessidades no âmbito de	Outras atividades, que não as anteriores, enquanto entidade adjudicante prevista no art.º 2º do Código dos Contratos Públicos
Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato	Artigo 19.º, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
Prazo de execução do contrato (dias)	30 dias
Preço base s/IVA (€)	8.977,35 €
Preço contratual s/IVA (€)	8.977,33 €
Data da decisão de adjudicação	06-12-2016
Data da celebração do contrato	22-12-2016
Fundamentação para o recurso ao Ajuste Direto	ausência de recursos próprios
Entidade(s) Adjudicatária(s) - NIF, Nome, País	514036761, Luís Maurício - Casa dos Leds, Lda, Portugal
CPV's Valor	* 45316100-6 - Instalação de equipamento de iluminação exterior, 8,977.33 €
Local de execução das principais prestações objeto do contrato - País, Distrito, Concelho	Portugal, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira
Documentos	Contrato 76-2016.pdf
Está prevista a utilização de, pelo menos, 5% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra?	Não, Não aplicável

Relatório de Contratação

Inclui critérios ambientais?	Não
Fundamentação	Não aplicável
Observações	-

Emitido via portal base a 27-12-2016 14:46:56 por Vitor Manuel Passos Pereira.



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS**

Luís Mauricio
[Signature]

CONTRATO N.º 76/2016
22/12/2016

**EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “EFICIÊNCIA ENERGÉTICA –
ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMI-
NAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO”**

VALOR DO CONTRATO: € 8.977,33 + IVA

- 1.º OUTORGANTE:** – Município de Vila Nova de Cerveira, representado por
**João Fernando Brito Nogueira, Presidente da Câmara
Municipal**
- 2.º OUTORGANTE:** – **LUÍS MAURICIO – CASA DOS LEDS, LDA**, repre-
sentada por **Luís Maurício Giestas Gonçalves**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos

Luís Maurício
[Signature]

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO” ADJUDICADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA À FIRMA “LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS, LDA”

Cláusulas contratuais, nos termos do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro

-----No dia vinte e dois do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, na Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, perante mim, Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe da referida Divisão e servindo, neste ato, de oficial público, compareceram como outorgantes: -----

-----a) **PRIMEIRO OUTORGANTE:-** João Fernando Brito Nogueira, casado, natural da freguesia de Cornes, concelho de Vila Nova de Cerveira, e residente na Praça D. Dinis, n.º 12, em Vila Nova de Cerveira, que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, outorga em representação do Município de Vila Nova de Cerveira; -----

-----b) **SEGUNDO OUTORGANTE:** Luís Maurício Giestas Gonçalves, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Esposende, residente na Rua Aldeia Nova, n.º 288, freguesia de Riba de Âncora, do concelho de Caminha, portador do cartão de cidadão número 12041529 1 ZWO, válido até 15 de agosto de 2021, o qual outorga na qualidade de gerente e nesta qualidade em representação da sociedade “**LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS LDA**”, com sede na Rua Aldeia Nova, n.º 288, freguesia de Riba de Âncora, do concelho de Caminha, com o número único de identificação de pessoa coletiva número quinhentos e catorze milhões trinta e seis mil setecentos e sessenta e um, matriculada na Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C., com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), com poderes para o ato conforme verifiquei por uma fotocópia com valor de certidão, que arquivou.-----

-----Verifiquei a identidade dos outorgantes: A do primeiro por ser do meu



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

Luís Namica
[Signature]

conhecimento pessoal e a do segundo pela exibição do respetivo Cartão de Cidadão. -----

-----c) **ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA:** Por despacho do Presidente da Câmara de 06 de dezembro de 2016, foi feita a adjudicação à representada do segundo outorgante, da empreitada de “**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**”, que inclui o fornecimento, pela representada do segundo outorgante, de todo o material e mão de obra necessários à sua completa execução, e por despacho do Presidente da Câmara de 20 de dezembro de 2016 foi aprovada a presente minuta do contrato; -----

-----d) **OBJECTO INDIVIDUALIZADO DO CONTRATO:** Empreitada de “**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**”, de acordo com a proposta apresentada pela representada do segundo outorgante que, instruída com a nota justificativa do preço proposto e com a lista de preços unitários, se anexa a este contrato e do mesmo faz parte integrante; -----

-----e) **PREÇO CONTRATUAL:** A adjudicação é feita pelo valor de € 8.977,33 (oito mil novecentos e setenta e sete euros e trinta e três cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal. O encargo resultante do presente contrato, no montante de € 9.515,96 (nove mil quinhentos e quinze euros e noventa e seis cêntimos), com o compromisso n.º 2016/1736, de acordo com o previsto no artigo 5.º, n.º 3 da LCPA, será suportado pela seguinte rubrica da classificação económica do orçamento deste Município de Vila Nova de Cerveira, que apresenta a dotação disponível de € 13.230,43 (treze mil duzentos e trinta euros e quarenta e três cêntimos):- Classificação Orgânica – zero três – Divisão de Serviços Municipais (DSM); Classificação Económica – capítulo zero sete – Aquisição de bens de capital; grupo zero um - Investimentos; artigo zero quatro – Construções diversas; número zero quatro – iluminação pública. -----



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

Luís Namica
[Signature]

-----f) **PRAZO DE EXECUÇÃO:** A sociedade, neste ato representada pelo segundo outorgante, obriga-se a iniciar a respetiva empreitada no primeiro dia útil a seguir ao da data da respetiva consignação, e a **concluí-la no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar desse mesmo dia, de acordo com o respetivo programa de trabalhos, ficando a representada do segundo outorgante sujeita ao pagamento de multa prevista no caderno de encargos, por cada dia que exceder o prazo fixado para a execução dessa mesma empreitada. Que a referida Câmara reserva, no entanto, o direito de rescindir o presente contrato, não havendo igualmente lugar a qualquer indemnização à representada do segundo outorgante se se verificar que esta não dá aos trabalhos o necessário desenvolvimento previsto no aludido programa de trabalhos ou se, durante o período de aplicação da multa, não der aos trabalhos o desenvolvimento que a dita Câmara Municipal considere indispensável; -----

-----g) **GARANTIAS OFERECIDAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO:** A representada do segundo outorgante ofereceu como garantia caução do montante de € 448,87 (quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), referente a 5% do valor da adjudicação, mediante depósito efetuado na Tesouraria da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, no dia 16 de dezembro de 2016, através da guia n.º 188 do serviço emissor 00204 e que fica em poder da Câmara Municipal; -----

-----h) **PRAZO DE GARANTIA:** O prazo de garantia das obras é o estabelecido no artigo 397º, número 2, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, e inicia-se a partir da data da respetiva receção provisória, ficando durante este prazo, a representada do segundo outorgante sujeita às condições estabelecidas no referido artigo; -----

-----i) **FORMA, PRAZOS E REGIME DE PAGAMENTOS E REVISÃO DE PREÇOS:** O pagamento à representada do segundo outorgante será efetuado mediante auto de medição dos trabalhos executados, com observância do disposto nos artigos 387.º e seguintes do Código dos Contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. As revisões de preços, se a elas houver lugar - calculadas de acordo com o



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

estipulado no artigo 382.º do citado diploma e com a fórmula constante do ponto 3 da Cláusula 38.ª do caderno de encargos, serão, a requerimento da representada do segundo outorgante e com observância das disposições legais, incluídas, em separado, nos autos das situações dos trabalhos (autos de medição) e pagas juntamente com as importâncias destas, sem prejuízo contudo do pagamento das ditas importâncias correspondentes aos autos das situações dos trabalhos, em caso de desacordo quanto o montante das revisões de preço, não havendo em qualquer caso lugar ao pagamento de juros e, na falta daquele requerimento, não poderão as revisões de preços ser posteriormente invocadas; -----

-----Disse o segundo outorgante que aceita o presente contrato nos precisos termos que antecedem, obrigando-se, por isso, ao seu integral cumprimento. -----

-----Foi apresentada certidão emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, no dia 16 de dezembro de 2016, comprovativa de que a sociedade representada do segundo outorgante tem a sua situação contributiva para com a Segurança Social, devidamente regularizada, [Artigo décimo quinto, alínea a) do Decreto-Lei número quatrocentos e onze barra noventa e um, de dezassete de outubro].-----

-----Anexam-se os seguintes documentos: a) O aludido despacho de 06 de dezembro de 2016 do Presidente da Câmara Municipal; b) Despacho de aprovação da minuta de 20 de dezembro de 2016; c) A proposta apresentada, incluindo nota justificativa do preço, lista de preços unitários, programa de trabalhos, plano de pagamentos, cronograma financeiro, memória justificativa e descritiva, mapa de medições e o projeto para execução da empreitada a que se refere o presente contrato; d) Caderno de encargos; e) Cópia do Plano de Segurança e Saúde. -----

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE

O OFICIAL PÚBLICO

[Handwritten signatures in blue ink]



ANEXO I

Modelo de Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º)

1 – Luis Mauricio Giestas Gonçalves, cartão de cidadão n.º 12041529, com morada postal em Lugar da Aldeia Nova, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha, na qualidade de representante legal de Luís Maurício – Casa dos Leds, Lda., numero de identificação fiscal 514 036 761, com sede em Lugar da Aldeia Nova, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação Pública Nas Freguesias Do Concelho**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos;
- b) Nota justificativa de preço;
- c) Proposta de preço e Lista de preços unitários;
- d) Plano de Trabalhos
- e) Memória descritiva e justificativa;
- f) Declaração de Alvará
- g) Alvará;
- h) Certidão permanente;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei no 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;



- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum no 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Ação Comum no 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Riba de Âncora, 30 de Novembro de 2016.

LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS GONÇALVES

Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:25:36 Z

PROPOSTA DE PREÇO

A empresa Luis Maurício – Casa dos Leds, Lda., com sede no Lugar de Aldeia Nova n.º 288 4910-316 Riba de Âncora, representada pelo seu gerente Luís Maurício Giestas Gonçalves, Cartão de Cidadão n.º 12041529, com morada no Lugar de Aldeia Nova n.º 288 4910-316 Riba de Âncora, depois de tomado conhecimento do objeto do procedimento de **Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação Pública Nas Freguesias Do Concelho**, obriga-se a executar a referida empreitada, em conformidade com os termos e condições previstas no caderno de encargos, pela quantia de **8 977.33 € (oito mil novecentos e setenta e sete euros e trinta e três cêntimos)**, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo, Município de Vila Nova de Cerveira nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigo.

Riba de Âncora, 30 de Novembro de 2016

LUÍS
MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES

Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:26:48 Z

NOTA JUSTIFICATIVA DO PREÇO PROPOSTO

A empresa Luís Maurício – Casa dos Leds, Lda, com sede no Lugar de Aldeia Nova, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha justifica o preço apresentado ao concurso tendo em atenção os seguintes fatores:

- a) Um estudo pormenorizado, atento e detalhado do processo da empreitada assim como condições exigidas pelo local.
- b) Disponibilidade dos técnicos e trabalhadores com profundo conhecimento e experiência em obras deste tipo, fruto da experiência adquirida ao longo dos anos.
- c) O preço proposto pressupõe uma execução contínua da Empreitada, sem interrupções de trabalhos entre as diferentes fases do Plano de Trabalhos apresentado.
- d) O tipo de obra enquadra-se nas obras que esta Empresa está habituada a executar.
- e) A proposta apresentada é o resultado da avaliação dos custos compostos das quantias de trabalho para o concurso a serem realizadas de acordo com as peças escritas e desenhadas que compõe o projeto nas condições expressas no Caderno de Encargos.
- f) Os custos compostos contêm o conjunto de todos os fatores de produção e ainda uma parcela respeitante ao encargo com a direção e organização do trabalho e com a manutenção do normal funcionamento da empresa, bem como outra parcela respeitante ao lucro.

Riba de Âncora, 30 de Novembro de 2016

**LUÍS
MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**

Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:26:17 Z

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - BENEFICIAÇÃO/ REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO
MAPA DE QUANTIDADES

Cap.	Art.	Designação	Un.	Quant.	P. Unit.	Total
O presente orçamento inclui todas as diligências necessárias junto da EDP, para posterior receção dos trabalhos por essa entidade.						
1		LOIVO				
	1.1	Fornecimento e instalação de cabo LXS 4x16 mm2, incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários para uma boa execução e bom funcionamento.	ml	76,30	5,23 €	399,05 €
	1.2	Fornecimento e instalação de cabo LXS 4x70+IP mm2, incluindo, fita sinalização e todos os trabalhos e acessórios necessários para uma boa execução e bom funcionamento.	ml	160,00	9,20 €	1 472,00 €
	1.3	Execução de terras de proteção em conformidade com as DMA da EDP.	vg	1,00	250,00 €	250,00 €
	1.4	Fornecimento e instalação de baixada elétrica, incluindo cabos, tubo hidronil, fitas de bandit e ligadores.	vg	1,00	65,28 €	65,28 €
	1.5	Fornecimento de caixa de seccionamento, incluindo rabos de porco, pinças de amaração, ligadores e acessórios para o seu bom funcionamento.	vg	1,00	990,00 €	990,00 €
		Total do Capítulo 1				3 176,33 €
2		REBOREDA				
	2.1	Colocação de armadura, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	5,00	35,00 €	175,00 €
		Total do Capítulo 2				175,00 €
3		GONDARÉM				
	3.1	Desmontagem e recolocação de luminárias, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	8,00	45,00 €	360,00 €
	3.2	Fornecimento e colocação de Poste P9-200, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	2,00	590,00 €	1 180,00 €
	3.3	Fornecimento e colocação de Cabo LXS 4x50+IP, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	ml	105,00	9,20 €	966,00 €
		Total do Capítulo 3				2 506,00 €
4		SOPO				
	4.1	Colocação de armadura, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	4,00	35,00 €	140,00 €
	4.2	Fornecimento e colocação de Poste P9-200, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	1,00	590,00 €	590,00 €
	4.3	Fornecimento e colocação de cabo, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	ml	45,00	9,20 €	414,00 €



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - BENEFICIAÇÃO/ REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO

MAPA DE QUANTIDADES

Cap.	Art.	Designação	Un.	Quant.	P. Unit.	Total
	4.4	Desmontagem de rede aérea existente (LXS 4x16), fornecimento e montagem de cabo LXS 4x50 + IP, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	ml	110,00	8,10 €	891,00 €
	4.5	Fornecimento e colocação de caixa de seccionamento, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	1,00	1 050,00 €	1 050,00 €
		Total do Capítulo 4				3 085,00 €
5		Vila Nova de Cerveira				
	5.1	Deslocar armadura, incluindo todos os trabalhos e materiais associados.	un	1,00	35,00 €	35,00 €
		Total do Capítulo 5				35,00 €
		TOTAL DA EMPREITADA				8 977,33 €

Acima deste valor acresce IVA à taxa legal em vigor

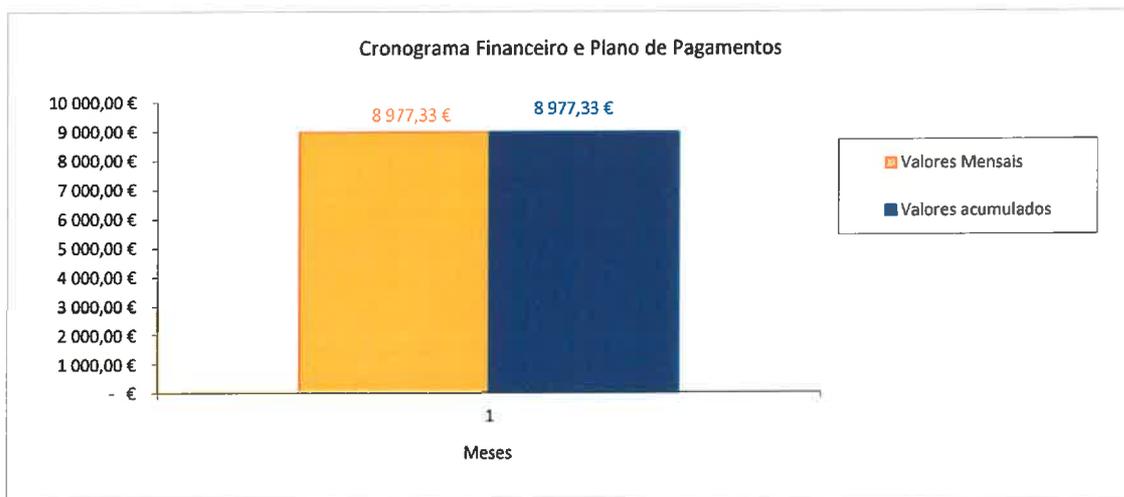
**LUÍS
MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:27:20 Z

PLANO DE PAGAMENTOS
Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação Pública Nas Freguesias Do Concelho

Luis Mauricio - Casa dos Leds, Lda., numero de identificação fiscal 514 036 761, com sede em Lugar da Aldeia Nova, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha, declara que em caso de adjudicação do procedimento **Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação Pública Nas Freguesias Do Concelho** o cronograma financeiro e o plano de pagamentos será o seguinte:

		Valores Mensais		Valores Acumulados	
Dias	Auto Medição	%	Valor	%	Valor
30	1	100,00%	8 977,33 €	100,00%	8 977,33 €

Valor da Proposta:	8 977,33 €
---------------------------	-------------------



Riba de Âncora, 30 de Novembro de 2016

**LUÍS
MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**

Assinado de forma digital por LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES
Dados: 2016.11.30 15:28:13 Z

MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E DESCRITIVA DO MODO DE EXECUÇÃO DA OBRA

Documento de acordo com o art.º 8 alínea e) do Programa de Concurso



**Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação
Pública Nas Freguesias Do Concelho**



Conteúdo

1	Introdução Geral.....	2
2	Empresa.....	3
2.1	Apresentação.....	3
2.2	Objetivos.....	3
2.3	Visão, Missão e Política da Qualidade.....	3
2.4	Equipamentos.....	4
3	Âmbito do projeto /obra	5
3.1	Localização da Obra.....	5
3.2	Descrição da Obra.....	5
3.3	Trabalhos a Executar	5
4	Condicionalismos da Empreitada	6
5	Experiência da Empresa em Obras Similares	7
6	Organigrama da Obra	7
7	Planeamento da Execução da Obra.....	7
7.1	Programa de Trabalhos	7
7.1.1	Lista de Atividades e Recurso a Alocar	8
7.1.2	Relação de Sequencia entre Atividades	8
7.1.3	Estimativa de Duração e Custo das Atividades.....	9
7.1.4	Rendimento	9
7.1.5	Cálculo da Rede CPM.....	9
7.1.6	Prazo de Execução da Obra	9
7.1.7	Caminho Critico	10
7.2	Plano de Mão-de-Obra e Plano de Equipamentos	10
7.3	Garantia de Cumprimento de Prazo.....	11
7.4	Plano de Pagamentos	11
7.5	Aprovisionamento de Recursos: Humanos, Materiais e Equipamentos	12
7.5.1	Fornecimento de Materiais	12
7.6	Fornecimento de Equipamento/Mão-de-Obra	12
8	Qualidade	13
9	Execução dos Trabalhos	13
9.1	Fluxo e Descrição Geral dos Trabalhos.....	13
10	Conclusão	14

1 Introdução Geral

A presente Memória Descritiva e Justificativa dá resposta à alínea e) do artigo 8.º do programa de concurso público.

A memória agora apresentada contém a descrição e justificação do modo de execução da obra bem como a especificação, para as atividades mais relevantes, dos métodos e soluções construtivas que se pretendem utilizar na execução dos trabalhos. Contém ainda a fundamentação dos meios humanos e materiais necessários para a execução da obra e para o cumprimento do Plano de Trabalhos proposto.

Este documento tem por objetivo a descrição e justificação da análise realizada ao caderno de encargos e programa de concurso da obra supramencionada tendo em vista a preparação e apresentação da proposta.

Nesta análise, aos documentos do concurso, foram ponderados fatores relacionados com o projeto, fatores internos e externos tendo em vista a obtenção da proposta mais equilibrada e que satisfaça os objetivos de tempo, custo e qualidade de execução do referido projeto.

O tempo de execução, plano de trabalhos, é apresentado segundo um diagrama de Gantt, indicando a disposição temporal, duração e ligações das atividades prevista e respetivo caminho crítico, cumprindo-se o prazo estipulado no Caderno de Encargos, para a globalidade dos trabalhos, contados a partir da data de consignação.

Os trabalhos a realizar no âmbito do presente procedimento serão executados no prazo de 30 dias calendário, contados a partir da data de consignação, nos termos previstos no caderno de Encargos da proposta.

O presente programa constitui uma primeira aproximação ao futuro Plano de Trabalho. Em caso de adjudicação poderá ser elaborado um Plano de Trabalhos Definitivo. Admite-se, portanto, que na fase de preparação da execução da obra possam ocorrer ajustamentos de pormenor, sem alteração dos princípios estratégicos e das datas-chave do presente programa.

2 Empresa

2.1 Apresentação

A Luís Maurício – Casa dos Leds, Lda., é uma empresa vocacionada para a execução, manutenção e exploração de infraestruturas elétricas, aéreas e subterrâneas de baixa e média tensão, postos de transformação e iluminação pública.

Funda em 2016, com sede em Lugar de Aldeia Nova nº. 288, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha, registada na Conservatória do Registo Comercial com o número 514 036 761, apresenta um capital social de 5000€.

2.2 Objetivos

A Luís Maurício – Casa dos Leds, Lda., desenvolve a sua atividade no domínio de execução de Infraestruturas Elétricas, para os sectores de Construção Civil de Obras Públicas e Particulares, tendo em conta os seguintes objetivos:

- Permanecer uma Empresa de referência em termos técnico-económicos;
- Ser, em termos de recursos humanos, uma empresa de média dimensão, flexível, com pessoal profissional bem qualificado e uma empresa com uma elevada capacidade técnica.

2.3 Visão, Missão e Política da Qualidade

➤ Visão

Ser uma Organização Prestadora de serviços credível junto dos clientes, gerando no mercado uma imagem de solidez pela apresentação de uma estrutura flexível, competitiva e capaz, em permanente procura das melhores soluções para o cliente.

➤ Missão

A missão da Nossa Empresa é a prestação de serviços e a execução de Infraestruturas Elétricas, para os sectores de Construção Civil de Obras Públicas e Particulares.

Comprometemo-nos a promover e desenvolver a nossa atividade com “Qualidade”, de forma coerente com a política e objetivos organizacionais.

➤ Política da Qualidade

A política de qualidade da empresa está essencialmente orientada para o Cliente, servindo em simultâneos os interesses da organização, traduzindo-se nos seguintes aspetos essenciais:

1. Garantir o sucesso e a sustentabilidade económica da empresa;
2. Superar as necessidades e expectativas do “Cliente”;
3. Desenvolver o serviço na perspetiva da redução dos modos de falha;
4. Assegurar uma visão positiva por parte da sociedade do nosso desempenho;
5. Assegurar relações de parceria sólidas com todos os fornecedores;

6. Progredir no sentido da melhoria contínua da eficácia e eficiência do nosso Sistema de Gestão da Qualidade, garantindo a sustentabilidade do negócio.
7. Promover a maior consciencialização dos colaboradores para a importância do seu trabalho na qualidade dos “produtos”, bem como a sua motivação para com o SGQ;

2.4 Equipamentos

Equipamentos de Proteção:

- Equipamento de proteção individual;
- Equipamento de proteção coletivo;
- Barreiras de proteção e segurança;
- Sinalização de segurança e informação;
- Semáforos de sinalização rodoviária;
- Escadas de subida com lanço isolante;
- Tapetes de trabalho isolantes 45KV.

Aparelhos de medida e verificação:

- Megaohmímetro;
- Multímetro;
- Pinça amperimétrica;
- Voltímetro;
- Detetores de tensão 600V;
- Detetores de tensão 45KV;
- Sequêncímetros.

Ferramentas:

- Ferramentas e equipamentos de TET-BT;
- Ferramentas e equipamentos de TET-MT;
- Ferramentas de uso corrente;
- Equipamentos de uso corrente;
- Desenroladores de cabos;
- Roldanas de passagem de cabos subterrâneos e aéreos

3 Âmbito do projeto /obra

3.1 Localização da Obra

A presente empreitada será desenvolvida nas freguesias de Loivo, Reboreda, Gondarém, Sopo e Vila Nova de Cerveira.

3.2 Descrição da Obra

A presente empreitada contempla a beneficiação/reforço da iluminação pública nas freguesias do concelho.

No que concerne aos trabalhos propriamente ditos, serão os seguintes

- Implementação do plano de Segurança e Saúde;
- Beneficiação/reforço da iluminação pública.

3.3 Trabalhos a Executar

Os trabalhos a realizar no âmbito da presente empreitada são os seguintes:

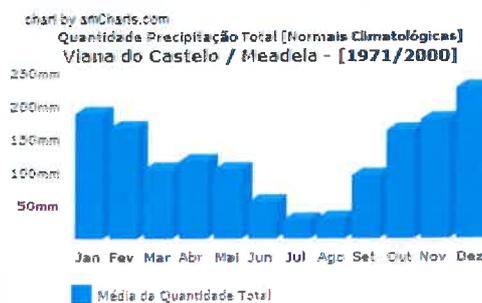
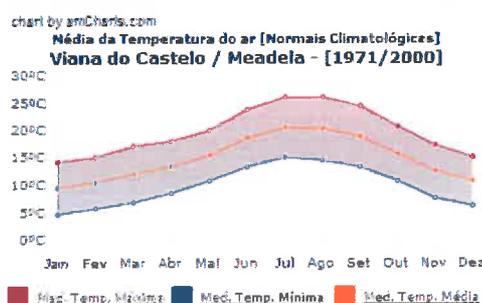
- Execução de rede aérea BT;
- Colocação de Postes de betão;
- Desmontagem e Colocação de Armaduras;
- Execução de Baixada Elétrica.

4 Condicionais da Empreitada

Condicionismo, traduz de forma geral, todos os equipamentos, estrutura, ocorrência ou condições, existentes na área ou envolvimento da obra, que possa de algum modo interferir no normal funcionamento da empreitada.

De forma a determinar os recursos, físicos e humanos, custos e ritmo de trabalho mais adequados à empreitada, foram analisados:

- Características geográficas;
- Condições climáticas



- Implantação e ocupação da área, partindo-se de uma análise ao local de trabalhos.

O local de execução dos trabalhos implicará um cuidado extremo na sua preparação e execução, garantindo-se medidas de prevenção que garantam a segurança não só do perímetro afeto à empreitada como também nas áreas envolventes.

No decorrer da preparação da obra serão estudados horários das tarefas mais ruidosas e mais propícias a acidentes e compatibilizados com os horários de maior tráfego/atividade às áreas adjacentes à área de intervenção.

Aquando da preparação da obra, serão ainda executadas ações de sensibilização, junto do responsável de segurança e dos vários serviços afetos e utilizadores das áreas a intervencionar, para a apresentação dos inconvenientes que a empreitada poderá apresentar e para conjuntamente com estes, se tomarem medidas que minimizem incómodos a todos.

Além das questões de segurança referidas anteriormente, a empreitadas requer preocupação constante pelas questões ambientais.

5 Experiência da Empresa em Obras Similares

A empresa tem uma vasta experiência em obras de igual natureza, com condicionantes e características semelhantes, permitindo a perfeita execução dos trabalhos, seguindo o proposto no procedimento do concurso, de forma a minimizar o impacto negativo nas áreas a intervir e nas áreas envolventes.

O conhecimento aprofundado do local será um forte aliado à resolução dos condicionamentos que possam surgir da sua execução, próprios deste tipo de empreitadas.

6 Organigrama da Obra

A gestão da empreitada estará a cargo de uma estrutura funcional estritamente criada para o efeito com elementos constantes do quadro técnico da empresa.

Na condução dos trabalhos será designado um responsável com experiência e conhecimentos em obras desta natureza, que assegurará, além da qualidade exigida no Caderno de Encargos, a coordenação dos diversos meios humanos e equipamentos previstos a utilizar. Esta equipa comportará técnicos com experiência na condução de empreitadas desta natureza, apoiados por outros técnicos e meios, que permitirá a execução da empreitada de acordo com o definido no Plano de Trabalhos.

Para apoio à execução da empreitada, a direção técnica contará com o apoio de toda a logística associada à empresa.

A empreitada incluirá:

- Engenheiro eletrotécnico que garanta a condução dos trabalhos da especialidade;
- Encarregado geral que coordenará, no local, todos os trabalhos.

Serão ainda associados à empreitada um conjunto de técnicos que apoiarão a execução dos trabalhos durante determinados períodos da empreitada, de acordo com o previsto no plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos.

7 Planeamento da Execução da Obra

Preparação de decisões para alcançar objetivos, tendo como finalidade melhorar o uso e gestão dos recursos. O planeamento permitirá estimar recurso, custos e tempos.

O plano de trabalhos é constituído por:

- Plano preliminar de trabalhos – fases da empreitada, duração e encadeamento das tarefas;
- Plano de mão-de-obra – indicação do número de homens por dia;
- Plano de equipamento – apresentação dos equipamentos e máquinas afetos à empreitada.

7.1 Programa de Trabalhos

O Programa de Trabalhos agora desenvolvido com base nas peças escritas e desenhadas postas a concurso, bem como das informações recolhidas no local após visita dos técnicos da empresa, constitui para já uma previsão dos trabalhos a efetuar, que será sujeita a prova nos prazos definidos na lei e peças processuais do concurso e ajustada durante a fase de preparação da obra.

Este documento será elaborado com o auxílio de ferramentas informáticas próprias (Microsoft Project). O programa de trabalhos será apresentado na forma de diagrama de Gantt, onde é refletido num gráfico de barras as atividades a executar e as respetivas durações.

Importa assinalar que o programa de trabalhos agora apresentado reflete já elementos ao nível do projeto de execução e um estudo e detalhe aprofundado, refletindo tempos e recursos necessários à execução de cada tarefa, bem como um modo de execução em que o encadeamento entre atividade apresentada é rigorosa e lógica.

O programa de trabalhos apresentado possibilita uma leitura fácil do modo de execução proposto para a empreitada e da sua evolução além dos meios humanos e materiais, que possibilitarão a execução da empreitada no tempo definido com qualidade e economia.

7.1.1 Lista de Atividades e Recurso a Alocar

Para cada nível inferior da estrutura de decomposição da obra foram identificadas e listadas as atividades a desenvolver. Desta forma, alcançamos o detalhe necessário ao planeamento e controlo da execução da empreitada. Na sequência das listas de atividades, foi possível elaborar a lista de recurso, físicos e humanos, necessários à realização de cada uma das atividades e respetivas quantidades.

7.1.2 Relação de Sequencia entre Atividades

As relações de sequencia dependência entre atividades definidas no plano de trabalhos são relações lógicas de dependência física, tentando-se, sempre que possível, a execução de uma única atividade num determinado espaço físico e espaço temporal.

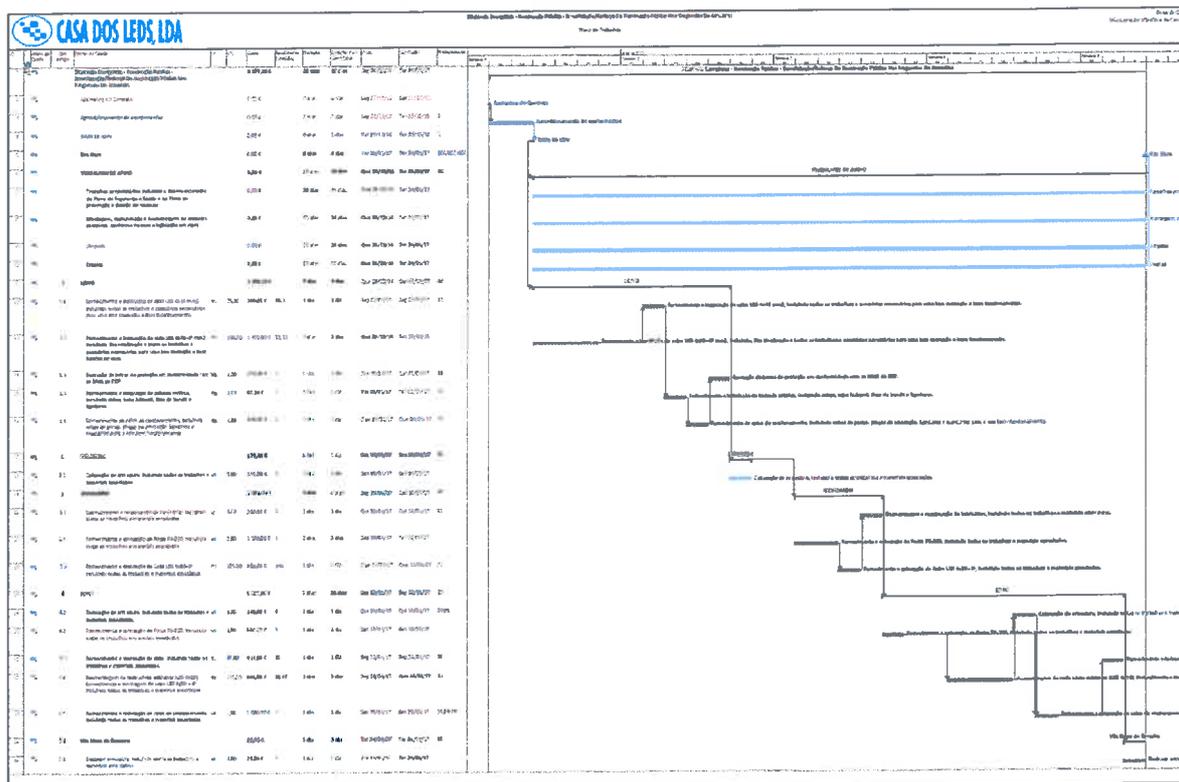


Figura 1 - Diagrama de Gantt

7.1.3 Estimativa de Duração e Custo das Atividades

A estimativa da duração das atividades foi realizada admitindo-se as respetivas quantidades de trabalho, tendo por referência a informação de rendimento de produção existente na empresa relativa a obras anteriores realizadas.

A unidade de media para a estimativa das durações das atividades é o dia normal de trabalho.

A estimativa dos custos por atividade foi realizada levando em consideração a lista de recursos necessários anteriormente identificada, suas quantidades por atividade e tendo também em referência a informação sobre custos de recursos, físicos e humanos, existentes na empresa.

7.1.4 Rendimento

Para a determinação dos rendimentos, foi considerada a lista de recursos necessários e as respetivas quantidades por atividade.

Os rendimentos gerais para a execução dos trabalhos, são os apresentados no plano de trabalhos. Os rendimentos apresentados traduzem ainda os condicionalismos da empreitada, bem como a intenção de minimizar impactos nas áreas adjacentes em funcionamento.

O aumento ou diminuição dos recursos permitirá oscilar o desenvolvimento dos trabalhos, caso necessário por forma a executar o trabalho em tempo previsto, no entanto, as quantidades e natureza de recurso agora apresentados serão os necessários para a execução dos trabalhos em condições normais.

Caso se venham a verificar coeficientes de subprodução derivados de alguma das seguintes situações:

- Condições atmosféricas adversas;
- Ineficiência mecânica ou dos operários;
- Condicionantes de execução casuais.

a empresa procederá a reforços pontuais de equipamentos e mão-de-obra que permitam a execução dos trabalhos sem condicionar o andamento das tarefas críticas e conseqüentemente a data final da empreitada.

7.1.5 Cálculo da Rede CPM

Uma vez definidas as atividades, as suas durações e precedências, procedeu-se ao cálculo da rede, recorrendo-se à utilização de programa informático de planeamento, Microsoft Project.

Foi avaliado o caminho crítico das atividades, entendesse como atividades críticas, todas as atividades que não tenham folga (atividades a vermelho) tendo-se especial atenção para a conformidade com a estratégia da obra.

7.1.6 Prazo de Execução da Obra

De acordo com as condições do programa do concurso e com as considerações internas assumidas quanto à estratégia, aos recursos e tecnologias construtivas que serviram de base à elaboração do plano de trabalhos, o prazo global de todos os trabalhos a realizar no âmbito desta empreitada é de 30 dias, contando a partir da data de consignação.



A unidade de tempo considerada na elaboração do plano de trabalhos é o dia normal de trabalho. Na apresentação em anexo o plano de trabalhos a grelha temporal está dividida por mês e por semana.

Se necessário, e desde que autorizado pelas entidades, recorrer-se-á ao trabalho em horário alargado para a correção de eventuais desvios de execução em relação ao planeamento aprovado

7.1.7 Caminho Critico

O caminho crítico para a execução da empreitada segue o encadeamento apresentado no plano de trabalhos, normal para este tipo de empreitada.

De forma geral é definido como a série de atividades que devem ser concluídas em dia, sem atraso, para que a empreitada termine nos prazos definidos.

Conhecendo e controlando o caminho crítico, bem como os recursos atribuídos às atividades críticas determinar-se-á quais as tarefas passíveis de afetar a data de término do projeto e concluir se ele terminará no prazo definido. Com esta determinação poderão prever-se situações anómalas e imprevisíveis e antecipar a sua resolução de forma a não condicionar a execução da empreitada nos prazos previstos.

7.2 Plano de Mão-de-Obra e Plano de Equipamentos

Para o plano de mão-de-obra e plano de equipamento tomou-se em consideração o Programa de trabalhos e a lista de recursos necessária à realização da obra e que serviu de base à elaboração do dito plano de trabalhos.

Assim os planos de mão-de-obra e equipamento resultam da disposição temporal dos tipos e quantidades de recursos necessários à realização de cada uma das atividades constantes na lista geral de atividades e também elas dispostas temporalmente, como se observa no plano de trabalhos.

O Plano de Mão-de-obra permitirá retirar a informação referente ao número e distribuição temporal dos técnicos envolvidos na execução da empreitada. O Plano de Equipamentos apresentará por sua vez os equipamentos e máquinas mais significativos, necessários á execução da empreitada, bem como a sua mobilização ao longo da empreitada.

Os recursos afetos á empreitada manter-se-ão em obra nos períodos identificados nos planos de mãos-de-obra e equipamento nas quantidades aí definidas.

Os recursos são assim os suficientes para garantir os rendimentos propostos, no entanto caso necessário será fortalecido o conjunto de recursos apresentados quer no que respeita às quantidades de mão-de-obra ou equipamento, quer no que se refere as categorias. Este reforço será efetuado através da deslocação de recursos provenientes de outras empreitadas e/ou do estaleiro central ou através de novas contratações/compras ou subempreitadas.

Prevê-se assim a mobilização dos técnicos e equipamento para a empreitada, de acorado com o Plano de Mão de obra e Plano de Equipamentos.

A quantificação e distribuição dos recursos durante o prazo de execução da empreitada, foi efetuada com base em diversos parâmetros, dos quais se referem:

- A experiencia da empresa em empreitadas semelhantes;
- As quantidades de trabalhos a executar;

- Os rendimentos de mão-de-obra e de equipamentos associados a cada trabalho, de acordo com as condições de execução de cada um destes trabalhos;
- A sequência obrigatória e indicada de trabalhos de acordo com os melhores princípios da arte de construção.

7.3 Garantia de Cumprimento de Prazo

A monitorização e garantia de cumprimento de prazo será conseguida através da criação de equipas capazes e altamente qualificadas para a execução da empreitada, com técnicos especializados em cada uma das áreas que a compõem.

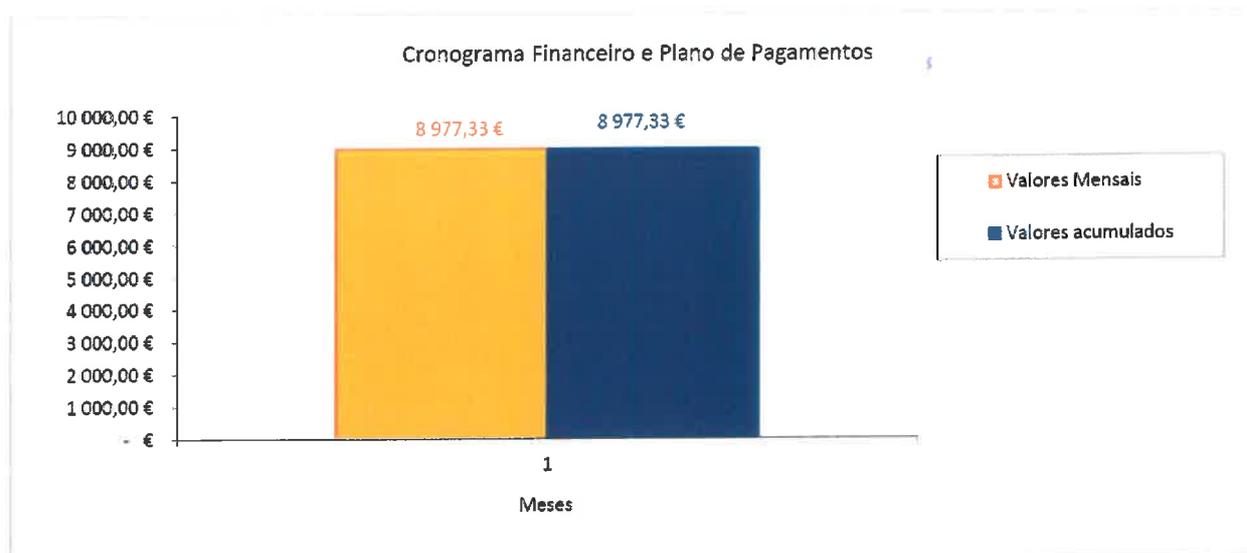
Referem-se ainda um conjunto de ações e medidas corretivas que permitirão novo ajuste aos prazos definidos, caso se verifique algum desvio aos mesmos, sendo que estas ações pressupõem sempre uma prévia aprovação da fiscalização:

- Reforço de mão-de-obra e/ou de equipamentos;
- Alargamento do horário de trabalho, sujeito á aprovação das entidades competentes;
- Análise das folgas de cada atividade, especialmente das atividades críticas, com vista á reprogramação das tarefas restantes;
- Sempre que o faseamento da obra o permita, a execução dos trabalhos da mesma natureza de forma sequencial, para obter rendimentos e eficiências máximas de mão-de-obra e equipamento;
- Alteração de estratégia de execução da empreitada, nomeadamente através da criação de frentes de trabalho novas/diferentes.

7.4 Plano de Pagamentos

O plano de pagamentos e cronograma financeiro foram elaborados dentro dos mesmos princípios definidos no ponto anterior. Assim, resulta da disposição temporal dos custos de todos os recursos constantes no plano de mão-de-obra e plano de equipamentos somados, com os encargos indiretos. Esta disposição é apresentada através de uma tabela e gráficos de onde se pode retirar de forma direta os valores da faturação prevista para a empreitada.

Dias	Auto Medição	Valores Mensais		Valor da Proposta:	8 977,33 €
		%	Valor	Valores Acumulados	
30	1	100,00%	8 977,33 €	%	Valor
				100,00%	8 977,33 €



7.5 Aprovisionamento de Recursos: Humanos, Materiais e Equipamentos

Os equipamento e mão-de-obra a utilizar para a execução da empreitada, são os constantes no plano de equipamentos e plano de mão-de-obra em anexo a esta proposta, podendo ser alterados em função do estado e desenvolvimento da dita obra, não abdicando porém, de ser assegurada a boa execução da empreitada.

7.5.1 Fornecimento de Materiais

Para fornecimento dos materiais a empresa recorrerá à lista de fornecedores qualificados, da empresa, selecionando-se o fornecedor que assegure garantidamente os melhores critérios de boa execução no que diz respeito ao prazo e qualidade dos materiais fornecidos. A aplicação dos materiais e elementos de construção na obra, será previamente sujeita a aprovação, nos termos e datas do disposto no caderno de encargos e legislação em vigor.

7.6 Fornecimento de Equipamento/Mão-de-Obra

Os meios humanos apresentados no plano de mão-de-Obra, estarão em obra de acordo com o estipulado nesse plano, representando sempre mão-de-obra qualificada para os trabalhos a que estão afetos.

Sempres que necessário recorrer-se-á à contratação de pessoal.

Os equipamentos a utilizar são propriedade da empresa. Todo o equipamento será colocado em obra, em perfeitas condições de utilização, quando necessário.

Todo o equipamento será manuseado por técnicos capacitados para o seu manuseamento.

O fato de a empresa possuir equipamentos próprios, necessários para a execução da empreitada, permitirá o cumprimento do prazo geral da empreitada bem como o cumprimento dos prazos apresentados no Plano de Trabalhos em anexo.

8 Qualidade

Os trabalhos a realizar previstos nos documentos desta proposta e ordenados no Programa do Concurso e respetivo Caderno de Encargos, serão efetuados em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis a cada equipamento, assim como as diretivas fornecidas pelos serviços técnicos do Município de Vila Nova de Cerveira.

9 Execução dos Trabalhos

A execução dos trabalhos irá desenvolver-se segundo o modelo de produção misto, realizando-se operações de conversão de entradas (recursos) em saídas (produto acabado) e operações de fluxo dos recursos em obra, tentando sempre minimizar os desperdícios e tempos de espera ou paragem dos referidos recursos.

Todas as atividades de construção serão preparadas, realizadas, executadas, controladas e entregues de acordo com o caderno de encargos do projeto e com o plano específico da qualidade definido pela empresa para a obra em causa.

Em todas as atividades de construção será dada especial atenção aos mecanismos de prevenção da segurança, higiene e ambiente definidos no plano de segurança e saúde e de acordo com as orientações do coordenador de segurança e saúde definido para a fase de execução da referida obra.

9.1 Fluxo e Descrição Geral dos Trabalhos

A empreitada será executada em 30 dias e envolverá a execução de baixadas elétricas.

Após análise das condições da empreitada, foi programada a execução da obra.

Para a execução desta empreitada propomos introduzir **uma equipas** com pessoal especializado que terão ao seu dispor os meios necessários à execução de cada atividade.

De uma forma geral os trabalhos desenvolver-se-ão de forma normal para este tipo de empreitadas, seguindo-se o fluxo de trabalhos definido no programa de trabalhos em anexo e que se resumirá da forma a seguir descrita.

Após a consignação da obra será efetuado o levantamento da obra, onde se precisarão os materiais, equipamento e mão-de-obra necessários, bem como o escalonamento da sua utilização, o que permitirá uma gestão eficaz, garantindo-se assim minimizar desvios nos prazos definidos consequência de desvios na entrega dos materiais ou atraso de recursos.

Detalhamos de seguida as tarefas mais importantes no decorrer da obra.

➤ Rede Aérea - BT

○ Condutores e Cabos Elétricos

A empreitada compreende o fornecimento e montagem cabos e seus acessórios, relativos a todas as instalações mencionadas.

Os condutores e cabos elétricos que nos propomos fornecer e instalar, serão dos tipos e das secções indicados no projeto, homologados, colocados em conformidade com as peças desenhadas, nas cores convencionais e deverão ser constantes ao longo de cada circuito.



➤ **Terras de Proteção**

Os quadros elétricos considerados na presente proposta obedecem ao especificado nas peças escritas e serão executadas em conformidade com as DMA da EDP.

➤ **Colocação de postes**

A colocação de postes de betão considerados na presente proposta obedece ao especificado nas peças escritas e serão executadas em conformidade com as DMA da EDP.

10 Conclusão

A Empresa, detém bom currículo na execução de obras similares. O equipamento disponibilizado para a presente obra é maioritariamente próprio e encontra-se totalmente operacional.

Todos os materiais a utilizar na empreitada terão a sua qualidade devidamente controlada, obedecendo a todas as condições exigidas no Caderno de Encargos.

Todos os trabalhos serão realizados de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente pelo Código dos Contractos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, tendo em conta as alterações introduzidas pelo DL nº149/2012 de 12 de Julho, bem como de acordo com as peças da patente colocada a concurso, tendo em conta quaisquer erros ou omissões detetados e aprovados durante a fase de concurso, conforme o disposto no Artigo 61º do CCP.

Salvaguardamo-nos, nos termos do nº3 do Artigo 378º do CCP, da execução de outros trabalhos que não os constantes da lista final contendo o suprimento de erros e omissões, sempre que tais trabalhos tenham sido dados como estritamente necessários à boa execução da empreitada no decorrer do prazo legal, mas não tenham sido previamente assumidos pelo Dono de Obra.

O nosso estudo baseou-se nos elementos que integram o Caderno de Encargos, esclarecimentos prestados e nos elementos patenteados a concurso.

Em tudo omissos nesta Memória Descritiva e Justificativa serão respeitados os regulamentos aplicáveis bem como as normas técnicas especificadas.

Riba de Âncora, 30 de Novembro de 2016.

**LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**

Assinado de forma digital
por LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:29:02 Z

Declaração

A empresa Luís Maurício – Casa dos Leds, Lda., com sede no Lugar de Aldeia Nova n.º 288, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha, com o número fiscal n.º 514 036 761, representada pelo sócio-gerente Luis Mauricio Giestas Gonçalves, residente em Lugar de Aldeia Nova n.º 288, 4910-316 Riba de Âncora, concelho de Caminha, concorrente ao procedimento **Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação Pública Nas Freguesias Do Concelho**, declara, sob compromisso de honra, de que possui e se compromete a manter o Alvará de construção emitido pelo Instituto de Construção e de Imobiliário, I.P., (**Alvará 82811 - PUB**) com as seguintes habilitações:

Categoria	Subcategoria	Classe	Valor da Classe	Valor da proposta	Empresa:
Instalações 4.ª Elétricas e Mecânicas	1.ª Instalações Elétricas de utilização de Baixa Tensão com potência até 50 kVA	2	332 000,00 €	8 977,33 €	Luis Mauricio – Casa dos Leds, Lda

Riba de Âncora, 30 de Novembro de 2016

**LUÍS
MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**

Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:29:41 Z



LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES

Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:30:14 Z

Alvarás de empreiteiro de obras públicas

(O alvará é válido por tempo indeterminado, sem prejuízo do controlo officioso do cumprimento dos requisitos)

Alvará 82811 - PUB

Data de inscrição 16/08/2016

Classe Máxima 2

NIF/NIPC 514036761

Denominação LUIS MAURICIO CASA DOS LEDS LDA

Morada LUGAR ALDEIA NOVA 288
RIBA DE ÂNCORA
4910-316 RIBA DE ÂNCORA

Concelho Caminha

Distrito Viana do Castelo

País PORTUGAL

Telefone -

Fax -

E-mail electricidadelm@hotmail.com

HABILITAÇÕES

Descrição	Classe
4ª Categoria - Instalações elétricas e mecânicas	
1.ª - Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 kVA	2
2.ª - Postos de transformação até 250 kVA	2
4.ª - Redes e instalações elétricas de tensão de serviço até 30 kV	2
6.ª - Instalações de produção de energia elétrica até 30 kV	2
9.ª - Infraestruturas de telecomunicações	2
10.ª - Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção	2
16.ª - Redes de ar comprimido e vácuo	2
18.ª - Gestão técnica centralizada	2

Descrição	Classe
19. ^a - Outras instalações mecânicas e eletromecânicas	2

Impresso a partir do portal do IMPIC, www.impic.pt, em 18/08/2016 13:14



Certidão Permanente

Código de acesso: 2062-7851-7381

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel. (artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 514036761

Firma: LUÍS MAURÍCIO - CASA DOS LEDS LDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS

Sede: Lugar da Aldeia Nova, Nº 288

Distrito: Viana do Castelo **Concelho:** Caminha **Freguesia:** Riba de Âncora
4910 316 Riba de Âncora

Objecto: Instalação eléctrica e de infraestruturas de distribuição eletricidade e comércio de material eléctrico; Instalação de redes de distribuição e instalação de gás; Instalação de infraestruturas de AVAC e mecânicas; Instalação de infraestruturas de tratamento ambiental; Instalação de apoio e sinalização em sistemas de transporte; Construção de edifícios e obras públicas; Construção de redes de transporte e distribuição de eletricidade e redes de telecomunicações; Instalação de climatização; Instalação de canalizações; Outras instalações em construções; Construção de redes de transporte de águas, esgotos e de outros fluidos; Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações eléctricas de baixa tensão; Fabricação de lâmpadas eléctricas e de outro equipamento de iluminação; Fabricação de motores, geradores e transformadores eléctricos; Fabricação de outros fios e cabos eléctricos e electrónicos; Fabricação de dispositivos e acessórios para instalações eléctricas de baixa tensão; Fabricação de outro equipamento eléctrico; Consultoria e projectos nas áreas da energia e eficiência energética; Construção civil e obras públicas; Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais de construção.

Capital: 5.000,00 Euros

CAE Principal: 43210-R3

CAE Secundário (1): 47523-R3 **CAE Secundário (2):** 46732-R3 **CAE Secundário (3):** 27122-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

Forma de Obrigação: Com a intervenção de 1 gerente.

Prazo de duração dos(s) Mandato(s): Menção não aplicável á presente entidade.

Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES

NIF/NIPC: 209203650

Cargo: Gerente

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 AP. 28/20160627 16:36:21 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE, DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: LUÍS MAURÍCIO - CASA DOS LEDS LDA

NIPC: 514036761

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE: Lugar da Aldeia Nova, Nº 288

Distrito: Viana do Castelo Concelho: Caminha Freguesia: Riba de Âncora

4910 - 316 Riba de Âncora

OBJECTO: Instalação eléctrica e de infraestruturas de distribuição eletricidade e comércio de material eléctrico; Instalação de redes de distribuição e instalação de gás; Instalação de infraestruturas de AVAC e mecânicas; Instalação de infraestruturas de tratamento ambiental; Instalação de apoio e sinalização em sistemas de transporte; Construção de edifícios e obras públicas; Construção de redes de transporte e distribuição de eletricidade e redes de telecomunicações; Instalação de climatização; Instalação de canalizações; Outras instalações em construções; Construção de redes de transporte de águas, esgotos e de outros fluidos; Fabricação de material de distribuição e de controlo para instalações eléctricas de baixa tensão; Fabricação de lâmpadas eléctricas e de outro equipamento de iluminação; Fabricação de motores, geradores e transformadores eléctricos; Fabricação de outros fios e cabos eléctricos e electrónicos; Fabricação de dispositivos e acessórios para instalações eléctricas de baixa tensão; Fabricação de outro equipamento eléctrico; Consultoria e projectos nas áreas da energia e eficiência energética; Construção civil e obras públicas; Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais de construção.

CAPITAL : 5.000,00 Euros

Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 4.500,00 Euros

TITULAR: LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES
NIF/NIPC: 209203650
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência/Sede: Lugar da Aldeia Nova, Nº 288
4910 - 316 Caminha

QUOTA : 500,00 Euros

TITULAR: CARLOS FERNANDO NUNES PORTO
NIF/NIPC: 186649550
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência/Sede: Travessa das Laranjeiras
4900 - 012 Afife

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de 1 gerente.

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES
NIF/NIPC: 209203650
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Lugar da Aldeia Nova, Nº 288
4910 - 316 Caminha

Data da deliberação: 27 de junho de 2016

O capital social será entregue nos cofres da sociedade até ao termo do primeiro exercício económico.

Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Ajudante, Ana Baltazar

An. 1 - 20160627 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Ajudante, Ana Baltazar

Certidão permanente subscreta em 07-10-2016 e válida até 07-10-2017

Fim da Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

« Voltar Sair

LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS GONÇALVES

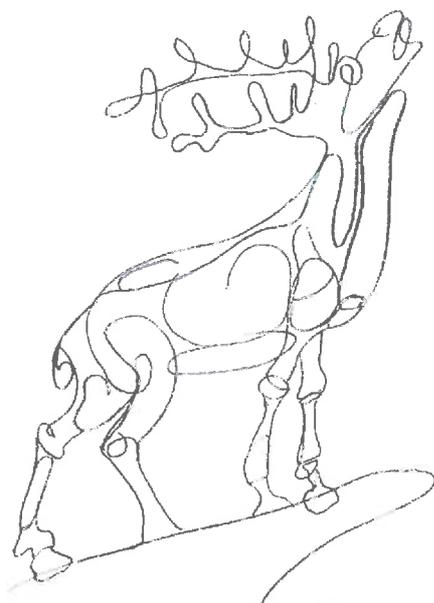
Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.11.30
15:30:50 Z



Subst

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
OBRAS MUNICIPAIS
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

Caderno de Encargos



AJUSTE DIRETO

Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho



João Fernando Brito Nogueira
João Fernando Brito Nogueira
Presidente da Câmara Municipal
Assinatura Electrónica Qualificada

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



INDICE

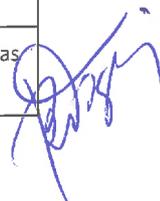
Capítulo I - Disposições iniciais	4
Cláusula 1.ª - Objeto.....	4
Cláusula 2.ª - Disposições por que se rege a empreitada	4
Cláusula 3.ª - Interpretação dos documentos que regem a empreitada	5
Cláusula 4.ª - Esclarecimento de dúvidas.....	5
Cláusula 5.ª - Projeto	5
Capítulo II - Obrigações do empreiteiro	5
Secção I - Preparação e planeamento dos trabalhos	5
Cláusula 6.ª - Preparação e planeamento da execução da obra	6
Cláusula 7.ª - Plano de trabalhos ajustado.....	7
Cláusula 8.ª - Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos.....	7
Secção II - Prazos de execução	8
Cláusula 9.ª - Prazo de execução da empreitada.....	8
Cláusula 10.ª - Cumprimento do plano de trabalhos	9
Cláusula 11.ª - Multas por violação dos prazos contratuais	9
Cláusula 12.ª - Atos e direitos de terceiros	9
Secção III - Condições de execução da empreitada	10
Cláusula 13.ª - Condições gerais de execução dos trabalhos	10
Cláusula 14.ª - Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção	10
Cláusula 15.ª - Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra	11
Cláusula 16.ª - Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção	11
Cláusula 17.ª - Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção.....	11
Cláusula 18.ª - Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção	11
Cláusula 19.ª - Aplicação dos materiais e elementos de construção	12
Cláusula 20.ª - Substituição de materiais e elementos de construção.....	12
Cláusula 21.ª - Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra	12
Cláusula 22.ª - Erros ou omissões do projeto e de outros documentos	12
Cláusula 23.ª - Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro	13
Cláusula 24.ª - Menções obrigatórias no local dos trabalhos	13
Cláusula 25.ª - Ensaios.....	13
Cláusula 26.ª - Medições.....	14
Cláusula 27.ª - Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados	14
Cláusula 28.ª - Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra.....	15
Cláusula 29.ª - Outros encargos do empreiteiro	15
Secção IV - Pessoal	15
Cláusula 30.ª - Obrigações gerais	15
Cláusula 31.ª - Horário de trabalho	16
Cláusula 32.ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho	16

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Capítulo III - Obrigações do dono da obra	16
Cláusula 33. ^a - Preço e condições de pagamento.....	16
Cláusula 34. ^a - Adiantamentos ao empreiteiro.....	17
Cláusula 35. ^a - Reembolso dos adiantamentos	17
Cláusula 36. ^a - Descontos nos pagamentos	18
Cláusula 37. ^a - Mora no pagamento.....	18
Cláusula 38. ^a - Revisão de preços	18
Secção V - Seguros	19
Cláusula 39. ^a - Contratos de seguro	19
Cláusula 40. ^a - Objeto dos contratos de seguro	20
Cláusula 41. ^a - Representação do empreiteiro.....	20
Cláusula 42. ^a - Representação do dono da obra	21
Cláusula 43. ^a - Livro de registo da obra.....	21
Capítulo V - Receção e liquidação da obra	22
Cláusula 44. ^a - Receção provisória	22
Cláusula 45. ^a - Prazo de garantia	22
Cláusula 46. ^a - Receção definitiva.....	22
Cláusula 47. ^a - Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução.....	23
Capítulo VI - Disposições finais	24
Cláusula 48. ^a - Deveres de colaboração recíproca e informação	24
Cláusula 49. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	24
Cláusula 50. ^a - Resolução do contrato pelo dono da obra	24
Cláusula 51. ^a - Resolução do contrato pelo empreiteiro	25
Cláusula 52. ^a - Foro competente	26
Cláusula 53. ^a - Comunicações e notificações.....	27
Cláusula 54. ^a - Contagem de prazos.....	27
Cláusula 55. ^a - Legislação aplicável.....	27

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Capítulo I
Disposições iniciais

Cláusula 1.ª
Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do Ajuste Direto para a realização da empreitada denominada “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”.

Cláusula 2.ª
Disposições por que se rege a empreitada

1. A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante designado abreviadamente por CCP);
- c) Ao decreto-lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte.

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código [*alínea não aplicável se o contrato não for reduzido a escrito nos termos da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 95.º do CCP*];
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos, integrado pelo programa e pelo projeto de execução;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre o programa e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução:
 - a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
 - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP, e sem prejuízo da remissão direta que estes elementos fizerem para outras peças;
 - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código, *[preceito não aplicável se o contrato não for reduzido a escrito nos termos da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 95.º do CCP]*.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

Projeto

O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham o projeto de execução;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea h) do n.º 4 da presente cláusula.

2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente *[os trabalhos preparatórios ou acessórios da responsabilidade do dono da obra devem ser expressamente indicados]*:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;

c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP, sem prejuízo do direito de o empreiteiro apresentar reclamação relativamente aos erros e omissões que só lhe seja exigível detetar posteriormente, nos termos previstos neste preceito e no n.º 2 do artigo 61.º do CCP;

d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;

e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;

f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos na alínea f);

h) A elaboração pelo empreiteiro de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, da responsabilidade do dono de obra, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

Cláusula 7.ª

Plano de trabalhos ajustado

1. No prazo de **8 (oito) dias** a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2. No prazo de **8 (oito) dias** a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3. O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4. O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;

b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5. O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

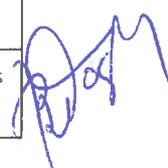
Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



3. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de **10 (dez) dias**, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de **10 (dez) dias**, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

6. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II Prazos de execução

Cláusula 9.ª Prazo de execução da empreitada

1. O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória **30 (trinta) dias** a contar da data da sua consignação.

2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3. Quando o empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o dono da obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.

4. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

5. Se houver lugar à execução de trabalhos a mais cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o empreiteiro o requeira, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos:

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



a) Sempre que se trate de trabalhos a mais da mesma espécie dos definidos no contrato, proporcionalmente ao que estiver estabelecido nos prazos parcelares de execução constantes do plano de trabalhos aprovado e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada;

b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa dos que constam no contrato, por acordo entre o dono da obra e o empreiteiro, considerando as particularidades técnicas da execução.

6. Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.

7. Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao empreiteiro, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

Cláusula 10.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1. O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, ficará sujeito ao disposto nos artigos 404.º e 405.º do CCP.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a **1% do preço contratual**.

2. No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3. O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Secção III
Condições de execução da empreitada

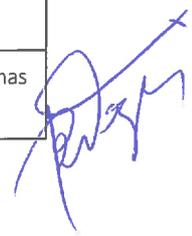
Cláusula 13.ª
Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.
3. O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 14.ª
Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
2. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar -se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.
4. Sem prejuízo do disposto nos artigos 61.º e 378.º do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar *[esta última parte não é aplicável nos casos previstos no n.º 3 do artigo 43.º do CCP]*.
5. A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.
6. Se o dono da obra, no prazo de **15 (quinze) dias**, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.
7. O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os «trabalhos a mais e a menos» ou para a «responsabilidade por erros e omissões», consoante a referida alteração configure «trabalhos a mais ou a menos» ou «trabalhos de suprimento de erros e omissões».

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Cláusula 15.ª

Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

1. Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma, materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2. O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 16.ª

Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los-á à aprovação do dono da obra.

2. Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos **15 (quinze) dias** subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3. O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.

4. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

Cláusula 17.ª

Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

1. Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de **10 (dez) dias**.

2. A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos **15 (quinze) dias** subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

Cláusula 18.ª

Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

1. Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



2. No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3. Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

Cláusula 19.ª

Aplicação dos materiais e elementos de construção

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.

Cláusula 20.ª

Substituição de materiais e elementos de construção

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

a) Sejam diferentes dos aprovados;

b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2. As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3. Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

Cláusula 21.ª

Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 22.ª

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

1. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos.

2. O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspeto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução.

3. Relativamente à execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões aplica-se o preceituado no artigo 376.º do CCP.

4. O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



5. O empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões do projeto de execução por si elaborado, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo dono de obra [aplicável apenas no caso de caber ao empreiteiro a elaboração do projeto de execução].

6. O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

7. O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

Cláusula 23.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica a que este compete.

Cláusula 24.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
2. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual [quando o contrato seja reduzido a escrito] e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
3. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 25.ª

Ensaios

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 26.^a

Medições

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas no projeto de execução;
- c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 27.^a

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

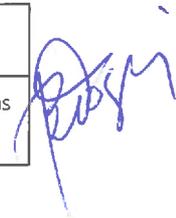
1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra [*apenas quando esteja previsto a disponibilização pelo dono da obra de meios necessários à realização da obra*] correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

3. O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste caderno de encargos para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o dono da obra não indique a existência de tais direitos.

4. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que o diretor de fiscalização da obra, quando para tanto for consultado, o notificar, por escrito, de como deve proceder.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Cláusula 28.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de **10 (dez) dias** a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;

b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 29.ª

Outros encargos do empreiteiro

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

2. Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 30.ª

Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 31.ª
Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

Cláusula 32.ª
Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 39.ª.

5. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra, e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

Capítulo III
Obrigações do dono da obra

Cláusula 33.ª
Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total não superior a **8.977,35 € (oito mil, novecentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos)**, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.

2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª.

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, após a apresentação da respetiva fatura.

4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	

5. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

6. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

8. O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 34.ª Adiantamentos ao empreiteiro

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra (o qual não pode exceder os 30% do preço contratual) necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

5. Decorrido o prazo da execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a liberação da correspondente caução, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, **15 (quinze) dias** após a notificação, o dono da obra não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

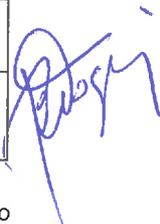
Cláusula 35.ª Reembolso dos adiantamentos

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V_{pt} - V_{rt}$$

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V'_{pt} - V_{rt}$$

em que:

V_{ri} é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

V_a é o valor do adiantamento;

V_t é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

V_{pt} é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'_{pt} é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

V_{rt} é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 36.ª

Descontos nos pagamentos

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5%** desse pagamento nos termos do n.º 1 do artigo 353.º do CCP.

2. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 37.ª

Mora no pagamento

1. Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida.

2. O pagamento dos juros de mora referidos no número anterior deverá ser efetuado pelo dono da obra no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da data em que tenham ocorrido o pagamento dos trabalhos, as revisões ou acertos que lhes deram origem.

Cláusula 38.ª

Revisão de preços

1. Só haverá lugar à revisão dos preços contratuais, como consequência de variações, para mais ou para menos, dos custos de mão-de-obra ou de materiais durante a execução da empreitada, desde que se verifiquem as condições legalmente estabelecidas. A modalidade a adotar é a fixada neste caderno de encargos.

2. A revisão de preços será regulada pelas disposições do decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	

3. A modalidade a adotar para a Revisão de Preços é a fórmula tipo para **Instalações Elétricas (F20)**:

$$C_t = 0,50 \frac{S_t}{S_0} + 0,40 \frac{M_t46}{M_046} + 0,10$$

4. A revisão de preços far-se-á de acordo com o Plano de Pagamentos aprovado.

5. O cálculo do valor de revisão de preços a faturar deve ser enviado previamente pelo adjudicatário para aprovação pelo dono da obra.

6. A faturação referente a revisão de preços será emitida separadamente das faturas relativas ao preço base, tendo a mesma de ser acompanhada dos correspondentes comprovativos dos índices utilizados e do cálculo justificativo do valor obtido.

7. No caso de prorrogações, a revisão de preços far-se-á tendo em conta o correspondente Plano de Pagamentos, o qual deve acompanhar o pedido de prorrogação tal como o Plano de Trabalhos respetivo. No caso de desvio do Plano de Trabalhos, os trabalhos respetivos terão a revisão de preços calculada como se os mesmos tivessem sido feitos nas datas previstas no Plano de Trabalhos e Plano de Pagamentos anteriormente aprovados.

8. Quando sejam feitos adiantamentos nos termos deste Caderno de Encargos e do artigo 292.º e seguintes do CCP, as fórmulas de revisão serão corrigidas de acordo com estipulado no artigo 8.º do decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

9. A revisão de preços de trabalhos a mais para os quais não haja preços unitários estabelecidos no contrato será efetuada nos termos previstos no n.º 1, sendo os índices base reportados ao mês anterior ao da data de entrega da respetiva proposta de trabalhos a mais.

Secção V

Seguros

Cláusula 39.ª

Contratos de seguro

1. O empreiteiro e os seus subcontratados obriga-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.

2. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

3. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.

4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	

6. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva -se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.

7. O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 40.ª Objeto dos contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3. O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

Capítulo IV Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 41.ª Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Engenheiro Técnico Civil/Engenheiro Civil.

3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.

7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea h) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

9. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

Cláusula 42.ª

Representação do dono da obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 43.ª

Livro de registo da obra

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:

a) Registos das visitas de fiscalização, com observações que esta fizer ao modo de execução dos trabalhos, à aplicação de materiais e qualidade e características dos mesmos e acerca de outras matérias de interesse para a obra;

b) Verificação do cumprimento ou não dos prazos previstos, anotando-se as recomendações adequadas, encerrando-se o texto com a assinatura do responsável;

c) Registo pelo empreiteiro ou seu representante e fiscal da obra, e no lugar específico do livro, datando no lugar próprio e assinando no final, a confirmação de que tomou, ou tomaram os responsáveis, conhecimento do texto escrito pela fiscalização da obra e das recomendações porventura transmitidas, e indicação das providências a tomar, ou, se há

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	

discordância, o fundamento, motivos impeditivos de satisfazer as recomendações ou de solucionar os erros ou inconvenientes apontados e tudo o mais que sobre a obra considere conveniente registar e transmitir à fiscalização, para além do que, nos termos legais e regulamentares tiver de requerer, reclamar ou transmitir ao dono da obra.

3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V Receção e liquidação da obra

Cláusula 44.ª Receção provisória

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 45.ª Prazo de garantia

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.

3. Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 46.ª Receção definitiva

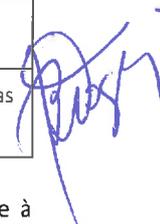
1. No final dos prazos de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3. A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

5. São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

Cláusula 47.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos [apenas para os contratos em que o prazo de garantia fixado na Cláusula 45.ª seja superior a dois anos, pois, quando o prazo for igual ou inferior, o prazo para o dono da obra promover a liberação integral da caução é de **30 (trinta) dias** após o termo do prazo de garantia]:

a) 25 % do valor da caução, no prazo de **30 (trinta) dias** após o termo do segundo ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, designadamente as de garantia;

b) Os restantes 75 %, no prazo de **30 (trinta) dias** após o termo de cada ano adicional do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, na proporção do tempo decorrido, sem prejuízo da liberação integral, também no prazo de **30 (trinta) dias**, no caso de o prazo referido terminar antes de decorrido novo ano [quando o prazo de garantia fixado na Cláusula 38.ª for superior a cinco anos, a caução deve encontrar-se liberada em pelo menos 75%, no prazo de **30 (trinta) dias** após o decurso desses cinco anos, conforme determina o n.º 6 do artigo 295.º do CCP].

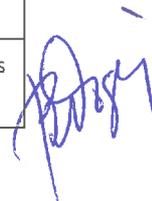
3. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

4. Decorrido o prazo fixado para a liberação da caução sem que esta tenha ocorrido, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, **15 (quinze) dias** após a notificação, o dono da obra não tiver cumprido a referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

5. A mora na liberação, total ou parcial, da caução confere ao empreiteiro o direito de indemnização, designadamente pelos custos adicionais por este incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

6. Nos casos em que a caução tenha sido prestada por depósito em dinheiro ou o reforço da garantia tenha sido efetuado em numerário, o empreiteiro terá direito a exigir juros de mora calculados desde a data em que o dono da obra deveria ter restituído as quantias retidas.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



Capítulo VI Disposições finais

Cláusula 48.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 49.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2. A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do Contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6. No prazo de **5 (cinco) dias** após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 50.ª

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato, além do preceituado no n.º 1 do artigo 333.º do CCP, nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, no caso em que a tal esteja obrigado;

h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

l) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos **15 (quinze) dias** da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

o) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

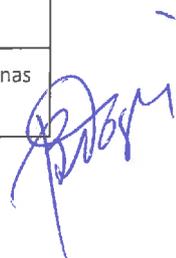
4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de **30 (trinta) dias** contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 51.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato, além do preceituado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP, nos seguintes casos:

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	



- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
 - g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de **120 (cento e vinte) dias**, seguidos ou interpolados;
 - h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
 - i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
 - i. Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii. Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
 - j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem **20%** do preço contratual.
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos **30 (trinta) dias** após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 52.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Caderno de Encargos
	AJUSTE DIRETO – Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho	

Cláusula 53.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 54.ª

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 55.ª

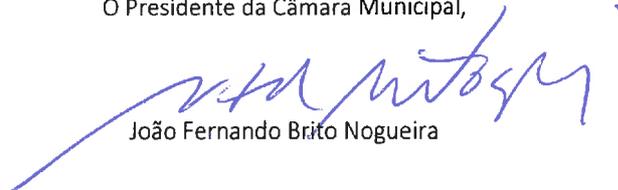
Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

O presente Caderno de Encargos contém vinte e sete folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Vila Nova de Cerveira, 25 de novembro de 2016

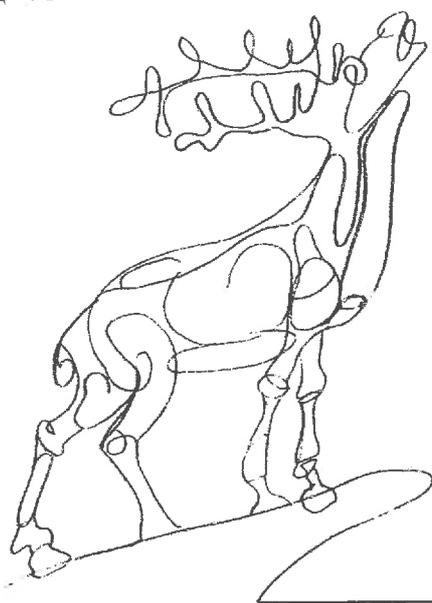
O Presidente da Câmara Municipal,


João Fernando Brito Nogueira



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO ADMINISTRATIVA GERAL
SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Plano de Segurança e Saúde



Ajuste Direto

Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho



João Fernando Brito Nogueira
Presidente da Câmara Municipal
Autarquia Unipersonal Qualificada



Índice

1. Introdução	4
2. Definição dos objetivos	4
3. Política de segurança e saúde	4
4. Legislação aplicável	5
5. Definições	5
6. Sistema de responsabilidades	5
6.1 Dono de obra	6
6.2 Projetistas	7
6.3 Coordenador de segurança de projeto	7
6.4 Coordenador de segurança de obra	8
6.5 Fiscalização da obra	8
6.6 Empreiteiro	9
6.7 Subempreiteiros / Trabalhadores independentes	9
6.8 Comissão de segurança	10
7. Identificações	10
8. Caracterização da empreitada	11
8.1. Características gerais	11
8.1.1. Localização e utilização prevista da edificação	11
8.1.2. Produtos e materiais a utilizar	11
8.1.3. Condicionaisismos ao nível do solo	11
8.1.4. Condicionaisismos ao nível do subsolo	11
8.1.5. Condicionaisismos existentes no espaço aéreo	11
8.1.6. Características da obra	11
8.1.7. Trabalhos a desenvolver na empreitada	11
9. Gestão da comunicação prévia	12
10. Organograma funcional	13
11. Caracterização dos fatores de risco e medidas preventivas	13
11.1. Vedação do estaleiro / Delimitação física da obra	13
11.2. Realização de trabalhos no solo com redes enterradas	14
11.3. Valas	15
11.4. Ferramentas elétricas	18
11.5. Ferramentas manuais	18
11.6. Utilização de camião basculante	19
11.7. Utilização de retroescavadora	21
12. Trabalhos com riscos especiais	23
13. Redes técnicas provisórias	24
14. Movimentação manual e mecânica de cargas	24
14.1. Movimentação manual	24
14.2. Movimentação mecânica	26
15. Materiais com riscos especiais	29
16. Plano de trabalhos; cronograma de mão-de-obra e plano de equipamentos	29
17. Medidas de socorro e evacuação	30
18. Arrumação e limpeza do estaleiro	31
18.1. Condições de organização geral do estaleiro	31
19. Organização do estaleiro	32
20. Cooperação entre intervenientes	32
21. Difusão da informação entre os intervenientes	33
22. Projeto de estaleiro	33
22.1. Plano de sinalização e circulação no estaleiro	34
23. Política de seguro de acidentes de trabalho	35
24. Plano de saúde dos trabalhadores	35
25. Plano de visitantes	35
26. Condicionaisismos	36
27. Plano de controlo de equipamentos de estaleiro	37
28. Procedimentos e registos de inspeção e verificação das atividades de construção	37
29. Registo de anomalias e não conformidades	37

Elaborado por:

2/42

Verificado por:



Plano de Segurança e Saúde
"Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da
Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"

Emissão / Revisão

00 00

Data: 25-11-2016

30. Plano de formação e informação dos trabalhadores.....	38
31. Implementação e monitorização do PSS	39
32. Identificação de todos os intervenientes em obra	40
33. Plano de proteções individuais	40
34. Plano de proteções coletivas	41

Anexos

- I – Legislação aplicável
- II – Definições
- III – Comunicação prévia
- IV – Organograma Funcional
- V – Plano de trabalhos com riscos especiais
- VI – Materiais com riscos especiais & Fichas de segurança
- VII – Plano de trabalhos; cronograma de mão-de-obra e plano de equipamentos
- VIII – Socorro e evacuação
- IX – Projeto de estaleiro
- X – Seguros de acidentes de trabalho
- XI – Plano de condicionalismos
- XII – Plano de controlo dos equipamentos do estaleiro
- XIII – Procedimentos e registos de inspeção e verificação
- XIV – Registo de anomalias e não conformidades
- XV – Formação / Informação
- XVI – EPI's
- XVII – Registo de revisões
- XVIII – Registo de distribuição
- XIX – Atas das reuniões de coordenação de segurança
- XX – Registo de acidentes de trabalho

Elaborado por:

3/42

Verificado por:



1 – INTRODUÇÃO

O presente Plano de Segurança e Saúde é relativo à empreitada "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho" a ser realizada nas freguesias do concelho de Vila Nova de Cerveira.

O PSS é um documento que está previsto na legislação portuguesa, concretamente no DL 273/2003 de 29 de Outubro. O presente documento começa a ser elaborado na fase de projeto, contudo será desenvolvido e adaptado durante a fase de obra com o intuito de arranjar sempre as soluções mais seguras para o desenvolvimento dos trabalhos.

2 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Como é sabido, a Indústria da Construção Civil engloba um vasto e diversificado conjunto de atividades de características em geral únicas, envolvendo por isso riscos específicos para os trabalhadores que importa prevenir eliminando-os na origem ou minimizando os seus efeitos.

Pretende-se com o presente Plano de Segurança e Saúde, que a execução dos trabalhos que constituem a empreitada se proceda tendo como objetivos fundamentais a identificação e prevenção de riscos, e ter uma atenção especial em relação à sinalização temporária necessária.

Define-se neste plano uma política de segurança que leve à prática um sistema de responsabilização a todos os níveis, tendo por base o princípio de que cada elemento afetado ou interveniente nos trabalhos seja antes de mais, responsável pela sua própria segurança, contribuindo assim, para a de outros trabalhadores ou terceiros que possam diretamente ser afetados pelas suas ações.

Os objetivos específicos do PSS concretizar-se-ão por:

- Eliminar ou reduzir substancialmente a ocorrência de acidentes, de tal modo que os indicadores de sinistralidade sejam significativamente menores que os vulgarmente verificados no sector da Construção Civil e Obras Públicas.
- Reduzir a exposição dos trabalhadores aos agentes causadores de doenças profissionais, de tal modo que o trabalho se desenvolva dentro de limites aceitáveis de exposição a contaminantes físicos, químicos, ambientais e biológicos;
- Contribuir para a existência de uma Cultura de Segurança em Obra, através do envolvimento de todos os intervenientes.

3 – POLÍTICA DE SEGURANÇA E SAÚDE

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira reconhece que a prevenção dos riscos laborais e a melhoria das condições de trabalho é um desafio que se coloca à gestão das organizações por imperativos morais, éticos e jurídicos.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, dentro da sua política geral de gestão, destaca e desenvolve os aspetos que definem as condições de trabalho no estaleiro da obra, por forma a preservar integralmente a segurança e saúde dos trabalhadores que, com maior ou menor regularidade, contribuem, no estaleiro,

Elaborado por:

4/42

Verificado por:

	Plano de Segurança e Saúde “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	



para a persecução dos seus objetivos, assumindo-os como a sua política de segurança no trabalho. Neste sentido salienta que tudo deve ser feito para que durante a execução dos trabalhos sejam garantidos elevados níveis de segurança e saúde com o objetivo de terminar a presente empreitada com zero incidentes/acidentes.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira baseia a sua política de prevenção e segurança nos seguintes pressupostos:

- Reconhecimento, por todos os intervenientes, da Segurança e Saúde no Trabalho como elemento fundamental para a execução do projeto;
- Observância do normativo legal, quer nacional quer comunitário, e ainda no desenvolvimento e melhoria dos mínimos legais, nos casos em que a cultura e os princípios empresariais o aconselhem, no sentido de manter uma constante melhoria da política de prevenção e segurança;
- Analisar permanentemente as condições de trabalho, e propor, juntamente com o coordenador de segurança em obra, sempre que ache necessário alterações à entidade executante de modo a elevar os níveis de segurança.
- Manter programas de monitorização e inspeção periódicos;
- Respeitar os princípios gerais de prevenção nas diferentes abordagens de todo o ciclo do projeto;
- Estabelecer princípios de atuação que, em caso da efetivação dos riscos, diminuam o mais possível as suas consequências, mantendo operacionais, para o efeito, planos de emergência.

4 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na obra será aplicada toda a legislação pertinente em vigor. Em caso de incompatibilidade com o PSS, aplicar-se-á a norma que garanta maiores níveis de segurança. A regulamentação aplicável é apresentada no anexo I.

5 – DEFINIÇÕES

No anexo II é apresentado um conjunto de definições de algumas palavras e expressões utilizadas no presente PSS para que quem consultar o documento conheça os significados que aqui se lhes atribui, exceto se o contexto indicar inequivocamente outro sentido.

6 – SISTEMA DE RESPONSABILIDADES

A cadeia de responsabilidades de SST encontra-se definida numa série de diplomas legais que estipulam as responsabilidades para os vários agentes envolvidos. Sem prejuízo das responsabilidades legalmente expressas, em obra deverá existir uma cadeia de responsabilidades na área de SHST. São fatores chave nesta cadeia de responsabilidades.

O PSS será do conhecimento de todos os intervenientes em obra (dono de obra; coordenador de segurança em projeto / obra; fiscalização; entidade executante; subempreiteiros / trabalhadores independentes). Assim, no presente ponto do PSS serão enumeradas as obrigações que *todos os intervenientes tem o dever*

Elaborado por:

5/42

Verificado por:



e a obrigação de respeitar, na medida que isto é um trabalho conjunto em que todos tem responsabilidades.

6.1 Dono de obra

- Nomear o coordenador de segurança em projeto (o que será obrigatório no caso de se verificar complexidade técnica ao nível do projeto no domínio da integração dos princípios gerais de prevenção, ou se for previsível a existência de trabalhos com riscos especiais em obra, ou ainda, se for previsível a intervenção de mais do que uma empresa na execução dos trabalhos – intervenção de subempreiteiros ou adjudicação da obra a mais do que um empreiteiro.
- Assegurar que seja elaborado o PSS e analisado pelo coordenador de segurança de projeto (esta análise deve ser prevista no caso de a elaboração do PSS não ter sido assegurada pelo coordenador).
- Integrar o PSS no processo de consulta com vista à adjudicação da empreitada
- Aprovar o desenvolvimento e as alterações ao PSS que lhe venham a ser propostas pelo empreiteiro e mediante a análise prévia do coordenador de segurança da obra.
- Divulgar o PSS e as suas adaptações e desenvolvimentos aprovados junto ao empreiteiro, do coordenador de segurança da obra e da fiscalização da obra (neste último caso, se esta tiver sido constituída).
- Assegurar a elaboração e remessa à ACT da Comunicação Prévia e suas atualizações, bem como remeter cópia destas comunicações à entidade executante, coordenador de segurança da obra e fiscalização da obra (se esta tiver sido constituída), quando:
 - Se preveja que a execução da obra implique um prazo superior a 30 dias, com a utilização de mais de 20 trabalhadores em simultâneo em qualquer momento; ou
 - Seja previsível que a execução da obra implique mais de 500 dias de trabalho, ou seja, quando o somatório dos dias de trabalho a prestar por cada um dos trabalhadores previsto seja superior a 500 dias.
- Assegurar a elaboração da compilação técnica (no caso de obra de conservação, ampliação ou reabilitação, em vez de assegurar tratar-se-á de atualizar a compilação técnica existente com os novos elementos relevantes do ponto de vista da segurança dos trabalhos posteriores de manutenção e conservação).
- Nomear o coordenador de segurança da obra, quando se preveja a intervenção de duas ou mais empresas na execução da obra (por exemplo, se para além do empreiteiro se prevê a intervenção de qualquer subempreiteiro, ou se a empreitada é adjudicada a duas ou mais empresas, ou, ainda, se além do empreiteiro o próprio dono da obra assegura diretamente com os seus próprios meios a execução de parte dos trabalhos).
- Constituir a fiscalização de obra.

Elaborado por:

6/42

Verificado por:



Plano de Segurança e Saúde

“Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”

Emissão / Revisão

00 00

Data: 25-11-2016

- Estabelecer a entidade executante responsável pela gestão do estaleiro (no caso de a obra ter sido adjudicada a mais do que uma entidade executante).
- Estabelecer especificações a observar na organização e gestão do estaleiro por parte da entidade executante.

6.2 Projetistas

- Promover a integração da prevenção nas opções arquitetónicas, nas escolhas técnicas (incluindo as abordagens aos processos e métodos construtivos, materiais, produtos e equipamentos a incorporar na edificação), nas definições dos projetos de execução (incluindo as relativas ao projeto de estabilidade, aos projetos das diversas especialidades, às condições de implantação da edificação, aos condicionalismos da envolvente, às soluções relativas à planificação dos trabalhos e prazos para a sua execução) e nas definições relativas à utilização, manutenção e conservação da edificação.
- Colaborar com o coordenador de segurança em projeto e atender às suas diretivas
- Apoiar a elaboração do PSS e compilação técnica com as informações relativas ao projeto consideradas relevantes para o planeamento da prevenção.
- Reunir e disponibilizar informação detalhada sobre as situações relativas a riscos especiais associados a definições do projeto, seja junto do coordenador de segurança do projeto, seja junto do coordenador de segurança de obra e entidade executante.

6.3 Coordenador de segurança de projeto

- Informar e apoiar o dono de obra na gestão da segurança e saúde no trabalho no empreendimento nas fases de projeto e de contratualizações da empreitada.
- Informar a equipa de projeto sobre as suas obrigações no domínio da segurança e saúde e desenvolver metodologias de apoio à abordagem de integração dos princípios gerais de prevenção na elaboração das definições do projeto.
- Analisar os riscos especiais (associados às definições do projeto, às envolventes da obra e do estaleiro, à sobreposição das diversas especialidades, aos materiais, produtos e equipamentos a incorporar na edificação, aos processos e métodos construtivos que sejam equacionados no projeto e ao faseamento construtivo).
- Elaborar as especificações a considerar pelo empreiteiro na definição do projeto de estaleiro.
- Preparar a compilação técnica (se aplicável): estruturar, iniciar a sua elaboração a partir dos elementos disponibilizados no projeto e estabelecer a metodologia a observar no seu desenvolvimento na fase de obra.
- Elaborar o PSS (se aplicável)
- Apoiar o dono de obra na análise de propostas (se aplicável)

Elaborado por:

7/42

Verificado por:



6.4 Coordenador de segurança de obra

- Informar e apoiar o dono da obra no domínio da gestão da segurança e saúde do trabalho no empreendimento na fase de execução da obra.
- Apoiar o dono da obra na elaboração, atualização e informação à ACT da comunicação prévia.
- Promover os desenvolvimentos e as adaptações do PSS que se afigurem necessárias e analisar as propostas que em tal domínio sejam apresentadas pelo empreiteiro.
- Analisar o sistema de coordenação entre os intervenientes na execução da obra (empresas e trabalhadores independentes) com vista ao desenvolvimento da cooperação no que respeita às ações preventivas.
- Avaliar a difusão e o cumprimento do PSS e das prescrições legais por parte dos intervenientes na execução da obra, nomeadamente no que respeita aos seguintes domínios:
 - Organização do estaleiro
 - Sistema de emergência
 - Condicionamento do local e sua envolvente
 - Trabalhos com riscos especiais
 - Processos construtivos especiais
 - Atividades de compatibilidade crítica (coatividades)
 - Circulação de informação sobre riscos profissionais e a sua prevenção entre os intervenientes no estaleiro
 - Sistema de comunicação existente no estaleiro no que respeita à gestão da segurança e saúde do trabalho
- Controlar o planeamento da prevenção associada aos métodos de trabalho.
- Avaliar a eficiência do sistema de controlo de acesso ao estaleiro.
- Analisar acidentes e incidentes graves ocorridos na obra.
- Informar o dono de obra no domínio da avaliação periódica das condições de segurança e saúde existentes em obra.
- Analisar os indicadores de segurança e saúde instituídos.
- Completar a compilação técnica com os elementos relevantes decorrentes da execução da obra (se aplicável).
- Registrar as ações de coordenação de segurança.

6.5 Fiscalização da obra

- Verificar o cumprimento das prescrições de segurança estabelecidas no PSS e na legislação de segurança e saúde do trabalho aplicável ao empreendimento.

Elaborado por:

8/42

Verificado por:



6.6 Empreiteiro

- Comunicar ao dono da obra os elementos necessários à elaboração e atualização da Comunicação Prévia (se aplicável).
- Afixar no estaleiro a Comunicação prévia e suas atualizações (se aplicável).
- Propor ao dono da obra o desenvolvimento do PSS e as alterações que ao longo da execução da obra se considerarem necessárias em função da avaliação dos riscos.
- Divulgar junto dos subempreiteiros, dos trabalhadores independentes e dos fornecedores de equipamentos e materiais que possam ter presença significativa no estaleiro, as partes do PSS aplicáveis às suas intervenções.
- Garantir o cumprimento das prescrições estabelecidas no PSS e na legislação aplicável, bem como das orientações preconizadas pelo coordenador de segurança por parte dos seus trabalhadores, trabalhadores independentes e subempreiteiros.
- Colaborar na elaboração da compilação técnica (se aplicável).
- Colaborar com o coordenador de segurança em obra.
- Organizar e gerir adequadamente o estaleiro.
- Adotar medidas adequadas de controlo de acesso ao estaleiro.
- Organizar o sistema de emergência na obra.
- Garantir o controlo de subempreiteiros e trabalhadores independentes presentes em obra através de um registo que inclua:
 - Identificação completa, residência ou sede e número fiscal de contribuinte
 - O número de registo ou da autorização para o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas, bem como de certificação exigida por lei para o exercício de outra atividade realizada no estaleiro
 - A atividade a realizar no estaleiro e a sua calendarização
 - A cópia do contrato em execução no qual conste que se exerce atividade no estaleiro
 - O responsável do subempreiteiro no estaleiro
- Garantir um registo de controlo dos seus trabalhadores em obra.
- Assegurar a comunicação de acidentes graves e mortais de trabalhadores da obra ao dono de obra, à ACT e ao coordenador de segurança em obra (no prazo de 24 horas).
- Garantir o seguro de acidente de trabalho abrangendo todos os trabalhadores em obra.
- Garantir a conformidade legal da contratação de estrangeiros e da inscrição dos trabalhadores na segurança social.

6.7 Subempreiteiros / trabalhadores independentes

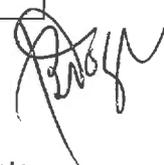
- Observar o cumprimento das disposições legais em matéria de segurança e saúde relativas aos empregadores.

Elaborado por:

9/42

Verificado por:

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	



- Observar o cumprimento das disposições estabelecidas no PSS ou recomendadas pelo coordenador de segurança da obra relativas aos trabalhos em que tiverem intervenção.
- 6.8 Comissão de Segurança (ficará à responsabilidade do dono de obra nomear ou não a presente comissão)
- Promover e zelar pela implementação do PSS e dos regulamentos internos e instruções relativas à higiene e segurança;
 - Solicitar e apreciar as sugestões dos trabalhadores sobre questões de higiene e segurança;
 - Procurar assegurar o concurso de todos os trabalhadores, com vista à criação e desenvolvimento de um verdadeiro espírito de segurança;
 - Promover que os trabalhadores admitidos pela primeira vez, ou mudados de posto de trabalho, recebam a formação, instruções ou conselhos necessários, em matéria de higiene e segurança no trabalho;
 - Examinar as circunstâncias e causas de cada acidente registado;
 - Avaliar o desempenho da estrutura de SHST do Contrato.

NOTA: Esta Comissão tem um carácter eminentemente consultivo, sendo que a função executiva em obra são da responsabilidade da pessoa ou pessoas designadas pela Direção de Obra para esse fim.

7 – IDENTIFICAÇÕES...

... da Obra	
Designação da Empreitada	Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho
Estaleiro	*
Prazo de Execução	30 dias

... dos Intervenientes	
Dono de Obra	Município de Vila Nova de Cerveira Praça do Município, 4920-284
Projetista	**
Coordenador de segurança de projeto	**
Coordenador de segurança de obra	**
Fiscalização da obra	**
Entidade Executante	*
Diretor técnico da empreitada	*
Representante da entidade executante	*
Responsável pela segurança e saúde do trabalho na obra	*

Elaborado por:

10/42

Verificado por:

	Plano de Segurança e Saúde “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	

* A presente informação deverá ser fornecida pela entidade executante no desenvolvimento do PSS para a fase de obra.

** A definir pelo dono de obra

8 – CARATERIZAÇÃO DA EMPREITADA

8.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

8.1.1. Localização e utilização prevista da edificação

- ✓ A presente empreitada será desenvolvida nas freguesias do concelho de Vila Nova de Cerveira. Trata-se da beneficiação e reforço da iluminação pública.

8.1.2. Produtos e materiais a utilizar

- ✓ Material elétrico e armaduras.

8.1.3. Condicionalismos ao nível do solo

- ✓ A entidade executante deverá garantir uma total vedação da empreitada de modo a que, em nenhum momento, seja possível as pessoas entrarem contato com os trabalhos a serem desenvolvidos. Na execução dos trabalhos a entidade executante deparando-se com novos condicionalismos deverá comunicar ao dono de obra e ao coordenador de segurança em obra.

8.1.4. Condicionalismos existentes no subsolo

- ✓ Na presente empreitada é previsível a existência no subsolo de redes de água, eletricidade, saneamento, neste sentido, a entidade executante, deverá fazer (antes de desenvolver qualquer trabalho) um levantamento exaustivo de todas as infraestruturas existentes no subsolo de modo a organizar os trabalhos tendo em conta as redes existentes. Na execução dos trabalhos a entidade executante deparando-se com condicionalismos deverá comunicar ao dono de obra e ao coordenador de segurança em obra.

8.1.5. Condicionalismos existentes no espaço aéreo

- ✓ Nada a registar. Na execução dos trabalhos a entidade executante deparando-se com condicionalismos deverá comunicar ao dono de obra e ao coordenador de segurança em obra.

8.1.6. Características da obra

- ✓ Beneficiação e reforço da iluminação pública.

8.1.7. Trabalhos a desenvolver na empreitada

- ✓ Abertura e fecho de vala
- ✓ Colocação de cabos elétricos
- ✓ Colocação de armaduras
- ✓ Mudança de postes de iluminação
- ✓ Execução de baixada elétrica

Elaborado por:

11/42

Verificado por:

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	

9 – GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

De acordo com o estipulado no Art.º 15 do decreto-lei 273/2003 de 29 de Outubro, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, como Dono de Obra, deve comunicar previamente à ACT a abertura do estaleiro (na aceção do decreto-lei 273/2003 de 29 de Outubro), quando for previsível que a execução da obra envolva uma das seguintes situações:

- ✓ Um prazo total superior a 30 dias e, em qualquer momento, a utilização simultâneo de mais de 20 trabalhadores;
- ✓ Um total de mais de 500 dias de trabalho, correspondente ao somatório dos dias de trabalho prestados por cada trabalhador.

Esta Comunicação Prévia de abertura de estaleiro será elaborada de acordo com o **anexo III** deste plano que, por sua vez, reflete o estipulado no n.º 2 do Art.º 15 do referido decreto-lei.

Só se poderá dar início aos trabalhos, inclusive à montagem do estaleiro, após a entrega na ACT da Comunicação Prévia, pelo que a entidade executante se obriga a efetuar a remessa ao dono de obra, aquando da entrega do desenvolvimento do PSS para a fase de obra, dos elementos necessários à sua elaboração, incluindo as declarações previstas no nº3 do artigo 15.º do DL 273/2003 de 29 de Outubro.

Respeitando a legislação em vigor a Comunicação Prévia deverá ter a seguinte informação:

1. O endereço completo do estaleiro;
2. A natureza e a utilização previstas para a obra;
3. O dono da obra, o autor ou autores do projeto e a entidade executante, bem como os respetivos domicílios ou sedes;
4. O fiscal ou fiscais da obra, o coordenador de segurança em projeto e o coordenador de segurança em obra, bem como os respetivos domicílios;
5. O diretor técnico da empreitada e o representante da entidade executante, se for nomeado para permanecer no estaleiro durante a execução da obra, bem como os respetivos domicílios, no caso de empreitada de obra pública;
6. O responsável pela direção técnica da obra e o respetivo domicílio, no caso de obra particular;
7. As datas previstas para início e termo dos trabalhos no estaleiro;
8. A estimativa do n.º máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes que estarão presentes em simultâneo no estaleiro, ou do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores;
9. A estimativa do n.º de empresas e de trabalhadores independentes a operar no estaleiro;
10. A identificação dos subempreiteiros já selecionados.

A entidade executante deverá fornecer toda a informação necessária ao dono de obra para que este possa proceder à elaboração da compilação técnica.

Elaborado por:

12/42

Verificado por:



A comunicação prévia deve ser acompanhada de:

- Declaração do autor ou autores do projeto e do coordenador de segurança em projeto, identificando a obra;
- Declarações da entidade executante, do coordenador de segurança em obra, do fiscal ou fiscais da obra, do diretor técnico da empreitada, do representante da entidade executante e do responsável pela direção técnica da obra, identificando o estaleiro e as datas previstas para início e termo dos trabalhos.

A Câmara Municipal, como dono de obra, deve comunicar à ACT qualquer alteração dos elementos da comunicação prévia referidos nos números 1. a 9. nas quarenta e oito horas seguintes, e dar ao mesmo tempo conhecimento da mesma ao coordenador de segurança em obra e à entidade executante.

A Câmara Municipal, como dono de obra, deve comunicar mensalmente a atualização dos elementos referidos no número 10. à ACT.

A entidade executante deve afixar cópias da comunicação prévia e das suas atualizações, no estaleiro, em local bem visível.

10 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma funcional da obra indica as relações funcionais entre os principais intervenientes com a finalidade de gestão do empreendimento.

É um documento que deverá ser apresentado pela entidade executante aquando da apresentação do desenvolvimento do PSS e após a sua aprovação passará a ser parte integrante do PSS (**anexo IV**). Nele deve constar o sistema de comunicação entre todos os meios humanos na obra, esquematizado hierarquicamente.

11 – CARATERIZAÇÃO DOS FATORES DE RISCO E MEDIDAS PREVENTIVAS

11.1 - Fator de Risco: Vedação do Estaleiro / Delimitação Física da Obra		
Riscos	Medidas Prevenção / Proteção	
- Atropelamento	Escolher o tipo de material de vedação de acordo com os condicionalismos do meio envolvente e do tipo de obra. Na presente empreitada poder-se-á optar por tapumes metálicos, contudo tal situação poderá ser discutida aquando da montagem do estaleiro.	
	Escolher o tipo e localização dos portões a implantar, de acordo com a circulação de obra e com a envolvente, colocando-os em locais de boa visibilidade.	
	Implantar a vedação de modo correto tendo o cuidado de não deixar chapas salientes, pontas de ferro ou qualquer outro material pontiagudo que possa vir a constituir elemento agressivo para terceiros.	
	Nas vedações do tipo "tapume" não encostar a vedação à cota do terreno, de modo a preservá-la e, ao mesmo tempo, permitir que, em caso de enxurrada, se possa fazer sob ela a passagem das águas pluviais.	
	Ter em atenção que se a vedação da obra ocultar ou reduzir a visibilidade da sinalização de trânsito	
Elaborado por:	13/42	Verificado por:



- Eletrocussão	preexistente, deverá ser mudada ou repetida noutra local de modo a manter, pelo menos, a eficiência que era previsível ter antes da implantação da vedação.
	Nas vedações metálicas ter o cuidado de as afastar convenientemente dos elementos elétricos nus e em tensão para evitar a sua eletrização.
	O atravessamento dos tapumes metálicos por cabos elétricos só é admissível se os bordos do orifício do atravessamento estiverem de tal maneira protegidos com borracha ou com outro tipo de material que garanta que a "chapa" do tapume não danifica em caso algum o isolamento dos condutores elétricos.
	Todas as vedações metálicas deverão ser ligadas à terra de modo a que não sejam, em nenhum caso, significativas as diferenças de potencial entre os elementos metálicos e a terra.
	A passagem de cabos elétricos isolados sobre o tapume deverá, ser evitada, contudo se for necessário deve ser feita de tal modo que não se possa verificar roçamento do condutor na parte superior do tapume.
	A instalação elétrica da obra só poderá estar apoiada no tapume metálico se, para a sua amarração, forem utilizados apoios próprios que garantam um perfeito isolamento elétrico.
	Periodicamente deverá ser verificada e, caso se justifique, reparada.
	Vedação deve garantir a impossibilidade de entrada de pessoas estranhas no perímetro da empreitada.
	- Acidentes diversos envolvendo terceiros por intervenção de pessoas estranhas à obra
	Se existir risco de queda de objetos de altura deverão as zonas de trânsito de passagem de peões ser protegida com pala superior com uma largura ligeiramente maior que a zona do passeio (uma largura mínima de 60 cm)
- Cortes e perfurações resultantes da natureza e/ou colocação inadequada de materiais	
Se a vedação alterar ou eliminar as zonas pedonais deverão estas ser refeitas com passadiços apropriados resguardados lateralmente e bem iluminados.	
À porta do estaleiro deverão estar afixados os seguintes sinais	
<ul style="list-style-type: none">- Proteção obrigatória da cabeça;- Proteção obrigatória dos pés;- Uso obrigatório de colete de alta visibilidade:- Limite de velocidade de 20 km/h- Entrada e saída de viaturas;- Proibido a entrada de pessoas estranhas;- Proibido o consumo de bebidas alcoólicas;- Perigos vários;	

11.2 - Fator de Risco: Realização de trabalhos no solo com redes enterradas

Riscos	Medidas Prevenção / Proteção
- Eletrocussão	Recolha de toda a informação disponível sobre rede existente na área de intervenção, nomeadamente no que diz respeito ao local, ao tipo de rede, aos diâmetros, etc., e se possível solicitar a sua descativação.
	Identificar os procedimentos de segurança a ter em conta, tendo presente o tipo de trabalho a executar, as características da rede, a sua idade, etc.
	Fazer informação/formação, a todo o pessoal interveniente na zona, sobre os riscos e as medidas de prevenção a adotar.

Elaborado por:

14/42

Verificado por:



- Incêndio	Será identificado no terreno, segundo o desenho fornecido pelas entidades, o traçado da rede e sinalizados os seus alinhamentos com bandeirolas.
	O desaterro de aproximação à rede será feito numa primeira fase recorrendo a equipamentos mecânicos pesados que farão uma aproximação ate cerca de 40 cm da marcação, se existir. Seguidamente o desaterro poderá ser feito com meios mecânicos manuais, sendo a última fase, sobre a marcação, feita com ferramentas manuais.
- Intoxicação	Previamente será feita uma sondagem manual no sentido de identificar qual o tipo de pré-sinalização e ao mesmo tempo definir, de um modo aproximado, a cota a que se encontra a linha.
	Conforme a rede colocada a descoberto, será executado sistematicamente um controlo visual, no sentido de avaliar o estado de conservação da mesma e a avaliação de possíveis estragos introduzidos pelo trabalho.
- Soterramento	Caso se detetem fissuras significativas no isolamento exterior dos cabos elétricos, recorrer-se-á à opinião de peritos, no sentido de identificar a melhor atitude a tomar (reforço do isolamento, corte e ligação, desativação da linha, etc.).
	A movimentação e reparação dos cabos danificados deverá ser executada por pessoal credenciado.
	Durante o período em que as redes ficam a céu aberto, devem ser convenientemente protegidas e sinalizadas evitando deste modo agressões mecânicas.
	As tubagens da rede de gás serão mantidas apoiadas de modo a evitar a flecha do tubo.
	Na aproximação à tubagem do gás ter em atenção a fibra ótica que normalmente segue paralela ao tubo na sua parte superior.
Na frente de trabalho existirá operacional e em permanência meio de comunicação e contactos dos exploradores das redes.	

11.3 - Fator de Risco: Valas	
Riscos	Medidas Prevenção / Proteção
- Desabamento de estruturas vizinhas;	Antes do início dos trabalhos <ul style="list-style-type: none">- Caracterização geológica do terreno- Obter toda a informação sobre a existência de eventuais redes técnicas (eletricidade, gás, água, etc.), e face à informação obtida definir o plano de prevenção para os riscos identificados.- Determinar um plano de entivação.- Eliminar, remover ou proteger (suportar) todos os objetos que ofereçam risco de desprendimento na fase de escavação.- Se necessário, abrir uma valeta impermeável a uma distância razoável do perímetro da escavação para evitar que esta seja inundada por uma linha de água, ou que venham a acontecer desprendimentos devidos à presença de água.- Organizar o trabalho, de modo a que a vala permaneça aberta o menos tempo possível.
- Desabamento do coroamento da escavação;	Entivação <ul style="list-style-type: none">- Toda a escavação com profundidade igual ou superior a 1,20 m deve ser entivada.- Para escavações com menor profundidade, a necessidade de entivação é ditada pela natureza geológica do terreno e pelos fatores envolventes, como sejam a proximidade de circulação de veículos (provocam vibrações que afetam a coesão do terreno), a proximidade de linhas de águas

Elaborado por:

15/42

Verificado por:



<p>- Desabamento estrutural devido a sobreesforços imputáveis à perda de estabilidade de árvores, postes, muros, etc.;</p>	<p>pluviais.</p> <ul style="list-style-type: none">- Nas escavações efetuadas nas faixas de rodagem ou perto destas, a entivação deve ser sempre realizada.- Colocar a entivação de modo a que sobressaia pelo menos 15 cm acima da cota superior do terreno criando assim um rodapé.- A entivação deverá ser dimensionada e realizada por técnico responsável.- Para a realização da entivação deverão ser analisados os seguintes fatores:<ul style="list-style-type: none">* Natureza e composição do terreno;* Grau de humidade do terreno;* Altura da escavação;* Sobrecargas a suportar pelos terrenos confinantes com a vala.
<p>- Soterramento;</p>	<p>Durante os trabalhos</p> <ul style="list-style-type: none">- Evitar toda a deposição de materiais ou resíduos que possam provocar a sobrecarga no coroamento da escavação. Os materiais novos e reutilizáveis devem ser depositados por espécies, sempre que possível de um dos lados da escavação, afastados, pelo menos 80 cm dos bordos da mesma, de modo a:<ul style="list-style-type: none">* não criar risco de desmoronamento para dentro da escavação.* não impedir a circulação rodoviária e pedonal, evitar a obstrução de passeios, entradas de edifícios, garagens, locais de utilização de serviços públicos, saídas de emergência, bocas de incêndio, etc..* não impedir o escoamento de águas pluviais, não obstruir sumidouros e valetas.
<p>- Interferência com redes técnicas (eletricidade, telefones, águas, gás, etc.);</p>	<ul style="list-style-type: none">- Proteger e sinalizar todo o perímetro da escavação.- As escavações abertas perto de caminhos públicos, ou com passagem de animais, devem ser protegidas com painéis, redes ou guardas longitudinais protetoras, com altura e resistência adequadas, colocadas a uma distância adequada do perímetro da escavação, de forma a garantir a segurança dos peões ou viaturas. Nos locais em que exista circulação de veículos ou pessoas deve existir sinalização luminosa para os períodos em que a iluminação seja insuficiente- Prever passadiços dotados de guarda - corpos e rodapé em valas de comprimento superior a 15m.- As guardas longitudinais da escavação e as guardas laterais das passeadeiras devem incluir uma barra colocada a cerca de 30 cm do pavimento para proteção de invisuais e crianças.
<p>- Queda de pessoas;</p>	<ul style="list-style-type: none">- A proteção e sinalização das valas devem ser verificadas com uma periodicidade tal que garanta a permanência em bom estado das proteções e da sinalização.- Se necessário, dependendo da profundidade da escavação, colocar escadas de mão para facilitar o acesso e para permitir rápida evacuação do pessoal. Estas escadas de mãos não devem distar mais de 7,5 m entre si e devem prolongar-se 1,0 m acima do bordo da escavação.- Após a ocorrência de chuvas, e antes de se iniciarem os trabalhos de escavação todo o sistema de escoramento deve ser verificado.
<p>- Queda de materiais;</p>	<ul style="list-style-type: none">- Colocar sinalização adequada para peões e veículos. Durante a noite, a sinalização deve ser luminosa e as passagens de peões devem ser iluminadas.- Limitação da faixa a escavar com margem de segurança.- Em caixas de visita devem ser colocadas tampas provisórias ou definitivas.

Elaborado por:

16/42

Verificado por:



Plano de Segurança e Saúde

"Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"

Emissão / Revisão

00 00

Data: 25-11-2016

- Projeção de materiais;	<ul style="list-style-type: none">- Condicionar a circulação de veículos, de modo a reduzir ao mínimo as vibrações nos terrenos vizinhos da escavação.- Preferir o sistema de poços filtrantes à bombagem direta, nomeadamente, quando a água arrasta muitos "finos" já que neste caso há o risco de "descaçar" a parte inferior da entivação.- Colocar em reserva bombas de escoamento de água de caudal e potência suficiente para situações de alagamento rápido e acentuado (se se suspeitar de aparecimento de gases inflamáveis, as bombas elétricas devem ser do tipo "anti-deflagrante". É recomendável a utilização de bombas a ar comprimido.- Manter constante a bombagem da água do fundo da escavação, de modo a não permitir grandes acumulações de líquidos que poriam em causa a estabilidade do terreno. Desviar a água da bombagem para longe da escavação.- Na utilização de equipamento de levantamento e transporte de cargas (tipo grua móvel), seleccionar uma máquina com característica adequadas para a laborar a uma distância de, pelo menos, 2m do coroamento do talude.- Só permitir o trabalho no fundo da vala se as respetivas paredes coincidirem com o talude natural do terreno (excetuando-se as aberturas com profundidade inferior a 1,20 m ou entivada).- Calcular a largura da vala para o tipo de trabalho a executar tendo em conta a entivação, o equipamento e os modos operatórios.
Alagamento rápido da abertura por corte ou perfuração de tubos de água ou rotura nas paredes naturais do lençol freático;	<ul style="list-style-type: none">- Na movimentação mecânica de cargas no interior da vala é expressamente proibido colocar-se entre a carga e a parede da vala ou por debaixo da carga. O guiamento das cargas deverá ser sempre feito pelos topos.- No caso de se prever a aproximação de veículos ao bordo da vala para transporte de materiais, criar um "batente" que garante a paragem do veículo a uma distância segura.- Se durante a escavação forem encontradas lajetas, redes ou outro tipo de materiais utilizados para sinalizar canalizações enterradas não previstas no projeto, parar de imediato os trabalhos, até que seja definida uma estratégia segura para a continuação dos mesmos.- Assegurar o controlo da atmosfera da vala, de forma permanente, se for previsível a necessidade de foguear dentro da mesma.
- Enchimento da vala com gases mais pesados que o ar (explosão, incêndio e intoxicação);	<ul style="list-style-type: none">- No caso de se verificar que alguns trabalhadores apresentam qualquer perturbação funcional, nomeadamente enjoo, vômitos, tonturas ou desmaio, todo o restante pessoal deverá abandonar imediatamente o local de trabalho organizando-se o salvamento a partir do coroamento da vala. Se for necessário alguém descer à vala só o deverá fazer com uma espia bem fixa à cintura de tal modo que, em qualquer altura, seja possível recuperá-lo para o exterior. <p>EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacete de proteção individual;- Calçado de segurança com proteção mecânica;- Luvas de proteção mecânica;- Colete refletor (trabalhos na via pública);- Óculos de proteção;- Protetores ou obturadores auriculares (no uso de martelo pneumático).- Máscara de filtro físico/químico (se a atmosfera de trabalho o exigir)

Elaborado por:

17/42

Verificado por:



11.4 - Fator de Risco: Ferramentas Elétricas	
Riscos	Medidas Prevenção / Proteção
<ul style="list-style-type: none">- Cortes;- Eletrização / Eletrocussão;- Entalamento ou Esmagamento;- Queda de altura;- Queda ao mesmo nível;- Incêndio.	<ul style="list-style-type: none">- Segurar firmemente os equipamentos durante a utilização.- Verificar se os cabos flexíveis não são obstáculo às deslocações e se estão em bom estado de conservação.- Não utilizar cabos elétricos de secções diferentes.- Não pousar os equipamentos sem que estes se encontrem totalmente imobilizados.- Nunca deixar equipamentos elétricos expostos à chuva.- Limpar o equipamento após execução dos trabalhos e assegurar as manutenções periódicas dos equipamentos.- Utilizar os EPI's característicos de cada ferramenta.- Assegurar que a manutenção e substituição de peças são efetuadas com a ferramenta desligada da fonte de energia e por pessoa qualificada.- Se necessário utilizar meios de prevenção de quedas em altura (preferencialmente coletivos, se não for possível individuais, tipo arnês de segurança).- Manter um extintor de CO2 operacional junto ao local de realização dos trabalhos. <p style="text-align: center;">EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacete de proteção- Luvas de proteção- Botas de proteção

11.5 - Fator de Risco: Ferramentas Manuais	
Riscos	Medidas Prevenção / Proteção
<ul style="list-style-type: none">- Queda das ferramentas manuais de nível superior- Perfuração- Projeção de partículas- Entalamento- Corte	<ul style="list-style-type: none">- A ferramenta deve ser adequada ao trabalho a realizar.- Deve estar em bom estado de conservação, nomeadamente no que diz respeito às superfícies de trabalho.- As ferramentas de percussão deverão estar isentas de rebarbas.- As ferramentas de corte deverão estar devidamente afiadas.- Os cabos das ferramentas manuais deverão ser ergonomicamente compatíveis com o utilizador, possuírem resistência suficiente e serem verificadas periodicamente no sentido de se detetarem fissuras, fraturas ou quaisquer outras anomalias que lhe diminuam a resistência ou se tornem agressivas para o utilizador.- As ferramentas deverão ser transportadas em locais apropriados.- Não é permitido o transporte de ferramentas agressivas tais como, chaves de parafusos, punçoadadeiras, etc, nos bolsos e vestuário.- Em locais altos onde exista o risco de queda de ferramentas, estas deverão possuir espigas acopladas a elementos fixos que evitem a sua queda.- O Equipamento de proteção individual devesa estar de acordo com o risco de presença.

Elaborado por:

Verificado por:



11.6 - Fator de Risco: Utilização de Camião Basculante

Riscos	Medidas Prevenção / Proteção
- Capotamento	<p>1 – Carácter Genérico</p> <p>O condutor deve ler o manual de operação do equipamento, de forma a:</p> <ul style="list-style-type: none">- familiarizar-se com as possibilidades e limitações do mesmo para as não ultrapassar;- conhecer a localização e função de todos os comandos e instrumentos de proteção. <p>É obrigatório o equipamento possuir: aviso sonoro e luminoso de manobra de marcha atrás, retrovisor interno, espelhos laterais e extintor de incêndio.</p> <p>Deve-se efetuar a inspeção periódica obrigatória ao veículo e este deve, ainda, possuir o dístico atualizado relativo a essa operação.</p> <p>Não são permitidas alterações aos componentes de fábrica relativos à segurança do equipamento que lhe retire ou possa retirar fiabilidade.</p>
- Esmagamento	<p>2 – Antes do período de trabalho com o veículo:</p> <p>Ao subir ou ao descer do equipamento, o condutor deve utilizar os degraus e pegas próprias, devendo estas estar limpas de óleo, massas lubrificantes, lamas ou outros materiais que possam tornar o piso escorregadio.</p> <p>Antes de colocar o veículo em funcionamento, o condutor deve efetuar uma inspeção visual ao mesmo, verificando, quando aplicável:</p> <ul style="list-style-type: none">- o estado geral do veículo (peças danificadas ou desapertadas);- o estado dos pneus, caixa de carga, etc.;- eventuais fugas (combustível, óleo, etc.);- níveis de óleo e água;- verificar se os taipais estão convenientemente fechados;- o posto de condução nomeadamente no que diz respeito a: falta de componentes ou componentes danificados ou soltos (extintor de incêndios, interruptores, etc.). <p>Antes de colocar o equipamento em movimento, o condutor deve experimentar se todos os comandos de que depende a segurança da condução funcionam corretamente, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">- travões de serviço e de estacionamento;- direção;- luzes, alarmes de marcha-atrás e outros dispositivos de alarme;- os instrumentos indicadores (nomeadamente se apresentam valores corretos);- ruídos anormais
- Atropelamento	<p>No caso de alguma anomalia detetada, que possa pôr em causa a segurança do equipamento ou das operações previstas, o condutor deverá suspender qualquer operação com o veículo.</p> <p>3 - Durante o período de trabalho com o veículo:</p> <p>O condutor deve assegurar-se de que dispõe de boa visibilidade, quando sentado na cabine (limpar os vidros, espelhos e os faróis).</p> <p>Antes de iniciar qualquer manobra com o veículo, o condutor assegurar-se-á que não cria riscos para as pessoas que possam encontrar-se nas imediações.</p> <p>Sempre que o condutor desça do veículo, ainda que por breves instantes, deve acionar o travão de estacionamento.</p> <p>O equipamento só poderá efetuar deslocações com os seus ocupantes devidamente sentados nos</p>

Elaborado por:

19/42

Verificado por:



Plano de Segurança e Saúde

“Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”

Emissão / Revisão

00 00

Data: 25-11-2016

- Colisão com outras máquinas ou objetos
- Queda de nível superior

loais que lhe são destinados. A lotação dos veículos não poderá em caso algum ser excedida.

A condução deve ser feita de forma cuidada tendo em atenção as condições de trabalho (proximidade de outros equipamentos, condições climatéricas adversas, etc.).

O condutor deve respeitar os limites de velocidade, a sinalização e ainda as distâncias a veículos e obstáculos tendo em conta as distâncias necessárias de travagem.

Acender as luzes do veículo não só durante a noite mas também ao escurecer, ao amanhecer e sempre que a visibilidade seja deficiente.

Durante as operações de carregamento o condutor do camião dever-se-á manter no interior da cabina ou, se estiver equipado com EPI's adequados poderá sair deste desde que se afaste da zona de carga. De qualquer modo o condutor do camião só o pode abandonar depois de assegurar todas as manobras que garantam a imobilização do equipamento.

Antes de executar operações de basculamento, verificar se existem pessoas na zona. Se existirem, mandá-las desviar para distâncias não inferiores a 10 metros.

Bascular unicamente em terreno plano.

Ao bascular, se as “travas” do taipal não se soltarem, o condutor deve baixar a caixa de carga antes de tocar nas “travas”.

Não manobrar com a caixa de carga levantada.

Verificar se os taipais estão convenientemente fechados.

Nas operações de carga deve-se distribuir esta uniformemente e não exceder a capacidade do camião.

Quando a qualidade do terreno não permitir a circulação do veículo, deve-se descarregar a carga atrás do limite do aterro, para que outro equipamento com capacidade transporte o material até ao local inicialmente previsto para descarga.

Caso haja necessidade, lavar os rodados antes de entrar na via pública. Caso se verifique esta operação, “secar” a água dos discos recorrendo a pequenos “toques” no travão.

Se, devido às características dos materiais transportados, for previsível a sua dispersão, nomeadamente pela deslocação do ar, a zona de carga deveser coberta com tela apropriada.

Com a caixa de carga levantada não são permitidas operações manuais de tentativa de deslocamento de carga.

4 – Após o período de trabalho com o veículo:

Para estacionar corretamente o equipamento após o período de trabalho:

- baixar a caixa de carga;
- colocar os comandos na posição neutra;
- parar o motor;
- bloquear a transmissão e aplicar o travão de estacionamento;
- bloquear o equipamento (ex. retirar as chaves);
- instalar e bloquear todos os resguardos contra atos de vandalismo;
- não estacionar o equipamento em local que possa diminuir a visibilidade de outros veículos.

Elaborado por:

20/42

Verificado por:



11.7 Fator de Risco: Utilização de Retroescavadora

Riscos	Medidas Prevenção / Proteção
- Capotamento	<p>1 – Carácter Genérico</p> <p>O manobrador deve ler o manual de operação do equipamento, de forma a:</p> <ul style="list-style-type: none">- familiarizar-se com as possibilidades e limitações do mesmo para as não ultrapassar;- conhecer a localização e função de todos os comandos e instrumentos de proteção. <p>É obrigatório o equipamento possuir: Rops, Fops, aviso sonoro e luminoso de manobra de marcha atrás, retrovisor interno, espelhos laterais e extintor de incêndio.</p> <p>Não são permitidas alterações aos componentes de fábrica relativos à segurança do equipamento que lhe retire ou possa retirar fiabilidade.</p>
- Esmagamento	<p>2 – Antes do período de trabalho com o equipamento:</p> <p>Ao subir ou ao descer do equipamento, o manobrador deve utilizar os degraus e pegas próprias, devendo estas estar limpas de óleo, massas lubrificantes, lamas ou outros materiais que possam tornar o piso escorregadio.</p> <p>Antes de colocar o equipamento em funcionamento, o manobrador deve efetuar uma inspeção visual ao mesmo verificando, quando aplicável:</p> <ul style="list-style-type: none">- o estado geral do equipamento;- o estado dos pneus, pá, balde, dentes, etc.;- eventuais fugas (combustível, óleo, etc.);- níveis de óleo e água;- o posto de condução nomeadamente no que diz respeito a: falta de componentes ou componentes danificados ou soltos; <p>Antes de colocar o equipamento em movimento, o manobrador deve experimentar se todos os comandos de que depende a segurança da condução funcionam corretamente, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">- travões de serviço e de estacionamento;- direção;- luzes, alarmes de marcha-atrás e outros dispositivos de alarme;- os instrumentos indicadores;- ruídos anormais. <p>No caso de alguma anomalia detetada, que possa pôr em causa a segurança do equipamento ou das operações previstas, o manobrador deverá parar o equipamento.</p>
- Atropelamento	<p>3 – Durante o período de trabalho com o equipamento:</p> <p>O manobrador deve assegurar-se de que dispõe de boa visibilidade, quando sentado na cabine (limpar os vidros, espelhos e faróis).</p> <p>O trabalho com o equipamento deve ser organizado de tal modo que, no raio de ação previsível da retroescavadora, não exista em simultâneo outros trabalhadores.</p> <p>Se a tarefa exigir a permanência na zona de risco de trabalhadores apeados, estes deverão estar sempre no campo de visão do manobrador.</p> <p>Antes de iniciar qualquer manobra com o equipamento, o manobrador assegurar-se-á que não cria riscos para as pessoas que possam encontrar-se nas imediações.</p> <p>Sempre que o manobrador desça do equipamento, deve descer a pá até ao nível do solo e acionar o travão de estacionamento.</p>

Elaborado por:

21/42

Verificado por:



- Soterramento

Em circulação, a pá deverá manter-se tão baixa quanto possível.

Sempre que o equipamento necessite de percorrer grandes distâncias deve-se colocar o pin de travamento do braço hidráulico.

O equipamento só poderá efetuar deslocamentos com os seus ocupantes devidamente sentados nos locais que lhe são destinados. A lotação dos veículos não poderá em caso algum ser excedida.

É expressamente proibido o transporte de pessoas na pá e no balde do equipamento, bem como a utilização destes como plataforma de trabalho.

A aproximação a pendentes significativas, será abordada pelo equipamento de frente ou de traseira e nunca lateralmente.

Acender as luzes do equipamento não só durante a noite mas também ao escurecer, ao amanhecer e sempre que a visibilidade seja deficiente.

Todas as operações com o braço traseiro deverão ser realizadas com os estabilizadores atuados.

Na escavação em talude o "ataque" deverá ser feito de tal modo que não se gerem terrenos suspensos em consola.

Só é permitido o "ataque" da escavação com o equipamento colocado no coroamento do talude, se aquele tiver os rastos orientados perpendicularmente ao talude ou se se encontrar a uma distância prudente do coroamento do mesmo (pelo menos 1/3 da altura do talude). Excluem-se as situações em que exista entivação, parede ancorada ou qualquer outro elemento similar com resistência suficiente para suportar os impulsos estáticos e dinâmicos introduzidos no terreno.

Preferencialmente o equipamento deve trabalhar nivelado mesmo que para tal seja necessário providenciar previamente uma plataforma adequada.

Se o equipamento começar a levantar a parte traseira, devido a sobrecarga, deve-se baixar a carga para restabelecer a estabilidade.

Ao descarregar material em camiões, ou outras unidades de transporte, deve-se proceder de tal modo que a pá ou o seu braço não atinjam a estrutura do seu camião.

Durante as operações de carregamento do camião a pá não deve passar sobre a cabine deste.

A carga deverá ser distribuída na caixa do camião, tanto quanto possível uniformemente, evitando colocar junto aos taipais materiais que, pela sua forma ou consistência, possam vir a cair em todo ou em parte no pavimento aquando do transporte.

Durante as operações de carregamento o condutor do camião dever-se-á manter no interior da cabine ou, se estiver equipado com EPI's adequados poderá sair deste desde que se afaste da zona de carga. De qualquer modo o condutor do camião só o pode abandonar depois de assegurar todas as manobras que garantam a imobilização do equipamento.

Nas operações de carga nunca se deve permanecer com a pá carregada e levantada durante períodos longos, aguardando a chegada dos camiões de transporte.

O manobrador deverá ser o primeiro a respeitar a carga máxima dos camiões de transporte de terras devendo recusar-se a sobrecarregá-lo.

- Contacto com redes enterradas (água, eletricidade, etc.)

4 – Após o período de trabalho com o equipamento:

Para estacionar corretamente o equipamento após o período de trabalho:

- assentar todos os equipamentos no chão (pá);
- colocar os comandos na posição neutra;
- parar o motor;

Elaborado por:

Verificado por:

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

- Queda de nível superior Colisão com outras máquinas ou objetos	- bloquear a transmissão e aplicar o travão de estacionamento; - bloquear o equipamento (ex. retirar as chaves); - instalar e bloquear todos os resguardos contra atos de vandalismo; - não estacionar o equipamento em local que possa diminuir a visibilidade de outros veículos.
---	--

A presente caracterização dos fatores de risco e apresentação de medidas preventivas não substitui a apresentação de procedimentos de segurança, por parte da empresa adjudicatária, para todos os trabalhos que envolva riscos especiais.

12 – TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS

Segundo o DL 273/2003 de 29 de Outubro são considerados trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores:

- a) Que exponham os trabalhadores a risco de soterramento, de afundamento ou de queda em altura, particularmente agravados pela natureza da atividade ou dos meios utilizados, ou do meio envolvente do posto, ou da situação de trabalho, ou do estaleiro;
- b) Que exponham os trabalhadores a riscos químicos ou biológicos suscetíveis de causar doenças profissionais;
- c) Que exponham os trabalhadores a radiações ionizantes, quando for obrigatória a designação de zonas controladas ou vigiadas;
- d) Efetuadas na proximidade de linhas elétricas de média e alta tensão;
- e) Efetuados em vias ferroviárias ou rodoviárias que se encontrem em utilização, ou na sua proximidade;
- f) De mergulho com aparelhagem ou que impliquem riscos de afogamento;
- g) Em poços, túneis, galerias ou caixões de ar comprimido;
- h) Que envolvam a utilização de explosivos, ou suscetíveis de originarem riscos derivados de atmosferas explosivas;
- i) De montagem e desmontagem de elementos prefabricados ou outros, cuja forma, dimensão ou peso exponham os trabalhadores a risco grave;
- j) Que o dono da obra, o autor do projeto ou qualquer dos coordenadores de segurança fundamentadamente considere suscetíveis de constituir risco grave para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Tendo por base a anterior listagem podemos desde já realçar que na presente empreitada prevê-se a realização de trabalhos que se enquadrem na alínea a), e) e i). Saliento que tal não significa que durante a execução da obra não sejam identificados mais trabalhos com riscos especiais.

Deste modo, a entidade executante deverá apresentar um Plano para Trabalhos com Riscos Especiais (PTRE) para todos os trabalhos com riscos especiais e só os pode começar a desenvolver depois de esses procedimentos terem sido aprovados pelo coordenador de segurança em obra. O PTRE deverá ser entregue por parte da entidade executante pelo menos dez dias antes do início dos trabalhos.

Elaborado por:

23/42

Verificado por:



Os Planos de Trabalhos com Riscos Especiais, depois de aprovados deverão ser arquivados no **anexo V** do presente PSS.

13 – REDES TÉCNICAS PROVISÓRIAS

Rede Elétrica	A propor pela Entidade Executante
Rede de Abastecimento de Água	A propor pela Entidade Executante
Sistema de Evacuação de Resíduos	A propor pela Entidade Executante
Rede de Comunicações	A propor pela Entidade Executante
Gás	A propor pela Entidade Executante

14 – MOVIMENTAÇÃO MANUAL E MECÂNICA DE CARGAS

14.1 Movimentação manual

Por movimentação manual de cargas entende-se qualquer operação de elevação e/ou de transporte de uma carga por um ou mais trabalhadores. Estas ações expõe, regularmente, o corpo humano a um grande desgaste físico.

A ocorrência de acidentes neste tipo de operação é consequência de movimentos incorretos ou de esforços físicos exagerados, de grandes distâncias de elevação, do abaixamento e transporte, bem como de períodos insuficientes de repouso, pois estamos em presença, por vezes, de cargas volumosas.

O transporte manual é quase sempre um trabalho pesado, ainda que a carga a movimentar não seja pesada ou volumosa, sobretudo quando à necessidade de elevação e transporte para plataformas ou de subir escadas. Tal situação leva à fadiga dos trabalhadores, que tem consequências gravosas, não só porque reduz a eficiência do trabalho, como pode conduzir ao aumento do número de acidentes.

Deste modo, os principais riscos associados ao movimento manual de cargas são:

- ✓ Sobreesforços ou movimentos incorretos (de que pode resultar lesões como hérnia discal, rotura de ligamentos, lesões musculares e das articulações)
- ✓ Choque com objetos
- ✓ Queda de objetos sobre membros inferiores
- ✓ Entalamento
- ✓ Contusões provocadas por objetos penetrantes

Quando procedemos à realização de movimentação manual de cargas é fundamental nomear um responsável de manobra que deverá:

- Avaliar o peso, as características; o esforço físico exigido; as condições de trabalho e exigências da atividade desenvolvida para determinar o número de trabalhadores necessários para transportar a carga.
- Prever o conjunto da operação;
- Explicar a operação;

Elaborado por:

24/42

Verificado por:



- Colocar os trabalhadores numa boa posição de trabalho;
- Repartir os trabalhadores por ordem de estatura, o mais baixo à frente.

Além dos elementos analisados é fundamental ter em atenção fatores individuais de risco, tais como: a inaptidão física, a inadequação do vestuário, calçado ou outro objeto de uso pessoal e a insuficiência de formação.

A movimentação manual de cargas é responsável por vários problemas nomeadamente as lesões músculo-esqueléticas, neste sentido torna-se fundamental a prevenção e sensibilização para que os erros cometidos no transporte manual de cargas sejam mitigados.

Assim devemos...

- ✓ ... Sempre que possível utilizar meios auxiliares que facilitem o manuseamento da carga;
- ✓ ... Não transportar em carro de mão cargas longas ou que impeçam a visão;
- ✓ ... Manter as zonas de movimentação arrumadas;
- ✓ ... Sinalizar as zonas de passagem perigosas;
- ✓ ... Tomar precauções especiais na movimentação de cargas longas;
- ✓ ... Adotar uma posição correta de trabalho, tendo em atenção os seguintes aspetos:
 - O centro de gravidade do trabalhador deve estar o mais próximo possível e por cima do centro de gravidade da carga;
 - O equilíbrio do trabalhador que movimenta uma carga depende essencialmente da posição dos pés, que devem enquadrar a carga;
 - O centro de gravidade do trabalhador deve estar situado sempre no polígono de sustentação;
 - As costas devem permanecer direitas e as pernas fletidas;
 - Usar a força das pernas. Os músculos das pernas devem ser usados em primeiro lugar em qualquer ação de elevação;
 - Fazer trabalhar os braços em tração simples, isto é, estendidos. Devem, acima de tudo, sustentar a carga e não levantá-la;
 - Usar o peso do corpo para reduzir o esforço das pernas e dos braços;
 - Orientar os pés. Quando uma carga é levantada e em seguida deslocada, é preciso orientar os pés no sentido em que se vai efetuar a marcha, a fim de encadear o deslocamento com o levantamento;
 - Escolher a direção de impulso da carga. O impulso pode ser usado para ajudar a deslocar ou empilhar uma carga;

Elaborado por:

25/42

Verificado por:



- Garantir uma correta posição das mãos. Para manipular objetos pesados ou volumosos, deve-se usar a palma das mãos e a base dos dedos. Quanto maior for a superfície de contacto das mãos com a carga, maior segurança existirá. Para favorecer um bom posicionamento das mãos, colocar calços sob as cargas;
- ✓ ... Usar os seguintes equipamento de proteção individual: luvas de proteção mecânica; calçado de segurança com proteção mecânica; capacete de proteção (se o trabalho assim o justificar).

EXEMPLOS DE PRECAUÇÕES NA MOVIMENTAÇÃO MANUAL DE CARGAS



1- Não levantar objetos acima da cabeça



2- Não rodar o corpo ao levantar ou ao baixar a carga

- 3- Não iniciar o levantamento duma carga no caso de existir qualquer obstáculo entre o corpo e a carga.



14.2 Manutenção Mecânica

Devem ser utilizados meios mecânicos para a movimentação de cargas sempre que:

- ✓ Se transportem cargas de elevado peso ou volume
- ✓ Os percursos sejam longos
- ✓ A execução manual do transporte represente um risco para o operador.

A movimentação mecânica de cargas contém riscos, nomeadamente quando se trata de elementos pré-fabricados em aço, betão ou madeira cujo manuseamento, pela sua dimensão, complexidade e peso por peça, se torna desaconselhável ou mesmo impossível.

A montagem das peças pré-fabricadas deve ser planeada e executada com rigor.

Diferentes acessórios podem ser utilizados para mover uma carga em função da sua natureza, dos deslocamentos e da operação a efetuar.

Qualquer que seja o processo de união escolhido, é conveniente proceder à condução da peça em movimento para a sua acostagem e fixação definitiva.

A movimentação mecânica de tarefas, como qualquer outra tarefa implicam riscos que devemos ter em atenção para os eliminar e/ou proteger deles nomeadamente:

- ✓ Desequilíbrio e queda dos elementos ou da carga;
- ✓ Queda da carga, por rotura dos cabos ou outro elemento;
- ✓ Quedas de altura;
- ✓ Choque com objetos;

Elaborado por:

26/42

Verificado por:



- ✓ Choque da carga com objetos;
- ✓ Entalamento;
- ✓ Eletrocussão;
- ✓ Cortes.

Assim, devemos apostar na prevenção de modo a elevar os níveis de segurança dos trabalhadores através:

- Do estudo prévio da estrutura e da qualidade dos elementos de apoio;
- Da utilização de manobreadores habilitados e conhecedores das máquinas de elevação; o acesso ao local deve ser condicionado a trabalhadores especializados;
- Da utilização de escadas de acesso adequadas;
- Da colocação de proteções coletivas que protejam eficazmente os operadores/utilizadores;
- Da realização de várias verificações, nomeadamente:
 - Do terreno e da estabilização do equipamento de elevação;
 - Da ausência de linhas elétricas na proximidade;
 - Do peso das cargas;
 - Do estado de conservação dos cabos, lingas e estropos e da fixação do equipamento de elevação;
 - Dos ângulos dos estropos ou das lingas, para confirmar que não é excedida a sua Carga Máxima de Utilização.
- Manter a carga em estado de equilíbrio no movimento, tendo em conta as condições climatéricas.
- Se necessário, conduzir a movimentação da carga com cordas de orientação. Na proximidade de linhas elétricas de alta tensão as cordas devem conter um elemento isolante.

Gruas, guindastes e pontes rolantes.

Os fatores gerais de segurança baseiam-se, essencialmente na sua capacidade de carga e estado dos seus componentes, tais como cabos, estropos, roldana, ganchos, etc. Assim:

- Todos os aparelhos deverão ter bem visível a indicação da carga máxima admissível. Deste modo pretende-se evitar uma sobrecarga dos equipamentos.
- Utilizar o travão de estacionamento; calços nas rodas e verificar se os estabilizadores estão assentes em terreno fixo no caso dos camiões grua;
- O ângulo de suspensão das cargas deve ser o menor possível. Quanto menor for esse ângulo, maior será a carga admissível a elevar;
- Os estropos (cabos de suspensão) têm grande importância na segurança das cargas, devendo o seu diâmetro, a sua constituição e o seu grau de uso merecerem a maior atenção;
- Os ganchos de suspensão devem estar protegidos por fechos de segurança a fim de impedir o desprendimento dos cabos e consequente embate com obstáculos,

Elaborado por:

27/42

Verificado por:



- O responsável pela manobra (deve ser um trabalhador habilitado) de um guindaste, de uma grua ou de uma ponte rolante deve ser compreendido por todo o pessoal interveniente. Devem comunicar respeitando a sinalização gestual da Portaria n.º1456-A/95.
- Nunca se deve passar ou estacionar debaixo de cargas suspensas;
- Devem utilizar EPI's, tais como luvas, capacete e botas de biqueira e palmilha de aço, devem ser utilizados.

Ascensores e Monta-cargas

Existem disposições regulamentares especiais para estes tipos de transportadores que devem ser respeitadas.

Os acidentes em ascensores e monta-cargas dão-se, fundamentalmente, quando:

- Há partes de carga salientes da cabina;
- O espaço da cabina é exíguo;
- Há deterioração dos cabos;
- Não existe porta do lado de acesso (caso de alguns monta-cargas provisórios).

Armazenagem

A armazenagem culmina a sequência de operações elevação/transporte/descarga.

São numerosos os acidentes ocorridos por armazenagem inadequada e insegura. As regras básicas de segurança de uma armazenagem são:

- O peso do material a ser depositado não deve ser superior à resistência do piso;
- As pilhas devem ficar afastadas pelo menos 50 cm das paredes a fim de não forçar a estrutura do edifício, permitir uma ventilação adequada e facilitar um eventual combate a incêndio;
- A armazenagem dos materiais não deve prejudicar a ventilação, a iluminação e o trânsito de pessoas e viaturas;
- A disposição das pilhas não deve dificultar o acesso aos meios de combate a incêndio e às saídas de emergência;
- Devem ser removidos pregos, arames e cintas partidas que se projetam para fora, constituindo perigo;
- Ao depositar materiais não deixar saliências fora do alinhamento;
- Quando a armazenagem for manual, empilhar apenas até 2 metros de altura. Sendo mecânica, não armazenar a uma altura que possa causar a instabilidade das pilhas.

Os meios mecânicos para elevação e movimentação de cargas devem ser operados exclusivamente por pessoas autorizadas e conhecedoras das máquinas de elevação.

Elaborado por:

28/42

Verificado por:



15 – MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS

A entidade executante deverá arquivar e manter atualizada no **anexo VI** do presente PSS a lista dos materiais com riscos específicos, de acordo com a legislação em vigor.

Deverão ser alvo de controlo os seguintes materiais e produtos:

- Cimentos, aditivos, betão;
- Tintas, vernizes, diluentes, colas;
- Combustíveis;
- Óleos descofrantes e óleos lubrificantes;
- Betumes e misturas betuminosas.
- Amianto
- Outros produtos não referidos nos pontos anteriores e que apresentem riscos especiais.

Assim durante a execução da presente empreitada, a entidade executante, com base nas Fichas de Segurança do Fabricante (deverão ser arquivadas no **anexo VI**), deverá definir para cada material as condições mínimas de segurança na utilização e manuseamento, condições mínimas essas que deverão ser do conhecimento dos trabalhadores que as vão utilizar e manusear, devendo para o efeito cuidar da distribuição do equipamento de proteção necessário e adequado. Todos os trabalhadores que usem materiais com riscos especiais devem ser alvo de formação/informação por parte da entidade executante.

16 – PLANO DE TRABALHOS; CRONOGRAMA DE MÃO-DE-OBRA E PLANO DE EQUIPAMENTOS

O Plano de trabalhos é um documento que deverá ser elaborado pela entidade executante. Trata-se de um documento fundamental de base de preparação para o planeamento e programação da obra e em particular para a análise do sistema de Segurança e Saúde da empreitada.

De forma esquemática / gráfica e facilmente perceptível a entidade executante apresenta os trabalhos que vão ser desenvolvidos e quando vão ser desenvolvidos. Esta esquematização permite perceber e antecipar potenciais dificuldades relacionadas com altura do ano em que os trabalhos serão desenvolvidos e também relacionadas com a sobreposição de trabalhos.

Associado ao Plano de trabalhos devemos ter um cronograma de mão-de-obra e um plano de equipamentos.

O cronograma de mão-de-obra trata-se de um gráfico com a distribuição temporal do número de trabalhadores, e nele pode observar-se a concentração de trabalhadores num dado intervalo de tempo, e prever-se desse modo os riscos associados a determinado período.

Finalmente o plano de equipamentos permite-nos perceber a quantidade e o tipo de equipamentos que teremos em obra. Assim como, avaliar a viabilidade de determinados equipamentos estarem a desenvolver trabalhos em simultâneo.

Elaborado por:

29/42

Verificado por:



Deste modo, o Empreiteiro deverá rever mensalmente e atualizar, quando se justifique, o plano de trabalhos, o cronograma de mão-de-obra e o plano de equipamentos que deverão ser colocado no anexo VII do presente PSS.

17 – MEDIDAS DE SOCORRO E EVACUAÇÃO

O Plano de Emergência deverá ser definido pela entidade executante e apresentado, para aprovação, ao coordenador de segurança em obra aquando da entrega do desenvolvimento do PSS para a fase de obra. Este plano será um conjunto de medidas a dotar a fim de prever os meios de socorro em caso de acidente e de catástrofe (por exemplo: incêndio; explosões; sismos; inundações).

A entidade executante tem a obrigação de elaborar e de manter o plano constantemente atualizado e proceder à sua divulgação junto de todos os interessados.

Para a sua elaboração dever-se-á partir dos diferentes cenários possíveis, geradores de situações de emergência e a partir daí estabelecer-se os procedimentos necessários ao seu controlo. Os procedimentos deverão evidenciar:

- Rede de comunicações a estabelecer;
- Meios humanos disponíveis (e úteis);
- Meios exteriores a contactar;
- Meios mecânicos a mobilizar;
- Constituição da equipa de intervenção;
- Cadeia de comando a estabelecer;
- Funções específicas de cada elemento da equipa;
- Identificação nominativa dos Primeiros Socorristas.

Os procedimentos deverão ainda:

- Descrever as normas e atuações a ter em conta aquando da ocorrência de uma situação de risco elevado e de uma situação de emergência;
- A coordenação operacional das atividades das equipas de intervenção internas e externas, dos meios de atuação, dos equipamentos, das instalações, etc.
- O Plano de Evacuação, a definição de caminhos de fuga, locais de concentração, Primeiros Socorros, etc.

NOTA: A pormenorização do Plano de Emergência depende da gravidade e extensão dos danos previsíveis, tendo em conta o pior cenário. Sempre que os cenários previsíveis impliquem impacto negativo no exterior da obra, nomeadamente acidentes com terceiros, interrupções de vias de circulação importantes (ferroviária ou rodoviária), bens patrimoniais de valor significativo, etc., o Plano de Emergência deverá explicitar tal fato.

Elaborado por:

30/42

Verificado por:



Após a aprovação do Plano e a abertura do estaleiro a entidade executante deverá realizar uma simulação de uma catástrofe de modo a verificar o bom funcionamento de todas as medidas de salvamento.

A documentação relativa a este ponto deverá ser colocado no **anexo VIII**.

18 – ARRUMAÇÃO E LIMPEZA DO ESTALEIRO

Com arrumação e limpeza adequadas nos estaleiros, pode ser eliminado um grande número de condições de insegurança, origem de múltiplos acidentes, contribuindo para a segurança no trabalho.

Deste modo, a entidade executante tem a obrigação de no decorrer de toda a empreitada manter o estaleiro sempre limpo e arrumado. Seguidamente serão deixadas algumas indicações que são fundamentais na limpeza e arrumação.

18.1 Condições de organização geral do estaleiro

- ✓ Estado de limpeza geral com particular atenção a pregos, cavilhas, derrames, etc. em zonas de trabalhos;
- ✓ Vias de circulação de transportes bem definidas;
- ✓ O empreiteiro deverá garantir a limpeza das faixas de rodagem, através de equipamentos e métodos adequados, bem como as vias públicas confinantes à empreitada sob pena de serem aplicadas coimas
- ✓ Na zona de trabalhos, deverá ser mantida uma via de acesso desimpedida, de modo a que, em caso de emergência, estejam garantidos quer os caminhos de fuga, quer as vias de socorro. Os trabalhos não deverão condicionar a atuação dos meios de socorro em caso de qualquer acidente rodoviário que possa ocorrer na zona de obra;
- ✓ Todos os veículos e trabalhadores que operem na zona de intervenção da obra deverão estar devidamente sinalizados, de acordo com a legislação;
- ✓ Os equipamentos e materiais deverão ser posicionados de modo a que não obstruam o trânsito bem como a visibilidade deste. Esta verificação tem de ser realizada, pelo menos, no fim do dia de trabalho;
- ✓ Logo que seja possível o regresso às condições normais de circulação, a sinalização de carácter temporário deverá ser retirada para dar lugar à permanente;
- ✓ Armazenagem correta de materiais com travamento de peças cilíndricas, isolamento de produtos perigosos;
- ✓ Eliminar diariamente os resíduos que possam ser eliminados e os restantes deixarem no local previamente definido de modo a que o estaleiro esteja sempre limpo;
- ✓ Os recipientes que contenham líquidos tóxicos ou inflamáveis devem estar fechados hermeticamente.
- ✓ Recolher corretamente os produtos ou materiais inflamáveis

Elaborado por:

31/42

Verificado por:



- ✓ Condições de Higiene – Instalações sanitárias.

19 – ORGANIZAÇÃO DO ESTALEIRO

A organização e gestão do estaleiro ficará a cargo da entidade executante, contudo realça-se que esta organização e gestão deverá estar explicitada no projeto de estaleiro que a entidade executante dará ao coordenador de segurança em obra para validar e posterior aprovação do dono de obra.

Estaleiro Social (Dormitórios; Refeitórios; Balneários)	A propor pelo Empreiteiro
Estaleiro Administrativo (Direção de Obra; Fiscalização; Coordenação de Segurança; Encarregado; Administrativos)	A propor pelo Empreiteiro
Estaleiro de Apoio à Produção (Parques de Materiais e Equipamentos; Estaleiro de Ferro e de Cofragens; Ferramentaria; Carpintaria; Serralharia)	A propor pelo Empreiteiro
Estaleiro Produtivo (Frentes de Obra)	A propor pelo Empreiteiro

NOTA: O estaleiro bem como os locais e postos de trabalho devem ser mantidos sempre limpos e arrumados.

20 – COOPERAÇÃO ENTRE INTERVENIENTES

A cooperação entre os diferentes intervenientes (nomeadamente entidade executante, subempreiteiros e trabalhadores independentes) torna-se crucial para o objetivo de todos aqueles que estão ligados à empreitada que é a inexistência de incidentes e acidentes. Ao nível da segurança é neste sentido que devemos sempre trabalhar.

Todos os intervenientes no estaleiro têm a obrigação de cooperarem entre si, tendo em conta todos os requisitos de segurança e saúde estabelecidos. A entidade executante tem obrigação de criar todos os meios necessários para assegurar esta cooperação.

A entidade executante e os seus subempreiteiros / trabalhadores independentes devem realizar reuniões periódicas (no mínimo quinzenais) onde sejam debatidas as questões de Segurança e Saúde da Obra. Destas reuniões deverá resultar uma ata, datada e assinada pelos presentes. O CSO poderá solicitar estas atas sempre que considere necessário.

Assim, a entidade executante deverá:

- ✓ Comunicar a todos os trabalhadores presentes em obra as normas constantes no PSS, bem como a legislação vigente, no sentido de estes adotarem uma postura "segura" na empreitada;
- ✓ Dar a conhecer aos subempreiteiros e trabalhadores independentes o PSS ou parte deste;
- ✓ Comunicar os acidentes de trabalho ao coordenador de segurança e à ACT num prazo máximo de 24 horas.

Elaborado por:

32/42

Verificado por:



Os subempreiteiros tem o dever de respeitar todas as indicações fornecidas pela entidade executante em matéria de segurança no trabalho. Além do referido os subempreiteiros / trabalhadores independentes devem, sempre que achem conveniente, propor à entidade executante alterações que possam minimizar os riscos associados aos trabalhos que desenvolvem na empreitada.

Só com um trabalho em equipa, com cooperação entre os diferentes intervenientes é possível garantir elevados níveis de segurança.

21 – DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO ENTRE OS INTERVENIENTES

A entidade executante fica obrigada a providenciar um local visível (protegido das intempéries) para afixação de informação útil, (nomeadamente Comunicação Prévia da Obra e informações diversas de Segurança), para os seus trabalhadores ou subempreiteiros. Os procedimentos essenciais a adotar em caso de emergência devem encontrar-se afixados permanentemente.

Os contatos e trocas de informações entre o CSO e o responsável pela segurança da entidade executante poderá ser feito de atas resultantes das reuniões de coordenação de segurança; através de informações /relatórios enviadas por fax para a empresa ou enviado diretamente por correio eletrónico (mail) para a pessoa responsável

22 – PROJETO DE ESTALEIRO

Entende-se por estaleiro todo o espaço físico necessário à implantação das instalações de apoio à execução da obra (escritórios, dormitórios, refeitórios, vestiários, instalações sanitárias, carpintaria, montagem de ferro, armazéns, garagens, etc), e dos equipamentos de apoio (gruas, centrais de betão etc). Neste sentido o projeto de estaleiro deverá ser apresentado pela entidade executante e depois de aprovado colocado no **anexo IX**.

No projeto do estaleiro, para além da planta de localização e de pormenor do estaleiro com a respetiva legenda, deverá ser feita referência aos seguintes aspetos:

- Local e tipo de portaria;
- Tipo de acessos ao estaleiro;
- Descrição do tipo de vedação;
- Plano de sinalização de intersecção das vias públicas com o estaleiro;
- Identificação das zonas de armazenagem;
- Abastecimento de água (onde está disponível e quem fornece);
- Abastecimento de energia elétrica (onde está disponível e quem fornece);
- Rede telefónica (onde está disponível e quem fornece);
- Escritórios, dormitórios; refeitórios; balneários; instalações sanitárias (onde está disponível e quem fornece);
- Tipos de equipamento de apoio à obra fixos (por exemplo planta de implantação de grua(s) – caso exista) ;

Elaborado por:

33/42

Verificado por:



➤ **Localização dos depósitos de materiais.**

No que diz respeito às instalações sociais, os espaços respeitantes à cozinha e refeitório deverão ser dotados de luz natural e elétrica, deverão ter ventilação natural e água potável, gás, lava-loiças, mesas e bancos e recipiente para o lixo.

Dormitórios, balneários, instalações sanitárias, deverão ter dimensões que conjuguem a necessidade e condição condigna de utilização. Deverão ser desinfetados (podendo a entidade executante recorrer a empresas especializadas) com uma periodicidade adequada; os pavimentos lavados e equipados com cestos para recolha de lixo.

Todo o estaleiro deverá estar de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o decreto 46427 de 1965.

Sempre que exista interferência significativa com vias públicas (incluindo pedonais), habitações ou de um modo geral com pessoas ou instalações estranhas ao estaleiro, o plano deverá evidenciar as medidas que, com a finalidade de garantir a segurança de terceiros, serão implementadas na envolvente próxima.

22.1 – Plano de sinalização e circulação no estaleiro

A sinalização no estaleiro engloba a sinalização de segurança e saúde – que diz respeito ao indivíduo (trabalhador e/ou visitante), e sinalização de circulação – sinalização tradicional de trânsito que regula o movimento do equipamento e veículos circulantes de estaleiro e de obra.

Os aspetos relacionado com esta sinalização são os seguintes:

- Obrigação de uso de equipamentos de proteção individual (capacete, botas, luvas, etc);
- Interdição de pessoas não autorizadas no estaleiro;
- Localização das instalações do estaleiro (por exemplo: escritório; instalações sanitárias; refeitório; primeiros socorros);
- Proibição de aproximação a zonas perigosas (posto de transformação);
- Advertência de perigos vários;
- Indicação da localização dos meios de combate a incêndios;
- Indicação dos sentidos de circulação de pessoas e de veículos e limitação de velocidade;
- Indicação do ponto de encontro em caso de necessidade de evacuação.

A sinalização de circulação é a sinalização tradicional de trânsito, ou seja, aquela que regula o movimento do equipamento circulante de estaleiro e de obra, e ainda os veículos dos trabalhadores visitantes.

Na fase da obra a entidade executante deverá apresentar uma planta do estaleiro com a sinalização de segurança e de circulação, e que passará a integrar o **anexo IX** do presente PSS.

Elaborado por:

34/42

Verificado por:



23. POLÍTICA DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

É responsabilidade do Empreiteiro assegurar que todos os trabalhadores em obra, incluindo os abrangidos pela cadeia de subcontratação, trabalhadores temporários, trabalhadores independentes e, genericamente, todos aqueles que na obra executam trabalhos, se encontram cobertos por uma apólice de seguro de acidentes de trabalho, conforme o definido na lei 98/2009 de 4 de Setembro.

Neste sentido, o Empreiteiro manterá atualizado um registo capaz de demonstrar que todo e qualquer trabalhador em obra se encontra naquelas condições (**anexo X**).

Se se verificar que um trabalhador se encontra na área do estaleiro sem seguro de acidentes de trabalho ou se o Empreiteiro não conseguir demonstrar, inequivocamente, a existência de tal seguro, o trabalhador em causa será afastado para uma zona exterior ao estaleiro e só poderá retomar a laboração após se verificar que se encontra em situação regular.

O Empreiteiro dará cumprimento ao estipulado na Lei n.º98/2009, nomeadamente no que diz respeito aos recibos de vencimento que devem, obrigatoriamente, identificar a empresa seguradora para a qual o risco se encontra transferido à data da sua emissão.

No intuito de facilitar o controlo sugere-se que se privilegie a modalidade de seguro por "folha de férias" ou seguro sem nomes em detrimento do seguro nominativo. De qualquer modo cabe ao Empreiteiro controlar a correspondência entre a pessoa segurada e o trabalhador em obra, assim como a validade temporal e cobertura das apólices.

24. PLANO DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

Todos os trabalhadores que mantenham, direta ou indiretamente, com o empreiteiro uma relação de trabalho deverão estar abrangidos por um serviço de medicina no trabalho, conforme o estipulado no decreto-lei n.º 109/2000 de 30 de Junho.

No escritório da obra a entidade executante é obrigada a ter um arquivo, devidamente ordenado e atualizado, das fichas de aptidão médica de cada trabalhador. O arquivo deverá estar feito de modo a que a sua consulta seja fácil e expedita. Nenhum trabalhador poderá iniciar qualquer atividade de trabalho na obra antes que a respetiva ficha de aptidão médica seja conferida e arquivada.

Sempre que seja emitida uma ficha médica que imponha condicionalismos à atividade do trabalhador (apto com restrições), deverá ser informada do fato a estrutura de segurança da obra, o empreiteiro e o dono de obra, para se tomarem as medidas necessárias.

25. PLANO DE VISITANTES

A entrada de visitantes no estaleiro só deverá ser permitida após entrega aos mesmos de cartões identificadores e da verificação da utilização dos EPI de uso obrigatório (próprios ou disponibilizados no estaleiro). A circulação dos visitantes no estaleiro deve ser sempre acompanhada por pessoa da equipa de trabalho em obra autorizada para o efeito.

Elaborado por:

35/42

Verificado por:



26. CONDICIONALISMOS

Para efeitos deste PSS considera-se condicionalismo toda a situação de interface que possa condicionar o desenvolvimento dos trabalhos por ordem a manter a segurança do projeto e ainda o impacto que o projeto possa causar ao nível da segurança e bem-estar das populações vizinhas.

Cabe ao Empreiteiro prever, de acordo com o programa de trabalhos, as situações que configurem interferências ou condicionalismos e propor ao Dono de Obra as medidas consideradas necessárias a implementar. Estas medidas deverão constituir um plano que, depois de aprovado, deverá ser incluído no **anexo XI**.

O plano deverá abranger ambas as situações e possuir os seguintes documentos:

- Localização do condicionalismo e caso se justifique identificado através de planta;
- Descrição dos acontecimentos que constituem o condicionalismo;
- Descrição das medidas minimizadoras ou controladoras a adotar.

O Empreiteiro deverá, procedendo como descrito acima, tratar as seguintes situações:

- Trabalhos junto a linhas elétricas aéreas;
- Desvios de trânsito com rodovias em vias ativas;
- Trabalhos de desmonte com recurso a explosivos;
- Proteção de terceiros contra queda de objetos de estruturas em sobrevoos;
- Controlo de entrada de terceiros em zonas de trabalho de risco;
- Implementação de medidas adicionais junto a cursos de águas;
- Análise prospetiva de trabalhos em zonas contíguas ao contrato e identificação de possíveis zonas de conflito;
- Quaisquer outras situações que condicionem o desenvolvimento dos trabalhos.

REGISTO DE CONDICIONALISMOS EXISTENTES		Interferência com o estaleiro
Construções a demolir ou a preservar	-	-
Edifícios Contíguos	-	-
Árvores a remover ou preservar	-	-
Rede de água	-	-
Rede de esgotos pluviais	-	-
Rede de esgotos residuais	-	-
Rede de gás	-	-
Rede de eletricidade	-	-
Rede de telefones	-	-
Rede de TV por cabo	-	-

Elaborado por:

36/42

Verificado por:



27. PLANO DE CONTROLO DOS EQUIPAMENTOS DE ESTALEIRO

O Empreiteiro deverá propor modelos de registo de verificação para os equipamentos que conta utilizar em Obra. Estes modelos deverão contemplar três situações: verificação prévia à entrada do equipamento em obra, verificação periódica e verificação extraordinária (sempre que o equipamento seja sujeito a transformações, reparações estruturais, se suspeite do seu estado de conservação, ou ainda, após acidente).

Os modelos de registos de verificação referenciados a cada equipamento, depois de aprovados pelo dono de obra, deverão ser preenchidos e assinados pelo Empreiteiro e arquivados no **anexo XII**.

Deverão ser elaborados registos para todos os equipamentos que envolvam risco de acidente.

Alguns dos equipamentos previstos em estaleiro têm Fichas de Avaliação de Riscos (FAR) associadas, incluídas neste PSS, que indicam algumas das preocupações a ter com esses mesmos equipamentos.

Acresce ainda a obrigatoriedade de o Empreiteiro entregar ao dono de obra cópias dos Certificados de Conformidade dos Equipamentos.

28. PROCEDIMENTOS E REGISTOS DE INSPEÇÃO E VERIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO

As atividades de construção deverão ser alvo de Procedimentos e Registos de Inspeção e Verificação que serão anexados no **anexo XIII**.

Deverão ser alvo de Registos de Inspeção e Verificação todas as atividades e tarefas que apresentem riscos especiais ou outra atividade que o coordenador de segurança em obra entenda solicitar à entidade executante.

29. REGISTOS DE ANOMALIAS E NÃO CONFORMIDADES

Considera-se não conformidade a não satisfação de um requisito especificado no PSS, ou na legislação aplicável, da qual resultem níveis de segurança inferiores aos garantidos pela especificação e que consubstanciem risco com razoável probabilidade de se efetivar.

Considera-se ainda não conformidade as situações geradoras de risco que, independentemente da maior ou menor probabilidade de se efetivar, consubstanciem uma ameaça para a vida ou integridade física de um ou mais trabalhadores ou terceiros afetados pelos trabalhos.

Considera-se anomalia as situações de risco geradas de acordo com o atrás descrito, quando os riscos envolvidos são pouco significativos e a probabilidade de se efetivarem seja baixa.

A qualificação da situação (anomalia/não-conformidade) é, em primeira linha, responsabilidade da pessoa ou entidade responsável pela sua deteção, tendo em conta a análise das condições objetivas e da experiência acumulada. Em caso de divergência de avaliação prevalece a opinião da Câmara Municipal.

Quer as não-conformidades quer as anomalias devem ser alvo de registo, sendo o seu tratamento diferenciado. No caso das referidas situações no âmbito da segurança serem detetadas pelo Dono de Obra, o Empreiteiro deverá submeter à aprovação da Câmara Municipal a proposta de ação corretiva no prazo de

Elaborado por:

37/42

Verificado por:



24 horas bem como a respetiva data para a sua implementação, devendo, após aprovação da mesma, informar o Dono de Obra da sua implementação e propor o seu fecho.

As não-conformidades identificadas serão reportadas à entidade executante via relatório / informação enviada por fax e/ou correio eletrónico e deverão ser arquivadas no anexo XIV.

30. PLANO DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

Conforme o estipulado na Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro constitui obrigação da entidade patronal assegurar a formação e informação dos trabalhadores, tendo em conta os riscos a que vão estar expostos. Em contrapartida, o decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro estipula, de um modo genérico, que todos os trabalhadores envolvidos no ato de construir deverão possuir toda a informação e formação que lhes permita exercer as suas atividades em condições de segurança.

As ações de formação e informação deverão ser planeadas de tal modo que precedam a atividade de risco, sem prejuízo de ações de reforço efetuadas no decurso dos trabalhos.

No sentido de se controlar esta atividade, considerada fundamental, dever-se-á planear as ações de formação intimamente ligadas ao programa de trabalho.

O Plano de Formação e Informação deverá incluir ações dos seguintes tipos:

- Ações de acolhimento – normalmente de curta duração, versando os riscos gerais do estaleiro e destinadas aos trabalhadores que vão iniciar, pela primeira vez, atividades em obra; Nenhum trabalhador deverá entrar em obra sem ter tido a formação de acolhimento.
- Ações de sensibilização – também de curta duração, e que se destinam a alertar, genericamente, os diferentes grupos de trabalho para os riscos de uma nova atividade (por ex.: imediatamente antes do início da escavação, do início da construção dos pilares, etc.).
- Ações de Formação Específicas – com duração adequada ao tema a tratar, destinadas a pequenos grupos, versando atividades de risco, processos de trabalho inovadores ou pouco conhecidos dos recursos humanos envolvidos, novos equipamentos, condições particulares do local ou envolvente, etc.
- Ações de Formação de Especialização – dirigidas a grupos específicos e destinadas a capacitar trabalhadores em atividade definidas (por ex.: curso de primeiros socorros, formação de manobreadores de guas, formação de operadores de substâncias explosivas, etc.).

Todas estas ações devem ser alvo de registo que evidencie, nomeadamente, os temas abordados, a duração, as presenças e anexado no anexo XV.

Independentemente das ações, ditas formais, atrás descritas, dever-se-á levar a efeito outras ações de divulgação, nomeadamente através da afixação de cartazes, divulgação de pequenas brochuras, etc. Este material deverá ser de fácil compreensão e apelativo.

Elaborado por:

38/42

Verificado por:



31. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PSS

Implementação

O PSS tem como função, por um lado, definir as estratégias a implementar no âmbito de SHST e por outro, evidenciar, através de registos, a efetivação das medidas preconizadas naquele âmbito. Por tal motivo e no sentido de garantir, inequivocamente, esta última função, o PSS constitui um documento controlado. Tal fato não impede no entanto que se proceda a uma ampla divulgação do seu conteúdo assegurando-se, desse modo, que todos os interessados tenham conhecimento suficiente das estratégias previstas e do modo como se pretendem implementar. Assim, o conteúdo do PSS, nomeadamente no que diz respeito à prevenção de riscos, deverá ser alvo de divulgação personalizada (em reuniões específicas, ações de formação e divulgação, reuniões de produção, etc.) sendo os conteúdos a divulgar escolhidos de acordo com os destinatários, tarefas do grupo alvo, andamento dos trabalhos, etc. A divulgação dos conteúdos assim como o nome dos seus recetores, deverão ser registados em impresso próprio constante do PSS e arquivado na pasta desse documento. São alvo de registo individualizado a distribuição do PSS, ou parte dele, aos intervenientes na cadeia de responsabilidades objetivas na área de SHST. A distribuição de parte do PSS como apoio à formação e informação deve ser registada, não necessitando de confirmação do recetor.

Monitorização

A responsabilidade da implementação do PSS e a sua monitorização deverá ser tarefa do Diretor de Obra, tendo em conta a responsabilidade cível e criminal que lhe é imputada pela legislação em vigor. No sentido de otimizar esta tarefa, e ao mesmo tempo assegurar um envolvimento ativo de uma estrutura alargada nas atividades de prevenção, deverá, a Comissão de Segurança do Contrato, coresponsabilizar-se por aquela tarefa. As atas das reuniões daquela Comissão deverão explicitar, em campo próprio, as tarefas desenvolvidas naquele âmbito.

Auditorias

Independentemente das atividades atrás referenciadas, a Câmara Municipal levará a efeito auditorias destinadas a avaliar o grau de implementação do PSS.

As auditorias terão como objetivos específicos:

- Aferir o grau de desempenho do Empreiteiro em matéria de SHST;
- Detetar disfuncionamentos do sistema, passíveis de ações corretivas;
- Identificar pontos de melhoria;
- Identificar insuficiências na área de formação e informação.

Auditorias promovidas por Auditores de segurança Externos

Estas auditorias terão como principal objetivo aferir o grau de implementação do PSS por parte do Empreiteiro e o cumprimento das suas responsabilidades como entidade empregadora.

Elaborado por:

39/42

Verificado por:



32. IDENTIFICAÇÃO DE TODOS OS INTERVENIENTES EM OBRA

O Empreiteiro deverá elaborar e manter atualizada lista nominal de todos os trabalhadores ao seu serviço, bem como da(s) própria(s) empresa(s). Esta lista deverá preferencialmente estar ordenada por número de trabalhador ou ordem alfabética e separada por entidade empregadora. Sugere-se vivamente que cada trabalhador possua um cartão identificador que permita uma correspondência fácil e expedita a esta listagem.

Relativamente às empresas a entidade executante deverá ter na sua posse os seguintes documentos permanentemente atualizados: alvará ou título de registo; horário de trabalho; seguro de acidentes de trabalho e responsabilidade civil; declaração de não dívida à segurança social e finanças; declaração de adesão ao PSS; folhas de remunerações enviadas para a segurança social e contrato de trabalho. Relativamente aos trabalhadores a entidade executante deverá ter na sua posse os seguintes documentos permanentemente atualizados: documentação pessoal; fichas de aptidão médica; comprovativo de formação /informação; ficha de registo de EPI's e declaração de manobrador (quando aplicável).

Sendo este procedimento fundamental para o controlo dos trabalhadores em obra em caso de acidente grave ou catástrofe, aquela listagem deverá ser escrupulosamente feita, de modo a que não exista em obra nenhum trabalhador que não conste na respetiva listagem. A listagem dos trabalhadores em obra deverá estar arquivada em local próprio.

33 – PLANO DE PROTEÇÕES INDIVIDUAIS

Proteções individuais, são todas aquelas que visam a proteção de um indivíduo, e em obra deverá assegurar-se que a cada trabalhador corresponda um determinado equipamento de proteção individual – EPI – em função da tarefa que desempenha.

Um EPI engloba todo e qualquer equipamento destinado ao uso pessoal de cada trabalhador, protegendo-se, no desempenho da sua atividade profissional, contra todos os riscos que possa, pôr em perigo a sua segurança e saúde.

Alguns dos EPI's que temos estão descritos na seguinte tabela com o fim para que se propõe:

Parte do corpo a proteger	EPI's
Cabeça	Capacetes de proteção
Olhos e rosto	Óculos, viseiras faciais, máscaras
Ouvidos	Protetores auriculares e abafadores
Vias respiratórias	Máscaras adaptadas ao tipo de trabalho a desenvolver
Mãos e braços	Luvas e mangas protetoras
Pele	Creme de proteção
Pés	Botas / sapatos com sola e biqueira de aço

No ato da entrega dos diferentes EPI's a entidade executante deve certificar-se que os trabalhadores são informados sobre quais os EPI's que são de uso permanente e os que são de uso eventual. Esta situação

Elaborado por:

40/42

Verificado por:



deve-se ao facto de existirem EPI's que são de uso obrigatório desde que os trabalhadores entram no estaleiro até que saem e outros só usados apenas em tarefas específicas.

A entidade executante deverá ainda garantir que todos os trabalhadores tem conhecimento sobre como deve ser utilizado cada EPI. Deverá fornecer, ao trabalhador, todas as instruções de utilização necessárias ao uso correto dos equipamentos, controlando o seu uso efetivo.

No ato da entrega do EPI, o trabalhador, deverá assinar uma ficha de distribuição dos EPI's onde consta os equipamentos que recebeu; o efeito a que se destina o equipamento e onde saliente quando tem de usar o equipamento. Estas fichas deverão estar anexados no **anexo XVI**.

34 – PLANO DE PROTEÇÕES COLETIVAS

Proteções coletivas são todas aquelas que visam a proteção de mais do que um individuo simultaneamente, que por determinadas circunstancias se encontram expostos em conjunto a um determinado risco.

O tipo de equipamento de proteção coletiva (EPC) a utilizar e a sua implantação no estaleiro ou na obra, deve ser alvo de um estudo pormenorizado, em obra, de forma a responder às solicitações exigidas em cada situação.

RISCOS	MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Quedas em altura	<ul style="list-style-type: none">• Execução adequada de andaimes;• Correta utilização da escada de mão;• Utilização de guarda corpos nas bordaduras das lajes dos pisos e aberturas neles existentes (caixas de elevadores, etc.);• Redes de proteção exteriores;• Delimitação escavações com guardas;• Utilização de Linhas de Vida.
Queda do mesmo nível	<ul style="list-style-type: none">• Limpeza do estaleiro;• Arrumação de materiais e equipamentos de forma ordenada.
Soterramento	<ul style="list-style-type: none">• Entivação adequada de valas;• Execução de taludes tendo em atenção o tipo de terreno e as condições atmosféricas;• Delimitação de escavações com guardas.
Queda de objetos	<ul style="list-style-type: none">• Execução de passarelas com cobertura de proteção.
Eletrocussão	<ul style="list-style-type: none">• Colocação de guardas de proteção junto das linhas elétricas.

Elaborado por:

41/42

Verificado por:

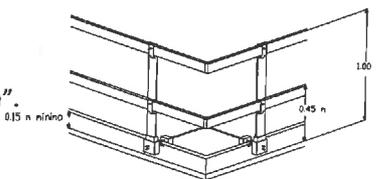


A. GUARDA-CORPOS

Os guarda-corpos são proteções coletivas com o objetivo de impedir a queda de corpos em altura.

- a) Elementos horizontais – Tábua de madeira colocada a 0.45m e 1.00m acima do plano de trabalho.
- b) Rodapé – Tábua de madeira com 0.15m de altura, solidamente colocada aos montantes.
- c) Montantes – Constituídos por tubos ou perfis de aço, protegidos contra a corrosão e sem reterem água no seu interior.

- d) Fixação – Preconiza-se para fixação dos montantes, dispositivos tipo "pinça".



B. OUTROS EQUIPAMENTOS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLECTIVA

RAMPAS, PASSADICOS

Estáveis, de piso não derrapante (traves de madeira para apoio do pé).

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MODOS OPERATÓRIOS

Utilização só para as funções a que se destinam;

Manutenção e permanência em parques de máquinas;

Verificação periódica de funcionamento;

Habilitações técnicas dos utilizadores.

COMPORTAMENTO DO PESSOAL

Atenção particular a comportamentos que possam influir nas condições gerais de segurança, designadamente a indisciplina e o alcoolismo.

C. ENTIVAÇÃO

A sua utilização deve ser analisada para cada situação em particular e deverá respeitar a legislação em vigor e as indicações do fabricante de modo a garantir elevados níveis de segurança.

Aprovo o presente Plano de Segurança e Saúde da Fase de Projeto que contém 42 páginas.

Paços do Concelho, Vila Nova de Cerveira, 25 de Novembro de 2016

O Presidente da Câmara


João Fernando Brito Nogueira

Elaborado por:

42/42

Verificado por:

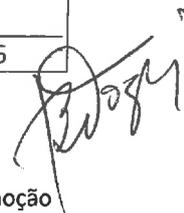
LISTA DE ANEXOS

- ANEXO I – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
- ANEXO II – DEFINIÇÕES**
- ANEXO III – COMUNICAÇÃO PRÉVIA**
- ANEXO IV – ORGANOGRAMA FUNCIONAL**
- ANEXO V – PLANO DE TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS**
- ANEXO VI – MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS & FICHAS DE SEGURANÇA**
- ANEXO VII – PLANO DE TRABALHOS; CRONOGRAMA DE MÃO-DE-OBRA E PLANO DE EQUIPAMENTOS**
- ANEXO VIII – SOCORRO E EVACUAÇÃO**
- ANEXO IX – PROJETO DE ESTALEIRO**
- ANEXO X – SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO**
- ANEXO XI – PLANO DE CONDICIONALISMOS**
- ANEXO XII – PLANO DE CONTROLO DOS EQUIPAMENTOS DO ESTALEIR**
- ANEXO XIII – PROCEDIMENTOS E REQUISITOS DE INSPEÇÃO E VERIFICAÇÃO**
- ANEXO XIV – REGISTOS DE ANOMALIAS E NÃO CONFORMIDADES**
- ANEXO XV – FORMAÇÃO / INFORMAÇÃO**
- ANEXO XVI – EPI'S**
- ANEXO XVII – REGISTO DE REVISÕES**
- ANEXO XVIII – REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO**
- ANEXO XIX – ATAS DAS REUNIÕES DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA**
- ANEXO XX – REGISTO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo I Legislação Aplicável

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00 Data: 25-11-2016
--	--	---



Diplomas de âmbito geral

- **Lei n.º 3/2014 de 28 de Janeiro**

Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

- **Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro**

Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de Junho**

Estabelece o regime de organização e funcionamento dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de Outubro**

Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/656/CEE, de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho.

- **Portaria n.º 987/93 de 6 de Outubro**

Estabelece as normas técnicas de execução do decreto-lei n.º 347/93 de 1 de Outubro.

Diplomas relacionados com Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

- **Lei n.º 98/2009 de 4 de Setembro**

Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

- **Decreto-lei n.º 2/82 de 5 de Janeiro**

Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.

- **Decreto-Lei n.º 362/93 de 15 de Outubro**

Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Diplomas do âmbito da Construção Civil

- **Decreto n.º 41 820 de 11 de Agosto de 1958**

Estabelece as normas de segurança a adoptar no trabalho da Construção Civil.

- **Decreto n.º 41 821 de 11 de Agosto de 1958**

Regulamento de segurança no trabalho da Construção Civil.

- **Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de Outubro**

Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/57/CEE, de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

- **Portaria n.º 101/96 de 3 de Abril**

Estabelece as regras técnicas de concretização das prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho nos estaleiros.

- **Decreto n.º 46 427 de 10 de Julho de 1965**

Regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras.

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	



Diplomas relacionados com Equipamento e Máquinas de Estaleiro

- **Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de Junho**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa às máquinas.
- **Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de Fevereiro**
Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

Diplomas relacionados com Equipamentos de Proteção Individual

- **Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de Abril**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/686/CEE, de 21 de Dezembro, relativa às exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual.
- **Decreto-Lei n.º 139/95 de 14 de Junho**
Introduz alterações ao decreto-lei n.º 128/93 de 22 de Abril.
- **Portaria n.º 1131/93 de 4 de Novembro**
Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, de acordo com o art.2º do decreto-lei n.º 128/93 de 22 de Abril.
- **Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de Outubro**
Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/656/CEE, de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na utilização dos equipamentos de proteção individual.
- **Portaria n.º 988/93 de 6 de Outubro**
Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho na utilização de equipamentos de proteção individual, de acordo com o art.7º do decreto-lei n.º 348/93 de 1 de Outubro.

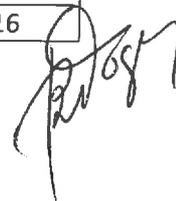
Diplomas relacionados com riscos elétricos

- **Portaria n.º 37/70 de 21 de Janeiro**
Aprova as instruções para os primeiros socorros em acidentes produzidos por corrente elétrica.
- **Decreto-Lei n.º 740/74 de 26 de Dezembro**
Estabelece o RSIUEE – Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Elétrica.
- **Decreto-Lei n.º 303/76 de 26 de Abril**
Introduz alterações ao decreto-lei n.º 740/74 de 26 de Dezembro.
- **Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de Fevereiro**
Regulamento de segurança de linhas elétricas de alta tensão.
- **Decreto Regulamentar n.º 90/84**
Regulamento de segurança de redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

Diplomas relacionados com Movimentação Manual de Cargas

- **Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de Setembro**
Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE do Conselho, de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na movimentação manual de cargas.

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	



Diplomas relacionados com o Ruído

- **Decreto-Lei n.º 182/2006**

Transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devido ao ruído.

Diplomas relacionados com a sinalização

- **Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de Junho**

Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/58/CEE, de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho.

- **Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de Novembro**

Regulamenta o decreto-lei n.º 141/95 de 14 de Junho.

- **Decreto regulamentar n.º 22-A/98 de 12 de Setembro – Capítulo V**

Regulamenta a sinalização temporária de obras e obstáculos na via pública.

Existirá no estaleiro um dossier com a legislação que por imperativos legais deverá estar permanentemente consultável, nomeadamente o decreto 41821 de 11 de Agosto de 1958, a Lei 98/2009 de 04 de Setembro. É no entanto de toda a conveniência que exista no mesmo dossier outra legislação de modo a permitir uma consulta em tempo da legislação e normas aplicáveis.

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

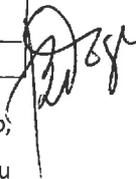
ANEXO II Definições

	Plano de Segurança e Saúde “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”	Emissão / Revisão 00 00 Data: 25-11-2016
--	--	---



- Acidente** – Acontecimento ocasional, decorrente de uma situação imprevista com lesões ou danos materiais.
- Acidente de trabalho** – É o acidente decorrente de uma situação de trabalho ou por via deste.
- Anomalia** – Considera-se anomalia as situações de risco, geradas pela não satisfação de um ou mais requisitos especificados diretamente no PSS ou na legislação aplicável, quando os riscos envolvidos são pouco significativos e a probabilidade de se efetivarem seja baixa.
- Autor de projeto** – A pessoa singular, reconhecida como projetista, que elabora ou participa na elaboração do projeto da obra.
- Cadeia de subcontratação** – Significa a participação, sob especificação, de empresas na cadeia produtiva, por meio de diversas formas de parcerias, tais como fornecimento de materiais, produtos e equipamentos ou, ainda, da prestação de serviços técnicos especializados para a produção.
- Condicionismo** – Considera-se condicionismo todas as situações de interface que possam condicionar o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito de SHST nas atividades da Obra e de terceiros afetados pelos trabalhos.
- Construtor** – Empresas que constituem o Agrupamento Complementar de Empresas e com o qual este vai celebrar contratos de subempreitada.
- Contrato** – Significa o contrato de subempreitada, ou o seu objeto, celebrado entre a Câmara Municipal e uma ou mais empresas que o integram, para a construção de uma parte da obra.
- Coordenador de segurança em projeto** – A pessoa singular ou coletiva que executa, durante a elaboração do projeto, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas, podendo também participar na preparação do processo de negociação da empreitada e de outros atos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho.
- Coordenador de segurança em obra** – A pessoa singular ou coletiva que executa, durante a realização da obra, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas.
- Direção técnica da obra** – O técnico responsável designado pela entidade executante para assegurar a direção efetiva do estaleiro.
- Diretor técnico da empreitada** – O técnico designado pelo adjudicatário da obra pública e aceite pelo dono da obra, nos termos do regime jurídico das empreitadas de obras públicas, para assegurar a direção técnica da empreitada.
- Dono da Obra** – A pessoa singular ou coletiva por conta de quem a obra é realizada, ou o concessionário relativamente à obra executada com base em contrato de concessão de obra pública.
- Empregador** – A pessoa singular ou coletiva que, no estaleiro, tem trabalhadores ao seu serviço, incluindo trabalhadores temporários ou em cedência ocasional, para executar a totalidade ou parte da obra; pode ser o dono de obra, a entidade executante ou subempreiteiro.
- Entidade executante** – A pessoa singular ou coletiva que executa a totalidade ou parte da obra, de acordo com o projeto aprovado e as disposições legais ou regulamentares aplicáveis; pode ser simultaneamente o dono de obra, ou outra pessoa autorizada a exercer a atividade de empreiteiro de obras públicas ou de industrial de construção civil, que esteja obrigada mediante contrato de empreitada com aquele a executar a totalidade ou parte da obra.
- Equipa de projeto** – Conjunto de pessoas reconhecidas como projetistas que intervêm nas definições de projeto da obra.

	Plano de Segurança e Saúde “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho”	Emissão / Revisão 00 00 Data: 25-11-2016
--	--	---



Equipamento de Proteção Individual (EPI) – É todo o equipamento, bem como qualquer complemento ou acessório, destinado a ser utilizado pelo trabalhador para se proteger dos riscos a que está exposto, para a sua segurança e/ou proteção da saúde.

Equipamento de construção – Significa o conjunto das máquinas, equipamentos, veículos, instalações fixas ou móveis, ferramentas ou outros utensílios, necessários ou convenientes à realização da obra, com exclusão dos materiais ou outros objetos que devam ser incorporados ou estejam incorporados na obra.

Estaleiros – Os locais onde se efetuam trabalhos de construção de edifícios ou trabalhos de engenharia civil, bem como os locais onde, durante a obra, se desenvolvem atividades de apoio direto aos mesmos.

Estatística de acidentes – Sistema de recolha de dados de sinistralidade e seu posterior tratamento.

Fiscal da obra – A pessoa singular ou coletiva que exerce, por conta do dono de obra, a fiscalização da execução da obra, de acordo com o projeto aprovado, bem como do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; se a fiscalização for assegurada por dois ou mais representantes, o dono da obra designará um deles para chefiar.

Formação em segurança – Processo pedagógico destinado a atuar sobre o fator humano a fim de modificar a atitude do trabalhador perante as situações de risco, fornecendo-lhes conhecimentos que lhe permitam identificá-los e evitá-los.

Índice de frequência – Representa o número de acidentes por um milhão de horas - homem trabalhadas.

Índice de gravidade – Representa o número de dias úteis perdidos por mil horas – homem trabalhadas.

Índice de incidência – Representa o número de acidentes com baixa, por cada mil trabalhadores (em média).

Medicina do trabalho – Especialidade da medicina cujo objetivo é prevenir riscos para a saúde do trabalhador, vigiando e controlando diretamente o seu estado de saúde.

Medida preventiva – Ação prática destinada a eliminar o risco ou limitar as suas consequências.

Normas de segurança – Conjunto de diretrizes, devidamente ordenadas, com vista a evitar situações de risco para os trabalhadores.

Programa de trabalhos – Representação gráfica das atividades em função do tempo.

Plano de segurança e saúde (PSS) – Documento que define normas e procedimentos de segurança a observar no estaleiro e na execução dos trabalhos, de modo a evitar riscos profissionais.

Representante dos trabalhadores – A pessoa eleita pelos trabalhadores, que exerce as funções de representação dos trabalhadores nos domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho.

Risco de acidente – Probabilidade que, no desenvolvimento do trabalho, ocorra um acidente anormal e imprevisto que ocasione lesões e/ou danos.

Trabalhador independente – A pessoa singular que efetua pessoalmente uma atividade profissional, não vinculada por contrato de trabalho, para realizar uma parte da obra a que se obrigou perante o dono da obra ou a entidade executante.

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo III Comunicação Prévia

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo IV Organograma Funcional

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	

Anexo V

***Plano de trabalhos com
riscos especiais***

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo VI
***Materiais com riscos
especiais***
&
Fichas de segurança

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo VII

- Plano de trabalhos**
- Cronograma de mão-
de-obra**
- Plano de
equipamentos**

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo VIII

Socorro e Evacuação

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo IX

Projeto de estaleiro

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	

Anexo X
***Seguros de acidentes
de trabalho***

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XI

Plano de

condicionalismos

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XII
***Plano de controlo dos
equipamentos do
estaleiro***

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XIII

***Procedimentos e
registos de inspeção e
verificação***

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00 Data: 25-11-2016
--	---	---

Anexo XIV
***Registo de anomalias e
não conformidades***

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão	
		00	00
		Data: 25-11-2016	

Anexo XV

Formação / Informação

	<p>Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"</p>	<p>Emissão / Revisão 00 00 Data: 25-11-2016</p>
--	--	--

Anexo XVI

EPI's

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XVII

Registo de revisões

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XVIII

Registo de distribuição

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XIX
***Atas das reuniões de
coordenação de
segurança***

	Plano de Segurança e Saúde "Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação /Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho"	Emissão / Revisão 00 00
		Data: 25-11-2016

Anexo XX
***Registo de Acidentes
de Trabalho***



ANEXO II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do no 1 do artigo 81º)

1 – Luis Mauricio Giestas Gonçalves, cartão de cidadão n.º 12041529, com morada em Lugar da Aldeia Nova N.º 288 4910-316 Riba de Âncora, na qualidade de representante legal de Luis Mauricio – Casa dos Leds Lda., número de identificação fiscal 514 036 761, com sede em Lugar da Aldeia Nova N.º 288 4910-316 Riba de Âncora, adjudicatário(a) no procedimento de “Eficiência Energética - Iluminação Pública - Beneficiação/Reforço Da Iluminação Pública Nas Freguesias Do Concelho”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do no 1 do artigo 21º do Decreto-Lei no 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do no 1 do artigo 71º da Lei no 19/2012, de 8 de maio e no no 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do no 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Riba de Âncora, 16 de Dezembro de 2016

**LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**

Assinado de forma digital
por LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS GONÇALVES
Dados: 2016.12.16
14:21:48 Z

CERTIDÃO

Idalina Areias, Chefe do Serviço de Finanças de CAMINHA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que LUIS MAURICIO - CASA DOS LEDS LDA, NIF 514036761, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 12 de Dezembro de 2016.

LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES

Assinado de forma digital
por LUÍS MAURÍCIO
GIESTAS GONÇALVES
Dados: 2016.12.16
14:14:02 Z

O Chefe de Finanças



(Idalina Areias)

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 514036761
Cód. Validação: MLJJJ87D6843



SEGURANÇA SOCIAL DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **LUÍS MAURÍCIO - CASA DOS LEDS LDA**

Firma/denominação **LUÍS MAURÍCIO - CASA DOS LEDS LDA**

Número de Identificação de Segurança Social **25140367619**

Número de Identificação Fiscal **514036761**

Número de Declaração **14673196**

Data de emissão **16-12-2016**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.

Date: 2016.12.16 12:34:40 +0000

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
 CONTRIBUINTE N.º506896625
 Praça do Município, 1
 4920-284-VILA NOVA DE CERVEIRA

DATA	PAGINA
2016/12/16	1

DOCUMENTO DE RECEITA

SERVICO EMISSOR	DATA	TIPO/NUMERO/RECEBIMENTO	ANO
00204	2016/12/16	1 / 188 / 4445	2016

ESTADO DO DOCUMENTO RECEBIDA			
CONTRIBUINTE 514036761	TERCEIRO	ORIGEM CTA	PRAZO DE PAGAMENTO

Casa Dos Leds, Lda
 LUGAR DE ALDEIA NOVA
 RIBA DE ANCORA

4910-316 - VILA PRAIA DE ÂNCORA

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	QUANTI-DADE	PREÇO UNITÁRIO	I.V.A.			PROVEITO	TOTAL	OBS
			CÓD	TAXA	VALOR			
CEMP CAUÇÕES DE EMPREITADAS			NSJ			448,87	448,87	
TOTAL ...						448,87	448,87	

TIPOS DE IVA
 NSJ NAO SUJEITO A IVA - RECEITA

MODO DE PAGAMENTO
 N - NUMERÁRIO

EXTENSO
 QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO EUROS E OITENTA E SETE CÊNTIMOS

Data de recebimento 2016/12/16

OBSERVAÇÕES
 CAUÇÃO - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - BENEFICIAÇÃO/ REFORÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO

SERVICO EMISSOR
 Marilete Tenedorio

TESOUREIRO
 Teresa Gomes - Susbt.tesoureiro

Processado por computador

16/12/2016

LUÍS
 MAURÍCIO
 GIESTAS
 GONÇALVES

Assinado de forma digital por LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES
 Dados: 2016.12.16 15:52:15 Z

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL
(CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

COMARCA DE VIANA DO CASTELO - CAMINHA -
UNIDADE CENTRAL

DENOMINAÇÃO (NAME OF THE LEGAL PERSON): LUÍS MAURÍCIO - CASA DOS LEDS LDA

SEDE SOCIAL (HEAD OFFICE): RIBA DE ÂNCORA * CAMINHA

DATA DE CONSTITUIÇÃO (ESTABLISHING DATE): 2016/06/27

NIPC (LEGAL PERSON IDENTIFICATION NUMBER): 514036761

CERTIFICADO REQUERIDO POR (REQUESTED BY): LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT): N° DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

N° DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT NUMBER): 12041529

FIM A QUE SE DESTINA (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

*
* **NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA COLETIVA ACIMA IDENTIFICADA** *
* (NO CONVICTIONS) *
*

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO E ACESSO
(AUTHENTICATION AND ACCESS CODE)
fc5f-306f-68b5-e2392 (1)

**LUÍS
MAURÍCIO
GIESTAS
GONÇALVES**

Assinado de forma
digital por LUÍS
MAURÍCIO GIESTAS
GONÇALVES
Dados: 2016.12.16
14:14:29 Z

DATA DE EMISSÃO (DATE OF ISSUE): 2016/12/12

VÁLIDO ATÉ (VALID UNTIL): 2017/03/12

PAG. (PAGE): 1/1

(1) Nos termos do artigo 15º do Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em <https://registocriminal.justica.gov.pt> e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação. (This access code allows obtaining the certificate in <https://registocriminal.justica.gov.pt> and its use more than one time for the referred purpose, as well as verify the reliability of the information.)

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO
(THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL
(CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

COMARCA DE VIANA DO CASTELO - CAMINHA -
UNIDADE CENTRAL

NOME (NAME): LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES

NATURAL DA FREG. (PLACE OF BIRTH): ESPOSENDE

CONCELHO DE (TOWN OF BIRTH): ESPOSENDE

DATA DE NASCIMENTO (DATE OF BIRTH): 1981/03/26

NACIONALIDADE (NATIONALITY): PORTUGUESA

Nº BI (IDENTITY CARD NUMBER): 12041529

CERTIFICADO REQUERIDO POR (REQUESTED BY):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT):

Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT NUMBER):

FIM A QUE SE DESTINA (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

*
* **NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA** *
* (NO CONVICTIONS) *
*

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO E ACESSO
(AUTHENTICATION AND ACCESS CODE)
be0a-5513-0048-7dd8d (1)

LUÍS MAURÍCIO Assinado de forma digital
GIESTAS por LUÍS MAURÍCIO
GONÇALVES GIESTAS GONÇALVES
Dados: 2016.12.16
14:13:08 Z

DATA DE EMISSÃO (DATE OF ISSUE): 2016/12/12

VÁLIDO ATÉ (VALID UNTIL): 2017/03/12

PAG. (PAGE): 1/1

(1) Nos termos do artigo 15º do Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em <https://registocriminal.justica.gov.pt> e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação. (This access code allows obtaining the certificate in <https://registocriminal.justica.gov.pt> and its use more than one time for the referred purpose, as well as verify the reliability of the information.)

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO
(THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)

Dados Gerais

Referência do Procedimento: AD-074-16

Descrição: Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho

Da Entidade: Luis Mauricio - Casa dos Leds Lda

Utilizador: Luis Mauricio Giestas Gonçalves

Data da Mensagem: 14 horas atrás (21-12-2016 18:33:23(UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London)

Destinatários: [Município de Vila Nova de Cerveira](#):

Referência: PT1.MSG.467344

Tipo: Geral

Assunto: RE: Minuta do Contrato

Assinado por [LUÍS MAURÍCIO GIESTAS GONÇALVES](#) 21-12-2016 18:33 em (UTC) utilizando [EC de Assinatura Digital Qualificada do Cartão de Cidadão 0011 \(Valid\)](#)

Corpo da mensagem

Boa tarde,

Exmos Senhores,

Venho por este meio aprovar a respetiva minuta de contrato.

Cumprimentos.

Luis Mauricio.

21-12-2016 15:12:23 Município de Vila Nova de Cerveira

Junto se envia em anexo a minuta do contrato a celebrar, que se considerará aprovada caso não se pronuncie acerca da mesma no prazo de 5 (cinco) dias, conform e dispõe o CCP.

Dados Gerais

Referência do Procedimento: AD-074-16

Descrição: Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho

Da Entidade: Município de Vila Nova de Cerveira

Utilizador: Cristiana Maria de Castro Brandão

Data da Mensagem: 21-12-2016 15:12:12 ((UTC) Dublin, Edinburgh. Lisbon, London)

Destinatários: [Luis Mauricio - Casa dos Leds Lda;](#)

Referência: PT1.MSG.466963

Tipo: Geral

Assunto: Minuta do Contrato

Assinado por [JOAO FERNANDO BRITO NOGUEIRA](#) 21-12-2016 15:12 em (UTC) utilizando [DigitalSign Qualified CA - G2](#) (Valid)

Documento	Nome do documento	Informação da Assinatura
		Assinado por JOAO FERNANDO BRITO NOGUEIRA 21-12-2016 15:11 em (UTC) utilizando DigitalSign Qualified CA - G2 (Valid)
Anexos:		Assinado por JOAO FERNANDO BRITO NOGUEIRA 21-12-2016 15:11 em (UTC) utilizando DigitalSign Qualified CA - G2 (Valid)
	Declaração_CristianaBrandao_Formalizador-Gestor_Assinado.pdf	Declaração_CristianaBrandao_Formalizador-Gestor_Assinado.pdf
	Minuta do Contrato_AD-074-16_Assinado.pdf	Minuta do Contrato_AD-074-16_Assinado.pdf

Corpo da mensagem

Junto se envia em anexo a minuta do contrato a celebrar, que se considerará aprovada caso não se pronuncie acerca da mesma no prazo de 5 (cinco) dias, conforme dispõe o CCP.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE
“EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA –
BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS
DO CONCELHO” ADJUDICADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA
DE CERVEIRA À FIRMA “LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS, LDA”

Cláusulas contratuais, nos termos do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro

-----No dia do mês de do ano dois mil e dezasseis, na Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, perante mim, Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe da referida Divisão e servindo, neste ato, de oficial público, compareceram como outorgantes: -----

-----a) **PRIMEIRO OUTORGANTE:-** João Fernando Brito Nogueira, casado, natural da freguesia de Cornes, concelho de Vila Nova de Cerveira, e residente na Praça D. Dinis, n.º 12, em Vila Nova de Cerveira, que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, outorga em representação do Município de Vila Nova de Cerveira; -----

-----b) **SEGUNDO OUTORGANTE:** Luís Maurício Giestas Gonçalves, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Esposende, residente na Rua Aldeia Nova, n.º 288, freguesia de Riba de Âncora, do concelho de Caminha, portador do cartão de cidadão número 12041529 1 ZWO, válido até 15 de agosto de 2021, o qual outorga na qualidade de gerente e nesta qualidade em representação da sociedade “LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS LDA”, com sede na Rua Aldeia Nova, n.º 288, freguesia de Riba de Âncora, do concelho de Caminha, com o número único de identificação de pessoa coletiva número quinhentos e catorze milhões trinta e seis mil setecentos e sessenta e um, matriculada na Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C., com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), com poderes para o ato conforme verifiquei por uma fotocópia com valor de certidão, que arquivo.-----

-----Verifiquei a identidade dos outorgantes: A do primeiro por ser do meu



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

conhecimento pessoal e a do segundo pela exibição do respetivo Cartão de Cidadão. -----

-----c) **ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA:** Por despacho do Presidente da Câmara de 06 de dezembro de 2016, foi feita a adjudicação à representada do segundo outorgante, da empreitada de “**EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**”, que inclui o fornecimento, pela representada do segundo outorgante, de todo o material e mão de obra necessários à sua completa execução, e por despacho do Presidente da Câmara de 20 de dezembro de 2016 foi aprovada a presente minuta do contrato; -----

-----d) **OBJECTO INDIVIDUALIZADO DO CONTRATO:** Empreitada de “**EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**”, de acordo com a proposta apresentada pela representada do segundo outorgante que, instruída com a nota justificativa do preço proposto e com a lista de preços unitários, se anexa a este contrato e do mesmo faz parte integrante; -----

-----e) **PREÇO CONTRATUAL:** A adjudicação é feita pelo valor de € 8.977,33 (oito mil novecentos e setenta e sete euros e trinta e três cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal. O encargo resultante do presente contrato, no montante de € 9.515,96 (nove mil quinhentos e quinze euros e noventa e seis cêntimos), com o compromisso n.º 2016/..., de acordo com o previsto no artigo 5.º, n.º 3 da LCPA, será suportado pela seguinte rubrica da classificação económica do orçamento deste Município de Vila Nova de Cerveira, que apresenta a dotação disponível de € ... (.):- Classificação Orgânica - ... - ...; Classificação Económica – capítulo ... – ...; grupo ... - ...; artigo ... – ...; número ... – ... -----

-----f) **PRAZO DE EXECUÇÃO:** A sociedade, neste ato representada pelo segundo outorgante, obriga-se a iniciar a respetiva empreitada no primeiro dia útil a seguir ao da data da respetiva consignação, e a **concluí-la no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar desse mesmo dia, de acordo com o respetivo programa de trabalhos, ficando a representada do



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

segundo outorgante sujeita ao pagamento de multa prevista no caderno de encargos, por cada dia que exceder o prazo fixado para a execução dessa mesma empreitada. Que a referida Câmara reserva, no entanto, o direito de rescindir o presente contrato, não havendo igualmente lugar a qualquer indemnização à representada do segundo outorgante se se verificar que esta não dá aos trabalhos o necessário desenvolvimento previsto no aludido programa de trabalhos ou se, durante o período de aplicação da multa, não der aos trabalhos o desenvolvimento que a dita Câmara Municipal considere indispensável; -----

-----g) **GARANTIAS OFERECIDAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO:** A representada do segundo outorgante ofereceu como garantia caução do montante de € 448,87 (quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), referente a 5% do valor da adjudicação, mediante depósito efetuado na Tesouraria da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, no dia 16 de dezembro de 2016, através da guia n.º 188 do serviço emissor 00204 e que fica em poder da Câmara Municipal; -----

-----h) **PRAZO DE GARANTIA:** O prazo de garantia das obras é o estabelecido no artigo 397º, número 2, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, e inicia-se a partir da data da respetiva receção provisória, ficando durante este prazo, a representada do segundo outorgante sujeita às condições estabelecidas no referido artigo; -----

-----i) **FORMA, PRAZOS E REGIME DE PAGAMENTOS E REVISÃO DE PREÇOS:** O pagamento à representada do segundo outorgante será efetuado mediante auto de medição dos trabalhos executados, com observância do disposto nos artigos 387.º e seguintes do Código dos Contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. As revisões de preços, se a elas houver lugar - calculadas de acordo com o estipulado no artigo 382.º do citado diploma e com a fórmula constante do ponto 3 da Cláusula 38.ª do caderno de encargos, serão, a requerimento da representada do segundo outorgante e com observância das disposições legais, incluídas, em separado, nos autos das situações dos trabalhos (autos de medição) e pagas juntamente com as importâncias destas,



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

sem prejuízo contudo do pagamento das ditas importâncias correspondentes aos autos das situações dos trabalhos, em caso de desacordo quanto o montante das revisões de preço, não havendo em qualquer caso lugar ao pagamento de juros e, na falta daquele requerimento, não poderão as revisões de preços ser posteriormente invocadas; -----

-----Disse o segundo outorgante que aceita o presente contrato nos precisos termos que antecedem, obrigando-se, por isso, ao seu integral cumprimento. -----

-----Foi apresentada certidão emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, no dia 16 de dezembro de 2016, comprovativa de que a sociedade representada do segundo outorgante tem a sua situação contributiva para com a Segurança Social, devidamente regularizada, [Artigo décimo quinto, alínea a) do Decreto-Lei número quatrocentos e onze barra noventa e um, de dezassete de outubro].-----

-----Anexam-se os seguintes documentos: a) O aludido despacho de 06 de dezembro de 2016 do Presidente da Câmara Municipal; b) Despacho de aprovação da minuta de 20 de dezembro de 2016; c) A proposta apresentada, incluindo nota justificativa do preço, lista de preços unitários, programa de trabalhos, plano de pagamentos, cronograma financeiro, memória justificativa e descritiva, mapa de medições e o projeto para execução da empreitada a que se refere o presente contrato; d) Caderno de encargos; e) Cópia do Plano de Segurança e Saúde. -----

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE

O OFICIAL PÚBLICO



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

DESPACHO

**EMPREITADA DE “EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA –
BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO
CONCELHO”**

No uso da competência que me confere o artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, aprovo a minuta do contrato respeitante à empreitada indicada em epígrafe.

Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, 20 de dezembro de 2016.

O Presidente da Câmara,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. F. Brito Nogueira', written over the printed name.

João Fernando Brito Nogueira



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

**MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE
“EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA –
BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS
DO CONCELHO” ADJUDICADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA
DE CERVEIRA À FIRMA “LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS, LDA”**

Cláusulas contratuais, nos termos do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro

-----No dia do mês de do ano dois mil e dezasseis, na Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, perante mim, Vítor Manuel Passos Pereira, Chefe da referida Divisão e servindo, neste ato, de oficial público, compareceram como outorgantes: -----

-----a) **PRIMEIRO OUTORGANTE**:- João Fernando Brito Nogueira, casado, natural da freguesia de Cornes, concelho de Vila Nova de Cerveira, e residente na Praça D. Dinis, n.º 12, em Vila Nova de Cerveira, que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, outorga em representação do Município de Vila Nova de Cerveira; -----

-----b) **SEGUNDO OUTORGANTE**: Luís Maurício Giestas Gonçalves, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Esposende, residente na Rua Aldeia Nova, n.º 288, freguesia de Riba de Âncora, do concelho de Caminha, portador do cartão de cidadão número 12041529 1 ZWO, válido até 15 de agosto de 2021, o qual outorga na qualidade de gerente e nesta qualidade em representação da sociedade “**LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS LDA**”, com sede na Rua Aldeia Nova, n.º 288, freguesia de Riba de Âncora, do concelho de Caminha, com o número único de identificação de pessoa coletiva número quinhentos e catorze milhões trinta e seis mil setecentos e sessenta e um, matriculada na Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C., com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), com poderes para o ato conforme verifiquei por uma fotocópia com valor de certidão, que arquivo.-----

-----Verifiquei a identidade dos outorgantes: A do primeiro por ser do meu



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

conhecimento pessoal e a do segundo pela exibição do respetivo Cartão de Cidadão. -----

-----c) **ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA:** Por despacho do Presidente da Câmara de 06 de dezembro de 2016, foi feita a adjudicação à representada do segundo outorgante, da empreitada de “**EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**”, que inclui o fornecimento, pela representada do segundo outorgante, de todo o material e mão de obra necessários à sua completa execução, e por despacho do Presidente da Câmara de 20 de dezembro de 2016 foi aprovada a presente minuta do contrato; -----

-----d) **OBJECTO INDIVIDUALIZADO DO CONTRATO:** Empreitada de “**EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**”, de acordo com a proposta apresentada pela representada do segundo outorgante que, instruída com a nota justificativa do preço proposto e com a lista de preços unitários, se anexa a este contrato e do mesmo faz parte integrante; -----

-----e) **PREÇO CONTRATUAL:** A adjudicação é feita pelo valor de € 8.977,33 (oito mil novecentos e setenta e sete euros e trinta e três cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal. O encargo resultante do presente contrato, no montante de € 9.515,96 (nove mil quinhentos e quinze euros e noventa e seis cêntimos), com o compromisso n.º 2016/...., de acordo com o previsto no artigo 5.º, n.º 3 da LCPA, será suportado pela seguinte rubrica da classificação económica do orçamento deste Município de Vila Nova de Cerveira, que apresenta a dotação disponível de € ... (..):- Classificação Orgânica - ... - ...; Classificação Económica – capítulo ... – ...; grupo ... - ...; artigo ... – ...; número ... – ... -----

-----f) **PRAZO DE EXECUÇÃO:** A sociedade, neste ato representada pelo segundo outorgante, obriga-se a iniciar a respetiva empreitada no primeiro dia útil a seguir ao da data da respetiva consignação, e a **concluí-la no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar desse mesmo dia, de acordo com o respetivo programa de trabalhos, ficando a representada do



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

segundo outorgante sujeita ao pagamento de multa prevista no caderno de encargos, por cada dia que exceder o prazo fixado para a execução dessa mesma empreitada. Que a referida Câmara reserva, no entanto, o direito de rescindir o presente contrato, não havendo igualmente lugar a qualquer indemnização à representada do segundo outorgante se se verificar que esta não dá aos trabalhos o necessário desenvolvimento previsto no aludido programa de trabalhos ou se, durante o período de aplicação da multa, não der aos trabalhos o desenvolvimento que a dita Câmara Municipal considere indispensável; -----

-----g) **GARANTIAS OFERECIDAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO:** A representada do segundo outorgante ofereceu como garantia caução do montante de € 448,87 (quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), referente a 5% do valor da adjudicação, mediante depósito efetuado na Tesouraria da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, no dia 16 de dezembro de 2016, através da guia n.º 188 do serviço emissor 00204 e que fica em poder da Câmara Municipal; -----

-----h) **PRAZO DE GARANTIA:** O prazo de garantia das obras é o estabelecido no artigo 397º, número 2, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, e inicia-se a partir da data da respetiva receção provisória, ficando durante este prazo, a representada do segundo outorgante sujeita às condições estabelecidas no referido artigo; -----

-----i) **FORMA, PRAZOS E REGIME DE PAGAMENTOS E REVISÃO DE PREÇOS:** O pagamento à representada do segundo outorgante será efetuado mediante auto de medição dos trabalhos executados, com observância do disposto nos artigos 387.º e seguintes do Código dos Contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. As revisões de preços, se a elas houver lugar - calculadas de acordo com o estipulado no artigo 382.º do citado diploma e com a fórmula constante do ponto 3 da Cláusula 38.ª do caderno de encargos, serão, a requerimento da representada do segundo outorgante e com observância das disposições legais, incluídas, em separado, nos autos das situações dos trabalhos (autos de medição) e pagas juntamente com as importâncias destas,



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**Divisão de Administração Geral
Serviço de Contratação Pública e Financiamentos**

sem prejuízo contudo do pagamento das ditas importâncias correspondentes aos autos das situações dos trabalhos, em caso de desacordo quanto o montante das revisões de preço, não havendo em qualquer caso lugar ao pagamento de juros e, na falta daquele requerimento, não poderão as revisões de preços ser posteriormente invocadas; -----

-----Disse o segundo outorgante que aceita o presente contrato nos precisos termos que antecedem, obrigando-se, por isso, ao seu integral cumprimento. -----

-----Foi apresentada certidão emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, no dia 16 de dezembro de 2016, comprovativa de que a sociedade representada do segundo outorgante tem a sua situação contributiva para com a Segurança Social, devidamente regularizada, [Artigo décimo quinto, alínea a) do Decreto-Lei número quatrocentos e onze barra noventa e um, de dezassete de outubro].-----

-----Anexam-se os seguintes documentos: a) O aludido despacho de 06 de dezembro de 2016 do Presidente da Câmara Municipal; b) Despacho de aprovação da minuta de 20 de dezembro de 2016; c) A proposta apresentada, incluindo nota justificativa do preço, lista de preços unitários, programa de trabalhos, plano de pagamentos, cronograma financeiro, memória justificativa e descritiva, mapa de medições e o projeto para execução da empreitada a que se refere o presente contrato; d) Caderno de encargos; e) Cópia do Plano de Segurança e Saúde. -----

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE

O OFICIAL PÚBLICO

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
 CONTRIBUINTE N.º506896625
 Praça do Município, 1
 4920-284-VILA NOVA DE CERVEIRA

IMPRESSO	PAGINA
2016/12/20	1

R E Q U I S I Ç Ã O E X T E R N A D E D E S P E S A

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
003	mcastro	2016/12/20	1736	2016

CONTRIBUINTE	TERCEIRO	CLASSE	Casa Dos Leds, Lda LUGAR DE ALDEIA NOVA	
514036761	6504	FIM	4910-316 VILA PRAIA DE ÂNCORA LOCAL DE ENTREGA	
AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA		PRAZO
2016/12/20				

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	DESCRIÇÃO
572	AD-074-16	Beneficiação / Reforço da Iluminação Publica nas freguesias do concelho

DESCRIÇÃO DA DESPESA
 Beneficiação / Reforço da Iluminação Publica nas freguesias do concelho

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
7219	ILUMINAÇÃO PUBLICA	6.0	Iva não Dedutivel - Tx 6%	8.977,330		8.977,330	538,64

EXTENSO
 NOVE MIL QUINHENTOS E QUINZE EUROS E NOVENTA E SETE CÊNTIMOS

TOTAIS	
TOTAL ILÍQUIDO.....	8.977,33
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	538,64
TOTAL LÍQUIDO.....	9.515,97

Compromisso n.º 2016/1736, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2016/1563

ORIGINAL

COMPROMISSO EFETUADO EM 2016/12/20

AUTORIZO:


PROCESSADO POR COMPUTADOR

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
 CONTRIBUINTE N.º 506896625
 Praça do Município, 1
 4920-284-VILA NOVA DE CERVEIRA

IMPRESSO	PAGINA
2016/12/20	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
003	mcastro	2016/12/20	1736	2016

CONTRIBUINTE TERCEIRO CLASSE

Casa Dos Leds, Lda
 LUGAR DE ALDEIA NOVA

514036761	6504	FIM
-----------	------	-----

4910-316 VILA PRAIA DE ÂNCORA
 LOCAL DE ENTREGA

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	PRAZO
2016/12/20		

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	DESCRIÇÃO
572	AD-074-16	Beneficiação / Reforço da Iluminação Publica nas freguesias do concelho

DESCRIÇÃO DA DESPESA
Beneficiação / Reforço da Iluminação Publica nas freguesias do concelho

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
7219	ILUMINAÇÃO PUBLICA	6.0	Iva não Dedutivel - Tx 6%	8.977,330		8.977,330	538,64

- EXTENSO
 NOVE MIL QUINHENTOS E QUINZE EUROS E NOVENTA E SETE CÊNTIMOS

TOTAIS	
TOTAL ILÍQUIDO.....	8.977,33
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	538,64
TOTAL LÍQUIDO.....	9.515,97

Compromisso n.º 2016/1736, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2016/1563

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 3.023.977,13 €
 Montante do compromisso ARMI para FD no valor total de 9.515,97 €
 Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 3.014.461,16 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS COMPROMISSO
2016	1563	1	7219	03	07010404	2015	I	2	13.230,43	9.515,97	3.714,46

DUPLICADO

COMPROMISSO EFECTUADO EM 2016/12/20

AUTORIZO: 

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DUPLICADO

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CONTRIBUINTE N.º506896625
Praça do Município, 1
4920-284-VILA NOVA DE CERVEIRA

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2016/11/15

SERVIÇO REQUISITANTE

(mcastro)

AUTORIZAÇÃO

PROCESSADO POR COMPUTADOR

IMPRESSO	PAGINA
2016/11/15	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
003	mcastro	2016/11/15	1563	2016

—DESCRIÇÃO DA DESPESA—

Beneficiação / Reforço da Iluminação Pública nas freguesias do concelho

— CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA —

TIPO DESP: 7219-ILUMINAÇÃO PÚBLICA
ORGÂNICA : 03 DIVISÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS
ECONÓMICA: 07010404 Iluminação pública
PLANO : 2015 I 2
Iluminação Pública
Eficiência Energética - Iluminação Pública

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
15.006,77
A CABIMENTAR
9.516,00
SALDO APÓS CABIMENTO
5.490,77

— EXTENSO —

NOVE MIL QUINHENTOS E DEZASSEIS EUROS



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

DAG/CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
03/07010404

Para efeitos de elaboração da respetiva requisição contabilística informa-se que foi adjudicada a seguinte empreitada, cujo contrato será brevemente celebrado:

ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE “EFICIÊNCIA ENERGÁTICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – BENEFICIAÇÃO/REFORÇO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO”

ADJUDICATÁRIO – LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS LDA

VALOR DA ADJUDICAÇÃO – € 8.977,33 + IVA

VALOR A CABIMENTAR - € 9.515,96

DAG, 20 de dezembro de 2016,

AD-074-16

CPV – 45316100-6

Vitor Pereira
Chefe de Departamento



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

Procedimento por Ajuste Direto

Informação de Adjudicação

Despacho do Órgão Competente para a Decisão de Contratar

DAG

Concordo com a informação prestada pela Técnica Superior senhora Cristiana Brandão.

A Despacho o presente projeto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

06.12.2016


O Chefe da DAG
Vitor Pereira

PRESIDÊNCIA

Tendo por base a concordância do Chefe da DAG na informação prestada pela Técnica Superior senhora Cristiana Brandão, adjudico a empreitada “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho” à sociedade Luís Maurício – Casa dos Leds, Ld.^a

V. N. Cerveira, 06.12.2016

O Presidente da Câmara Municipal,


João Fernando Brito Nogueira

1. Referência do Procedimento:

AD-074-16

2. Objeto:

Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho

3. Entidade Competente:

Presidente da Câmara Municipal

4. Preço Base:

8.977,35 € (oito mil, novecentos e setenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos)

Brandão



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

5. Entidade convidada:

Entidades	Proposta Apresentada	
	Sim	Não
LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS, LDA.	x	

6. Ordenação das Propostas:

Critério de adjudicação estipulado

O do preço mais baixo

7. Proposta de Adjudicação:

Entidade	Valor s/ IVA	Prazo
LUÍS MAURÍCIO – CASA DOS LEDS, LDA.	8.977,33 €	66

8. Contrato Escrito:

Exigível	Não exigível	Dispensável	Fundamentação
x			N.º 1 do Artigo 94.º do CCP

9. Visto Prévio do Tribunal de Contas:

Sujeito	Isento	Fundamentação
	x	N.º 1 do artigo 103.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

10. Propostas de Aprovação:

1. O presente projeto de decisão, nos termos do n.º 1 do artigo 125.º do CCP e a consequente adjudicação da empreitada denominada “Eficiência Energética – Iluminação Pública – Beneficiação/ Reforço da Iluminação Pública nas Freguesias do Concelho” à empresa Luís Maurício - Casa dos Leds, Lda., pelo montante global de **8.977,33 € (oito mil, novecentos e setenta e sete euros e trinta e três cêntimos)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, bem como a competente autorização para a realização da despesa.
2. A fixação do prazo de **10 (dez) dias úteis** para o adjudicatário apresentar:
 - a. Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b. Alvará emitido pelo IMPIC;
 - c. Prestação de caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, no valor de **448,87 € (quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos)**;
 - d. Certidão de Registo Comercial;
 - e. Declaração com a identificação da(s) pessoa(s) que outorga(m) no contrato (nome completo, estado civil, freguesia e concelho de naturalidade, residência, n.º do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão, respetiva data de emissão e serviço que o emitiu, **devendo anexar cópia(s)**).
3. Propõe-se, ainda, que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do normativo acima referido, que a realização da notificação da decisão de adjudicação seja delegada no Gestor do Procedimento.

Data: 5 de dezembro de 2016

12. Autor:

Nome: Cristiana Brandão

Carreira / cargo: Técnica Superior

Assinatura:



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS**

DAG/SCPF 35/2016

INFORMAÇÃO

Assunto: Ajuste Direto – Empreitada de “Beneficiação/Reforço da iluminação pública nas freguesias do Concelho”

Início de Procedimento

Face à informação prestada através da aplicação MEDIDATA com o registo n.º 2718/2016 (documento em anexo) torna-se necessário abrir o respetivo procedimento de empreitada.

Cabimento da despesa

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estimou-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 8.978,00 (oito mil novecentos e setenta e oito euros) ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, e será satisfeita por conta da verba inscrita nos instrumentos de Gestão Financeira do Município de Vila Nova de Cerveira, sob a rubrica com a classificação orgânica 03/Divisão de Serviços Municipais (DSM) e classificação económica: capítulo zero sete – Aquisição de Bens de Capital; grupo zero um - Investimentos; artigo zero quatro – Construções diversas; número zero quatro – Iluminação pública.

Decisão de contratar e de autorização da despesa

A decisão de contratar cabe ao Presidente da Câmara Municipal, senhor João Fernando Brito Nogueira, no uso da sua competência própria, de acordo artigo 36.º do CCP, conjugado com o artigo 18.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, aplicado por força do disposto no art. 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, e artigo 35.º, n.º 1, alínea f), Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Decisão de escolha do procedimento

O preço contratual não deverá exceder o montante de € 8.978,00 (oito mil novecentos e setenta e oito euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, que corresponderá ao preço base.

De acordo com o art. 38.º do CCP, a escolha do procedimento cabe ao órgão com competência para a decisão para contratar.



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no art. 18.º do CCP, e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do art. 19.º, alínea a) do CCP, e conforme indicação expressa no **doc. 1 que se junta e se dá por integralmente reproduzido**, estará em causa um ajuste direto, estando o contrato subsequente com o preço contratual limitado a € 8.978,00 (oito mil novecentos e setenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Condução do procedimento no caso de uma única proposta

Nos termos do art. 67.º, n.º 1 do CCP, no caso de procedimento de ajuste direto em que apenas tenha sido convidada uma entidade a apresentar proposta, a condução do procedimento cabe ao órgão com competência para decidir contratar.

Cabe-lhe igualmente a competência aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, podendo no entanto proceder à delegação de competências, ao abrigo do disposto no art. 109.º do CCP.

Propõe-se assim, a delegação de competências nos serviços de Contratação Pública e Financiamentos para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Entidades a convidar

Ao abrigo do disposto nos arts. 112.º, 113.º, n.º 1, e 114.º, todos do CCP, e no seguimento da sugestão do serviço requisitante – **cfr. doc. 1 que se junta e se dá por integralmente reproduzido**, propõe-se que seja convidada a apresentar proposta a empresa:

Casa dos Leds, Ld.ª

Lugar de Aldeia Nova, Riba de Âncora, Caminha

NIPC 514 036 761

Verificou-se que, o convite não viola os limites previstos no art. 113.º, n.ºs 2 e 5 do CCP.

Apreciação da Proposta

De acordo com o disposto no artigo 125.º do CCP, quando só tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

Audiência Prévia e Negociações

Não haverá lugar à fase de audiência prévia, por apenas ser convidado a apresentar proposta, uma única entidade. Esta, no entanto, poderá ser convidada a melhorar a sua proposta. – **Cfr. art. 125.º, n.º 2 do CCP.**

2/4
Vitor Pereira
Chefe Divisão



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL**

Redução do Contrato a escrito e Publicação

De acordo com o art. 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito, salvo seja enquadrável em alguma das exceções previstas no art. 95.º do mesmo diploma.

Segundo o art. 127.º, é obrigatória a sua publicação no site www.base.gov.pt, sob pena de ineficácia do contrato, nomeadamente para efeitos de pagamentos.

Aprovação das Peças do Procedimento

São peças deste procedimento o caderno de encargos e o convite, as quais têm de ser aprovadas pelo órgão com competência para a decisão de contratar. – **Cfr. art. 40.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do CCP.**

Neste caso o caderno de encargos não é acompanhado pelo Programa, uma vez que tal não se revela necessário, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º, do Anexo I, da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho. Tratando-se pois de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida dispensa-se a apresentação do referido documento.

Na elaboração das peças procedimentais foram observadas as disposições legais aplicáveis. – **Cfr. arts. 42.º e 115.º, ambos do CCP.**

Modo de Apresentação da Proposta

A entidade convidada a apresentar proposta deverá fazê-lo na plataforma eletrónica de contratação pública designada por “Vortal”.

Critério de adjudicação

O do mais baixo preço.

Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)

Vocabulário Principal: 45316100 – 6 (Instalação de equipamento de iluminação exterior)

Fiscalização da Empreitada

Propõe-se que seja designado como fiscal da empreitada o seguinte Técnico Superior:
Carlos Manuel Poço Pereira

Gestor do Procedimento

Propõe-se que seja designado como **gestor do procedimento administrativo** da presente empreitada a seguinte Técnica Superior:
Anabela Gonçalves Oliveira

Propõe-se ainda, dado estarmos perante um procedimento de empreitada, que seja designado como **gestor do procedimento/parte técnica** a seguinte Técnica Superior:



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Cristiana Maria de Castro Brandão

Peças do procedimento

Propõe-se como peças do procedimento o Convite e o Caderno de Encargos.

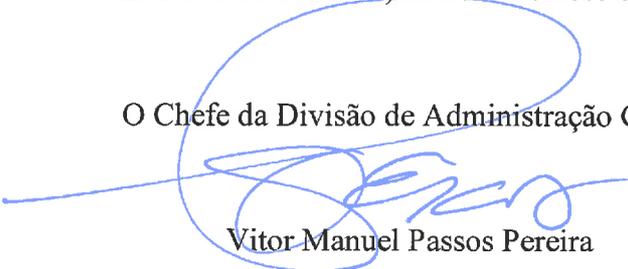
Face ao supra exposto e para cumprimento do CCP, nomeadamente do estipulado nos artigos 36.º, 38.º e 40.º, n.º 2, submete-se ao órgão competente para a decisão de contratar a presente proposta, bem como o pedido de autorização para abertura do respetivo procedimento.

Em anexo

doc. 1, caderno de encargos e convite.

Vila Nova de Cerveira, 15 de novembro de 2016,

O Chefe da Divisão de Administração Geral,



Vitor Manuel Passos Pereira

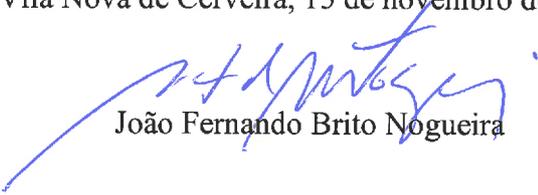
Despacho

Deferido, conforme proposto.

Autorizo a abertura do respetivo procedimento e delego, nos termos do art. 109.º do CCP, a competência nos serviços de Contratação Pública e Financiamentos para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Proceda-se em conformidade.

Vila Nova de Cerveira, 15 de novembro de 2016



João Fernando Brito Nogueira